

HUMANIDADES EM REVISTA Volume 2. Número 1. 2020-1

Revista eletrônica discente do Centro de Ciências Humanas e Sociais com trabalhos inter e multidisciplinares de discentes das Escolas e Programas de Pós-Graduação em Humanidades e áreas afins da UNIRIO e de outras instituições acadêmicas.

ISSN 2674-6468

Reitor

Dr. Ricardo Silva Cardoso

Decano do Centro de Ciências Humanas e Sociais

Dr. Nilton José dos Anjos de Oliveira

Editores

Dr. **Leonardo Villela de Castro**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dra. **Patricia Horvat**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Pedagoga **Sonia Terezinha Oliveira**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dra. **Maria Eichler Sant'Angelo**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO/Faculdade de São Bento -FSB Rio de Janeiro

Comitê Editorial

Dra. **Alejandra Saladino**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dra. **Ana Cristina Comandulli**, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa Real Gabinete Português de Leitura -P PLB /Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dra. **Andrea Bieri**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dr. **André da Silva Bueno**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ
Dr. **Deivid Valério Gaia**, Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ
Dra. **Fernanda Areas Peixoto**, Universidade de São Paulo USP
Dra. **Maria Eichler Sant'Angelo**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO/ Faculdade de São Bento - Rio de Janeiro FSB-RJ
Dra. **Miriam Cabral Coser**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dra. **Patricia Horvat**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dra. **Rosâne Mello**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dr. **Rossano Pecoraro**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Pedagoga **Sonia Terezinha Oliveira**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Ms. **Stefanie Cavalcanti Freire**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Conselho Consultivo

Dr. **Adilson Florentino**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dra. **Adriene Baron Tacla**, Universidade Federal Fluminense UFF
Dr. **André da Silva Bueno**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ
Dr. **Alexandre Carneiro Cerqueira Lima**, Universidade Federal Fluminense UFF
Dr. **Carlos Eduardo da Costa Campos**, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul UFMS
Dra. **Celeste Anunciata Moreira**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO/ Centro Universitário Augusto Motta UNISUAM
Dra. **Claudia Beltrão da Rosa**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Juiz **Gustavo Kalil**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Dra. **Heloisa Dias Bezerra**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dr. **João Marcus Figueiredo**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Teol. **Jefferson Santos**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dra. **Regina Bustamante**, Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ
Dr. **Rossano Pecoraro**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dra. **Simone Feigelson Deutsch**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dr. **Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Dra. **Valeria Cristina Lopes Wilke**, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Av. Pasteur, 458, Urca. Rio de Janeiro, RJ.22290-240

SUMÁRIO

DOSSIÊ EURYKLEIA

REFLEXÕES SOBRE MULHERES (IN)VISÍVEIS - <i>Comitê Editorial</i> -	3
A DEDICAÇÃO À FUNDÂNIA DO PRIMEIRO LIVRO DO <i>DE RE RUSTICA</i> DE VARRÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A MULHER E A ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA NA ROMA REPUBLICANA - <i>Fabiana Martins Nascimento</i> -	7
O EXEMPLO DE HORÁCIA: A MEMÓRIA DE UM ASSASSINATO EM TITO LÍVIO (1. 26). - <i>Mariana de Azevedo Santana Gomes</i> -	18
LIDERANÇA FEMININA NO CRISTIANISMO DO PRIMEIRO SÉCULO: O CASO DE FEBE - <i>Ian Ferreira Bonze</i> -.....	28
A FIGURA DE PRAECIA E SUA INFLUÊNCIA POLÍTICA NA VIDA DE LÚCULO DE PLUTARCO: APONTAMENTOS SOBRE O PAPEL DA PROSTITUTA NA SOCIEDADE ROMANA - <i>Amanda Lemos Fontes</i> -	41
UMA MULHER ENTRE CÉSARES: A REPRESENTAÇÃO DE ÁTIA NA OBRA <i>DE VITA CAESARUM</i> - <i>Luisa Amado Monteiro</i> -	56
“QUE TIPO DE MULHER É ESSA PODEROSA E REAL TABERNEIRA?”: UMA ANÁLISE DE MÉROE, A <i>FEMINA DIVINA</i> DE APULEIO - <i>Gabriel Paredes Teixeira</i> -	64
AQUELA QUE QUASE PERDEU O NOME: ALGUMAS NOTAS SOBRE CASTORINA (SÉC. IV E V D.C.) - <i>Amanda Reis dos Santos</i> -	78
<i>DOMINA INSIGNI ET MERITO ILLUSTRIS</i> : AS MULHERES E O DESENVOLVIMENTO ESPIRITUAL NA ANTIGUIDADE TARDIA SOB A ÓTICA AGOSTINIANA. - <i>Patrícia Cristine Alves Veras</i> -	89
MENÇÃO À JÚLIA, FILHA DE JÚLIO CÉSAR, NA BIOGRAFIA DO GENERAL ESCRITA POR SUETÔNIO - <i>Amanda Prima Borges</i> -	99
<i>CLARISSIMA FEMINA</i> : PAULINA E O ARQUÉTIPO DA MULHER ROMANA TARDIA NO SÉCULO IV EC - <i>Hannah Serique de Figueiredo</i>	113
VARIA	
A GESTÃO DA REPÚBLICA ROMANA COMO ATRIBUIÇÃO MASCULINA E AS AÇÕES DE FULVIA COMO CONTRADIÇÃO - <i>Eduardo de Oliveira</i> -	121
ULTRAPASSAGEM DE SI, CUIDADO DE SI: MORAL ENTRE FOUCAULT E HADOT - <i>Patrick Pallazini Ubida</i>	129
CRITÉRIOS DE TEXTUALIDADE NAS PROPOSTAS DE PRODUÇÃO TEXTUAL: UMA ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA <i>Ana Karolline de Almeida Carneiro; Úrsula Cunha Anecleto</i>	141



DOSSIÊ EURYKLEIA

REFLEXÕES SOBRE MULHERES (IN)VISÍVEIS

É com entusiasmo que apresentamos o *Dossiê Eurykleia – Reflexões sobre mulheres (in)visíveis*, fruto dos trabalhos de discentes que participaram do *Colóquio Internacional – Construindo a base de dados Eurykleia: Antiguidade e História Digital*. O evento foi sediado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), entre os dias 30 de outubro e 1º de novembro, e contou com a presença de conferencistas das universidades de Paris 1- Panthéon-Sorbonne, Toulouse-Jean Jaurès e do Instituto UMR 8210 ANHIMA, como Violaine Sebillote Cuchet (coordenadora geral do projeto Eurykleia), Adeline Grand-Clement, Sophie Lalanne, Carmen Damour e Audrey Vasselin. Da equipe brasileira ligada ao projeto estavam presentes professoras(es) e pesquisadoras(es) como Cláudia Beltrão da Rosa (coordenadora da equipe brasileira), Patricia Horvat, Miriam Coser, Letícia Batista R. Leite, Brian Kibuuka, Fabio Faversoni e Deivid Gaia – representantes de instituições públicas como a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O evento fez parte de uma série de encontros organizados para a discussão e construção do projeto intitulado *Eurykleia, celles qui avaient un nom*, cujo nome foi escolhido em homenagem à ama de Odisseu presente na tradição homérica. Possui como algumas de suas características principais ser interinstitucional, internacional e contar com o apoio da CNRS¹, um dos principais órgãos públicos de pesquisa científica da França, através do Projeto Internacional de Cooperação Científica (PICS) ANGAN (*Anhima Nereida Gender & Antiquity Network*). Ademais, o projeto tem como diferencial a criação de uma base de dados multilíngue, *online* e gratuita com o nome de mulheres em fontes documentais diversas (manuscritas ou arqueológicas), datadas entre os séculos VIII AEC e V EC – já disponível no endereço eletrônico <http://eurykleia-dev.huma->

¹ Centre National de la Recherche Scientifique

num.fr/, lançado no âmbito do colóquio que deu origem a este dossiê. A fim de ampliar a acessibilidade ao conteúdo, vale ressaltar que o *website* é apresentado em três idiomas: francês, português e inglês (<https://eurykleia.hypotheses.org/>).

O objetivo da criação dessa base é fornecer um instrumento de pesquisa que reúna o maior número de informações possível acerca de personagens femininas registradas em documentos dos mais diversos, destacando características como sua idade, *status* social, local de origem, ascendência e descendência – sem negligenciar, ainda, dados sobre as próprias fontes nas quais os nomes dessas mulheres podem ser encontrados, tais como o material onde foram registrados, tipo de discurso, nome do autor, ano e local de produção.

A partir disso, delineiam-se duas contribuições fundamentais para a pesquisa científica: primeiramente, quanto maior a base, maior é a possibilidade do cruzamento de dados ajudar a reconhecer também mulheres que, em determinados documentos, não são nomeadas; em segundo lugar, ao reunir informações com entradas baseadas no nome e no documento em que o mesmo foi encontrado, a base permite que dados ora congruentes, ora conflitantes sobre uma mesma figura feminina sejam reunidos, aumentando a variedade e a riqueza de informações sobre mulheres que, nos estudos da Antiguidade, já são conhecidas dos pesquisadores.

Parte dos autores reunidos no presente dossiê buscou produzir artigos com as mais diversas problemáticas sobre mulheres a respeito das quais as informações são vagas e escassas, o que as tornou, portanto, quase invisíveis para uma parcela considerável da historiografia. Já outra parte dos autores se propôs a investir em reflexões sobre mulheres “visíveis”, personagens cujos nomes e ações há muito são estudados no meio acadêmico; no entanto, muitas vezes, mesmo essa visibilidade era turva: apesar de conhecidas, o papel e importância dessas mulheres foram constantemente subestimados pelas fontes que os relatam – em consequência, o mesmo vem ocorrendo no meio dos estudos especializados. Assim, os autores buscam, a todo momento, discutir questões como o grau de protagonismo dessas mulheres na condução de sua própria vida, a representação delas na documentação, sua presença no espaço público, a influência exercida sobre determinados grupos sociais ou eventos, dentre outros.

A ideia de compor esse dossiê surgiu da participação dos autores no evento associado ao projeto *Eurykleia, celles qui avaient un nom*. Durante os dias de colóquio, foram realizados diversos *workshops*, nos quais discentes em diferentes níveis de formação apresentaram propostas de verbetes para alimentar a plataforma. Esses, sendo em sua totalidade alunos da UNIRIO e UFRJ, tiveram seus trabalhos analisados e

discutidos pelos pesquisadores presentes e, a partir das reflexões levantadas, direta ou indiretamente, no evento, produziram os artigos aqui reunidos. Uma parte dos discentes, cujas pesquisas já versavam sobre personagens femininas, teve a oportunidade de discuti-las no colóquio, incorporando novas informações a partir dos debates do evento. Outra parte, que nunca havia se posto atenta aos nomes femininos que apareciam nos documentos com os quais trabalhavam, passou a procurá-los e, em consequência disso, pôde confrontar suas próprias monografias, dissertações e teses com novas perspectivas.

O dossiê *Eurykleia* apresenta artigos de discentes que, seguindo as entradas do verbete metodológico do projeto internacional, trazem análises com as mais variadas abordagens e documentações. Para uma organização sistemática atenta à vasta escolha documental dos autores, decidimos seguir a ordem cronológica das fontes utilizadas para a apresentação dos textos reunidos nesse conjunto. Sendo assim, o dossiê se inicia com o artigo de Fabiana Martins Nascimento, que busca entender o papel da mulher aristocrata na administração de propriedades. Desta forma, analisa a dedicatória de Marco Terêncio Varrão para sua mulher Fundânia, no Livro 1 de *De Re Rustica* – um documento da Roma Republicana.

Em seguida, trabalhando com fontes entre os séculos I AEC e I EC, Mariana de Azevedo Santana Gomes e Ian Ferreira Bonze discutem, em seus textos, a importância de exemplos femininos em movimentos jurídicos e religiosos, examinando, respectivamente, os episódios de Horácia, no Livro 1 da obra *Ab Urbe Condita*, de Tito Lívio, e Febe, apresentada na *Carta aos Romanos*, de Paulo de Tarso. Já Amanda Lemos Fontes, ao estudar a nomeação da personagem Praecia na biografia de Lúculo, escrita por Plutarco em *Vidas Paralelas*, procura perceber a influência de prostitutas na vida política da Roma tardo-republicana e entender a representação de tais mulheres como um Outro subversivo.

Ao lidar com uma documentação do período antonino, Luisa Amado Monteiro e Amanda Prima Borges refletem sobre mulheres importantes que cercavam a vida dos Césares – respectivamente, Átia (irmã de Júlio César e mãe de Augusto), e Júlia (filha de César e esposa de Pompeu), que emergem na narrativa biográfica de Suetônio, na obra *De vita Caesarum*. Posteriormente, Gabriel Paredes Teixeira analisa a aparição da personagem Méroe na prosa ficcional de Apuleio de Madaura, na obra *Metamorfoses*. Hannah Serique de Figueiredo estuda a presença dos nomes Aconia Fabia Paulina e Vettius Agorius Praetextatus na ara funerária construída pelo casal para o sepultamento

de ambos, buscando desvelar os papéis sociais designados a cada gênero a partir da descrição de suas carreiras de honras (*cursus honorum*).

Amanda Reis dos Santos e Patrícia Cristine Alves Veras finalizam o dossiê investigando a aparição de nomes de mulheres em cartas escritas por autores da Patrística, já na Antiguidade Tardia. Enquanto Santos questiona os motivos da quase invisibilidade de Castorina, tia de Jerônimo de Estridão, em suas obras, Veras, por sua vez, analisa cinco cartas escritas por Agostinho de Hipona, na época em que era bispo, endereçadas à Proba e sua família. Além disso, investiga quais seriam os papéis sociais representados por Proba e Juliana no âmbito religioso cristão.

Diante de um conjunto tão rico e diversificado de trabalhos acadêmicos, desejamos que todos os leitores possam encontrar assuntos de seus interesses em nosso dossiê. Ademais, esperamos contribuir para o avanço dos estudos de gênero e da história das mulheres na historiografia contemporânea.

A Comissão Editorial

*Amanda Borges, Amanda Fontes, Amanda Santos,
Gabriel Paredes, Hannah Serique e Mariana de Azevedo.*

A DEDICAÇÃO À FUNDÂNIA DO PRIMEIRO LIVRO DO *DE RE RUSTICA* DE VARRÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A MULHER E A ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA NA ROMA REPUBLICANA

*Fabiana Martins Nascimento*²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir de forma preliminar o papel da mulher pertencente à elite romana na administração da propriedade agrícola. Para tanto, analisaremos especificamente a dedicação do primeiro livro do *De Re Rustica* de Marco Terêncio Varrão à sua esposa, Fundânia. Dos três tratados agrícolas produzidos no intervalo entre os séculos II a.C. e I d.C., Fundânia é a única mulher para quem é feita uma dedicação. Ao dedicar o primeiro livro do tratado à sua esposa, Varrão teria feito uma escolha estritamente pessoal ou seria possível considerar que as mulheres faziam parte da dinâmica de administração do patrimônio fundiário durante o período da República Tardia?

Palavras-chave: Varrão; Fundânia; *Villa*; administração; economia romana.

VARRO'S DEDICATION OF DE RE RUSTICA, BOOK 1, TO FUNDANIA: SOME PRELIMINARY CONSIDERATIONS ON WOMEN AND THE ADMINISTRATION OF RURAL PROPERTIES IN THE LATE REPUBLIC

Abstract: This paper aims to discuss, on preliminary bases, Roman elite women's role in rural property management. Accordingly, we will specifically analyze Varro's dedication of *De Re Rustica's* first book to his wife, Fundania. In the three treatises written between the 2nd century B.C. and the 1st A.D., Fundania is the only woman to whom a book is dedicated. Was, therefore, Varro's choice in dedicating the book to his wife based strictly on personal grounds or, were women part of land management dynamics in the Late Republican period?

Keywords: Varro; Fundania; *Villa*, management, Roman economy.

Varrão inicia o seu *De Re Rustica* com a seguinte justificativa:

Se eu vivesse no ócio, Fundânia, com mais comodidade escreveria a ti aquilo que agora exporei como puder e julgando que devo apressar-me, pois, como se diz, se o homem é como uma bolha, ainda mais um velho. Pois meus oitenta anos exortam-me a entrouxar a roupa antes de partir da vida. (Varro, *Rust.* 1.1.1)³

O autor justifica à Fundânia, sua esposa, que o modo “pouco útil” no qual escreveria seria em virtude tanto de sua falta de ócio quanto de sua idade avançada.⁴

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC-UFRJ) e membro do Laboratório de História Antiga (LHIA-UFRJ). E-mail para contato: fabianamm@gmail.com

³ *Otium si essem consecutus, Fundania, commodius tibi haec scriberem, quae nunc, ut potero, exponam cogitans esse properandum, quod, ut dicitur, si est homo bulla, eo magis senex. Annus enim octogesimus admonet me ut sarcinas conligam, antequam proficiscar e vita.* TREVIZAM, M. “Tradução do *De Agri Cultura* de Catão” e “Tradução do *De Re Rustica* I” In: TREVIZAM, M. *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*. 2006. 518 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2006, p. 401.

⁴ Agradeço a Amanda Lemos Fontes pelas contribuições à elaboração deste artigo.

Antes, porém, de deixar esse mundo, Varrão afirma que iria reunir seu conhecimento a respeito de um assunto tão caro ao grupo social do qual fazia parte, isto é, a agricultura e a administração da propriedade fundiária. Mesmo com idade avançada, o propósito de Varrão em escrever tão extensa obra fica claro em seguida. O autor continua a se dirigir à Fundânia e afirma:

Então, já que compraste uma propriedade, desejás torná-la produtiva cultivando-a bem e pedes que eu me digne a cuidar do assunto, vou arriscar-me a fim de instruir-te no que é preciso fazer não só enquanto vivo, mas também depois de minha morte. Não admitiria que a Sibila não só profetizou o que fosse útil aos homens enquanto vivesse, mas ainda o que o fosse depois de sua morte e mesmo aos homens mais desconhecidos (aos livros dela, depois de tantos anos, costumamos recorrer oficialmente quando queremos saber como agir diante de algum prodígio) e eu não fizesse sequer enquanto vivo o que é útil para meus amigos. (Varro, *Rust.* 1. 1. 2-4)⁵

Varrão deixa claro, portanto, que Fundânia lhe solicitara informações sobre a administração da propriedade agrícola em virtude da compra que havia feito há pouco. O autor afirma, ainda, que o material a ser escrito capacitaria sua esposa não apenas para administrar sua propriedade enquanto ele, Varrão, estivesse vivo – isto é, em condições de auxiliá-la quando necessário –, mas também quando já estivesse morto. As informações contidas no seu tratado seriam, portanto, completas. Em seguida, Varrão defende a necessidade de deixar a parentes e amigos uma espécie de legado intelectual a partir de escritos que pudessem auxiliar os vivos quando o agente em questão estivesse morto. É interesse notar que, além de citar sua esposa no primeiro capítulo de seu *De Re Rustica*, Varrão recorre a outra figura feminina para demarcar a composição de sua obra, Sibila, uma profetiza (TREVIZAM, 2006, p. 447). Varrão afirma que não admitiria não tomar nenhuma ação útil para auxiliar seus parentes e amigos enquanto Sibila profetizara o que era útil para os homens, não apenas enquanto estava viva, mas também depois de

⁵ Tradução de M. Trevizam, 2006. *Quare, quoniam emisti fundum, quem bene colendo fructuosum cum facere velis, meque ut id mihi habeam curare roges, experiar; et non solum, ut ipse quoad vivam, quid fieri oporteat ut te moneam, sed etiam post mortem. Neque patiar Sibyllam non solum cecinisse quae, dum viveret, prodessent hominibus, sed etiam quae cum perisset ipsa, et id etiam ignotissimis quoque hominibus; ad cuius libros tot annis post publice solemus redire, cum desideramus, quid faciendum sit nobis ex aliquo portento; me, ne dum vivo quidem, necessariis meis quod prosit facere. Quocirca scribam tibi tres libros indices, ad quos revertare, siqua in re quaeres, quem ad modum quidque te in colendo oporteat facere. Et quoniam, ut aiunt, dei facientes adiuvant, prius invocabo eos, nec, ut Homerus et Ennius, Musas, sed duodecim deos Consentis; neque tamen eos urbanos, quorum imagines ad forum auratae stant, sex mares et feminae totidem, sed illos XII deos, qui maxime agricolarum duces sunt.*

morta e, mesmo àqueles que não a conheciam.⁶ O trecho aponta para certa inferiorização da mulher por parte do autor, uma vez que este considera absurdo que uma mulher tenha tido ações (a partir do ato de profetizar) tão úteis e de tão longo alcance. Se a princípio o ímpeto de escrever o tratado se relaciona a atender um pedido de sua esposa, para quem dedica o primeiro livro, mais à frente o autor delineia que busca com sua escrita deixar algo de útil para Fundânia, visto que a utilidade seria acessível até às mulheres, como Sibila: “Por isso, escreverei a ti três livros de consulta aos quais possas voltar, se procurares saber nessa matéria como e o que, ao cultivar, é preciso fazer.” (Varro, *Rust.* 1. 1. 4)⁷. Ainda que afirme que escreverá os três livros para Fundânia, o segundo e terceiro livro não são dedicados a ela. O segundo livro, referente à pecuária, é dedicado ao seu amigo Turrânio Níger, enquanto o terceiro, referente ao *pastio villatica*, é dedicado a Plínio, um amigo e vizinho do autor – isto é, dois homens (Varro, *Rust.* 3.1.9; TREVIZAM, 2012, p. 191; 268).

É possível argumentar que a dedicação de Varrão à Fundânia não passa de um recurso retórico, referente à necessidade de demarcar seu conhecimento, posição social e legado intelectual a partir da composição do *corpus* textual em questão. No entanto, ainda que seja esse o caso, Varrão poderia ter escolhido dedicar o primeiro livro do seu *De Re Rustica* a um amigo ou parente homem e seu objetivo teria sido atingido da mesma forma. Por que escolher, afinal, dedicar a sua esposa? Sabemos que a dedicação é uma demonstração de deferência do autor para com o indivíduo citado. Teria Varrão, então, dedicado o livro para sua esposa por manterem uma relação bastante próxima e afetuosa? Sua escolha seria, portanto, estritamente pessoal? Antes de abordarmos a questão, é preciso que levantemos alguns pontos a respeito do lugar da mulher na sociedade romana e na dinâmica da *villa*, o tipo de propriedade fundiária a que se refere Varrão.

Em geral, as mulheres são silenciadas dos escritos em virtude do caráter patriarcal da grande maioria das sociedades. Roma é uma delas. Os documentos que temos acesso hoje foram escritos por homens, no qual expõem suas perspectivas das mulheres e muitas vezes as representam ora de forma submissa e inferior, ora como criaturas perspicazes, mas não de forma positiva. Neville Morley afirma que “continua

⁶ Vale destacar que Varrão compôs, ao longo de sua vida, uma série de livros, mas só chegaram a nós o *De Agri Cultura* e o *De Lingua Latina* (ASH; HOOPER, 1935, p. xvi-xvii)

⁷ *Quocirca scribam tibi tres libros indices, ad quos revertare, siqua in re quaeres, quem ad modum quidque te in colendo oporteat facere. Et quoniam, ut aiunt, dei facientes adiuvant, prius invocabo eos, nec, ut Homerus et Ennius, Musas, sed duodecim deos Consentis; neque tamen eos urbanos, quorum imagines ad forum auratae stant, sex mares et feminae totidem, sed illos XII deos, qui maxime agricolarum duces sunt.*

sendo uma questão importante saber se podemos obter acesso à vida real das mulheres antigas, ao invés de apenas representações e imagens delas.” (2004, p. 83). Este artigo não tem por objetivo discutir essa questão tão complexa. Porém, acreditamos ser necessário demarcar que consideramos mais prudente partir do seguinte princípio: as citações às mulheres nos documentos, inclusive no documento analisado, estão envoltas em uma série de preconceitos decorrentes do patriarcalismo da sociedade.

A mulher na sociedade romana ocupava um lugar distinto do homem. Enquanto o espaço público e suas atividades eram associadas ao homem, a mulher estava associada ao ambiente privado, a casa. Esse ideal, estreitamente relacionado ao *ethos* da elite romana e nem sempre fiel ao cotidiano, é predominante no discurso da literatura romana. De acordo com ele, as matronas deveriam viver em ociosidade - esse seria seu comportamento adequado (GROEN-VALLINGA, 2013, p. 295). A mulher, sobretudo da elite, estava incumbida de administrar a casa e a família; sua função como mãe deveria ocupar seu tempo e suas ideias. Isso porque as mulheres seriam naturalmente caracterizadas pela fraqueza física e pela delicadeza, diretamente relacionadas à maternidade (GROEN-VALLINGA, 2013, p. 297). A respeitabilidade das mulheres estava diretamente relacionada ao seu desempenho no papel que lhes fora estabelecido, como esposa e mãe (DIXON, 2014, p. 44).

Grande parte das informações a respeito da mulher na documentação antiga gira em torno de seu papel social, estando questões relativas à sua participação nas atividades econômicas esparsas, em pequenos detalhes e curtas menções. Piotr Berdowski aponta que é preciso “desenvolver ferramentas muito sutis para análise das evidências disponíveis, a fim de ler também nas entrelinhas” (BERDOWSKI, 2007, p. 284). É se atendo aos detalhes e aos silêncios que acreditamos ser possível analisar a participação da mulher nas atividades econômicas, como é o caso do documento estudado, que destina apenas algumas linhas a Fundânia, mas que a coloca em uma posição extremamente interessante. A maioria das menções à participação direta da mulher nas atividades econômicas se relaciona à fabricação de tijolos e à produção têxtil, por exemplo – questão abordada por Berdowski no artigo supracitado. Além disso, as citações também têm certa delimitação espacial, e informações sobre atividades econômicas que envolvem mulheres são mais recorrentes fora da Península Itálica – como, por exemplo, no Egito. Nosso recorte temporal, espacial e temático, tal como indicamos anteriormente, se refere à cidade de Roma e seus arredores no conturbado final do século I a.C., e se atém à

administração da propriedade fundiária, a *villa*, cuja produção estava orientada para o mercado.

No contexto da *villa*, as mulheres têm espaço bastante reduzido, conforme indicam os tratados de Catão, Varrão e Columella. A *vilica*, escrava esposa do *vilicus*, é a personagem feminina mais citada nos tratados de Catão e Columella (Cato, *Agr.* 143; Columella, *Rust.* 12). Varrão cita apenas as mulheres que deveriam acompanhar os pastores no pastoreio de transumância (*Rust.* 2.10), também escravas, além, é claro, de sua esposa, Fundânia (*Rust.* 1.1.1). A mulher pertencente à elite romana também é citada por Columella, já no século I d.C., período Imperial, para criticar seu desinteresse em relação à propriedade agrícola, o que levaria o proprietário, seu marido, a permanecer menos tempo na *villa*, prejudicando a administração da propriedade. Para tanto, a sede deveria agradar à esposa do proprietário de modo que esta aceitasse permanecer por longos períodos no campo:

Além disso, o mestre deve ser acomodado da melhor maneira possível, na proporção de seus meios, para que ele possa visitar a propriedade com mais disposição e ter mais prazer em ficar lá. E, especialmente, se a esposa dele também o acompanha, já que sua disposição, como o seu sexo, são mais delicados, ela deve ser agradada com comodidades de algum tipo para fazê-la ficar mais satisfeita com o marido. (Columella, *Rust.* 1.4.8)⁸

Diferente de Varrão, Columella não atribui à mulher um papel ativo na administração da *villa*, ainda que essa fosse importante na medida em que influenciava a estadia do proprietário. Não seria absurdo, portanto, considerar que o autor também responsabiliza as mulheres pelo panorama de negligência da elite romana em relação à agricultura, visto que a ausência dos senhores nas propriedades (Columella, *Rust.* 1. Prefácio. 13-20) seria decorrente também, segundo ele, do desprezo das mulheres pelo campo. A mulher no *De Re Rustica* de Columella tem um papel apenas de acompanhante, e, em certa medida, ela pode atrapalhar na administração da propriedade, enquanto no *De Re Rustica* de Varrão a mulher pode ser a proprietária e a responsável por sua administração. São cenários, por conseguinte, bastante distintos.

É preciso, ainda, apontar algumas características dos direitos de propriedade da mulher no período estudado, para compreender o cenário apresentado pelo autor no

⁸ *Pro portione etiam facultatum quam optime pater familiae debet habitare, ut et libentius rus veniat et degat in eo iucundius. Utique vero, si etiam matrona comitabitur, cuius ut sexus ita animus est delicatior, amoenitate aliqua demerenda erit, quo patientius moretur cum viro.* Tradução nossa.

primeiro capítulo de seu primeiro livro. Varrão era um homem de origem equestre (ASH; HOOPER, 1935, p. xiv) que viveu durante o século I a.C., período em que o casamento sem *manus* era comum, o que significava que a esposa continuava sob a *potestas* de seu *paterfamilias* mesmo após o casamento, mantendo seu direito de sucessão e permanecendo legalmente independente de seu marido. Sendo assim, a mulher tinha direito à posse e podia estabelecer um patrimônio separado de seu marido (LOOPER-FRIEDMAN, 1987, p. 281-282). Logo, ao afirmar que Fundânia comprou uma propriedade, Varrão indica que, possivelmente, a posse pertencia inteiramente a ela. Ainda que estejamos delineando os direitos de propriedade e de ação da mulher no que diz respeito a questões econômicas, é preciso pontuar que levamos em consideração que, em termos legais, homem e mulher dispunham de dispositivos distintos. No entanto, como salienta Suzanne Dixon (1985, p. 147, 157), na prática, durante o período da República Tardia, as matronas logravam de relativa independência, mesmo aquelas que estavam sob tutela.

Além da possibilidade de constituir patrimônio de modo independente de seu marido, a mulher na República Tardia também podia receber propriedades fundiárias (ou outros tipos de bens) mediante herança deixada por seu marido, como é o caso de Márcia, que recebeu de herança o patrimônio de Hortênsio (Plut. *Cat. Min.* 52.3). Já Terência, esposa de Cícero, administrou as propriedades fundiárias do marido durante seu exílio em 58 a.C., e, ao mesmo tempo, buscou assegurar que seu dote e patrimônio não fossem alterados em virtude do confisco que ameaçava o patrimônio dele (Cic. *Fam.* 14.2-4)⁹. No caso de Fundânia, acreditamos que, com um capital proveniente de um patrimônio já existente, ela comprara uma propriedade fundiária.¹⁰

Ainda que a informação de que Fundânia solicitara ao marido instruções sobre a administração da *villa* seja um recurso retórico, a compra da propriedade parece constituir um ato plausível. Além do cenário brevemente exposto nas linhas acima, é preciso que consideremos, ainda, que Varrão só se valeria de uma situação inteligível a seus leitores para basear a escrita de seu tratado. Logo, a veracidade tanto da solicitação quanto do ato em si não nos interessa diretamente. Mesmo que Fundânia não tenha de fato comprado uma *villa* no período de escrita do *De Re Rustica*, possivelmente o fez em

⁹ Sobre esse exemplo, ver: DIXON, S. Family Finances: Tullia and Terentia. *Antichthon*. Vol. 18, 1984, p. 78-101.

¹⁰ Não é nosso objetivo sugerir que esse é um caso único, uma vez que é sabido que muitas mulheres possuíam extensos patrimônios ao longo da história de Roma – sobretudo em períodos posteriores.

algum momento, e Varrão partira dessa circunstância para teorizar a respeito da prática agrícola. O que nos interessa é questionar por que o autor usou tal circunstância como ponto de partida, quando poderia ter atribuído tanto o interesse na administração da propriedade agrícola quanto à compra da mesma a um homem – amigo ou parente.

Se aceitarmos as informações fornecidas por Varrão, o que poderia significar, portanto, a aquisição de terras por parte de sua esposa em meados do século I a.C. – seja no período de composição do tratado, década de 30, seja em algum período anterior? Analisemos, portanto, a conjuntura em que tal compra se efetuou.

O século I a.C. foi um conturbado período da história de Roma, com duas guerras civis, uma revolta de escravos de grandes proporções e um conflito contra os itálicos. Desde o enfrentamento entre Mário e Sula, a cidade de Roma foi envolta em conflitos que levaram à saturação e conseqüente queda do sistema político vigente – a República. A fortuna de algumas famílias da época de Cícero (e de Varrão), observa T. Frank (*apud* HINARD, 1985, p. 203), foram construídas nos leilões dos proscritos por Sula. Com a derrota de Mário, Roma foi envolta em uma série de “acertos de contas”, que incluíam confiscos e proscricções, e a riqueza se concentrou, portanto, com aqueles que haviam se alinhado ao lado vencedor, o que provocou uma diferença significativa de riqueza entre os membros da elite romana (HINARD, 1985, p. 203-204). Mais tarde, após a segunda guerra civil – César contra Pompeu –, o lado vencedor seria o de César, mas a dinâmica anterior se mantivera, ainda que este tenha sido mais piedoso com seus inimigos que Sula.¹¹ Durante esse período, que Géza Alföldy define como “mais propício não só à rápida conquista de fortuna, como também de sua perda”, na qual “até os políticos e generais mais poderosos podiam ser vítimas dos seus inimigos” (1989, p. 104), os patrimônios foram lapidados e aqueles em condições conseguiam se valer dos preços baixos para acumular o bem mais relevante até então, terras na Península Itálica. Ainda que Varrão tenha escrito o *De Re Rustica* uma década depois da guerra civil de César contra Pompeu, não seria absurdo apontar que a instabilidade se mantivera até a ascensão de Augusto. O panorama vivido por Varrão possivelmente influenciou na composição de seu tratado e em sua perspectiva a respeito da posse e administração da terra. Mais do que nunca, a terra seria o bem capaz de manter a riqueza e distinção social dos membros da elite. A possível compra de Fundânia se insere, portanto, nesse cenário.

¹¹ Varrão, cuja carreira política sempre esteve ligada a Pompeu, tendo lutado ao lado do general na guerra civil, foi um dos perdoados por César, que após o fim da guerra lhe devolveu algumas das propriedades que haviam sido confiscadas. Varrão seria proscrito novamente em 43 a.C. (ASH; HOOPER, 1935, p. xv).

A agricultura constituía a única forma de investimento confiável da qual os membros da elite romana poderiam depender, visto que seus lucros eram estáveis a longo prazo. A estabilidade da agricultura era seu aspecto mais importante, que superava a busca pela maximização imediata do lucro para alguns proprietários (KEHOE, 2000, p. 15). A posse da terra, explica Paul Veyne, tinha por objetivo permitir que o dono subsistisse nos dois cenários possíveis, de estabilidade ou instabilidade. No cenário de estabilidade, a propriedade agrícola funcionava como um sistema produtivo orientado para venda de seus produtos no mercado. Sendo assim, as culturas eram especializadas e o processo produtivo cuidadosamente desenvolvido. A propriedade gerava, portanto, uma renda. No cenário de instabilidade, a propriedade agrícola ganhava uma configuração distinta. Sua produção era diversificada para que tudo que produzisse pudesse ser vendido e consumido, evitando, assim, que o proprietário tivesse despesas (VEYNE, 1990, p. 130).

Destarte, a terra, aponta Veyne, proporcionava segurança na medida em que produzia bens de subsistência insubstituíveis. Em tempos de crise política, por exemplo, tal como ocorreu no final do século I a.C., e de instabilidade no comércio e nas demais atividades econômicas, os ganhos advindos da terra seguravam as necessidades do proprietário. Veyne salienta ainda que o membro da elite romana não buscava ser economicamente independente, mas buscava não depender da economia. A consequência disso é que a terra se tornava uma fonte de distinção social, uma vez que distinguia aquele que tem daquele que ganha. Em tempos de crise, somente aquele que tem poderia “ser admitido nas fileiras da boa sociedade” (VEYNE, 1990, p. 133).

Além disso, a possível compra de Fundânia pode estar relacionada a uma tendência que consideramos estrutural no comportamento econômico da elite romana: a diversificação das fontes de enriquecimento. A partir do século II a.C., os negócios dos membros da elite romana se expandiram e não se restringiam às atividades agrícolas, mas se estendiam pelo mercado financeiro e o comércio. Jean Andraeu aponta que existiam pelo menos cinco categorias de negócios em que a elite romana estava envolvida. São elas: a propriedade da terra e o comércio de tudo que ela produz; atividades econômicas não agrícolas como o empréstimo de dinheiro a juros, o arrendamento de propriedades e atividades comerciais; vida política e militar (compensações provenientes de magistraturas e da carreira militar); atividades culturais e de entretenimento como conferências, publicações e escolas de eloquência e gestão dos bens de parentes e amigos (ANDRAEU, 2004, p. 76). A crise em um desses setores poderia comprometer a renda e o lucro, o que significa dizer, a nosso ver, que as demais atividades econômicas deveriam

suprir as perdas sofridas. A diversificação das atividades econômicas da elite romana constituía, portanto, uma estratégia adotada para assegurar sua riqueza em qualquer cenário. Se considerarmos que o patrimônio de Fundânia não era, até então, composto por uma *villa*, mas que já estava consolidado o suficiente para que pudesse efetuar tal compra, é possível sugerir que a esposa de Varrão tenha com a ação buscado diversificar seu patrimônio a partir da adição de um tipo de propriedade com alta possibilidade de estabilidade e lucro.

A busca por riqueza constituía uma necessidade constante dos membros da elite romana, já que era necessária para manter a posição social, logo, “nunca se é demasiado rico, uma vez que nunca se está demasiado seguro” (VEYNE, 1990, p. 131). Seria plausível considerar que a esposa de Varrão compunha o grupo daqueles hábeis indivíduos, tal como classifica Alföldy (1989, p. 103), que se valeu da conjuntura para comprar terras e ampliar seu patrimônio? Seria a menção de Varrão um indicativo de que as mulheres estavam, de alguma forma, integradas no panorama econômico da República Tardia? Nos documentos literários, a posição social e de prestígio da mulher se relaciona ao cumprimento de suas obrigações como esposa e mãe, como apontado anteriormente. No entanto, o que certos documentos indicam, e acreditamos ser o caso da passagem estudada, é que, apesar do discurso dos homens da elite romana legar às mulheres um espaço específico e restrito de ação, na prática, as mulheres parecem ultrapassá-lo. Como aponta Morley:

A análise social tradicional ignorou a divisão mais fundamental da sociedade em favor da identificação de diferentes grupos de homens, dando como certo - como a sociedade ocidental faz há séculos - que as mulheres são definidas pelo status e atividades de seus pais e maridos e, portanto, dificilmente precisam ser discutidas. (MORLEY, 2004, p. 82).¹²

O presente artigo buscou indicar que, embora a evidência documental seja escassa e, à primeira vista, aponte para uma perspectiva diferente, durante a República Tardia as mulheres da elite romana possivelmente se preocupavam com a administração de seus patrimônios e ocupavam um papel econômico significativo. Acreditamos que a escolha de Varrão em dedicar à sua esposa Fundânia o primeiro livro do seu *De Re Rustica* pode apontar para a inserção das mulheres tanto no cenário econômico do século I a.C.,

¹² Tradução nossa.

marcado por condições propícias para o investimento em terras para aqueles que tinham condições, quanto na estratégia estrutural desse grupo social de diversificação dos negócios. Ainda que homens e mulheres da elite romana possuísem papéis distintos na dinâmica sócio-política em que estavam inseridos, e o aparato legal do período regulasse suas ações também de forma distinta, o acúmulo de riqueza assegurava possivelmente de modo similar as posições de poder de ambos em relação ao restante da sociedade.

Não é nosso objetivo sugerir uma leitura assertiva a respeito do assunto, mesmo porque as evidências não são suficientes. Fundânia só é citada nesse documento e pouco sabemos sobre ela. No entanto, acreditamos que é preciso considerar de forma cada vez mais relevante o papel das mulheres nas atividades econômicas na sociedade romana durante o período da República Tardia, mesmo aquelas que os documentos apenas nos fornecem algumas linhas para analisar. Como já apontado, o apagamento da mulher dos escritos é uma característica comum nas sociedades patriarcais. É necessário, portanto, que na medida do possível, as resgatemos – sobretudo em questões que elas têm, teoricamente, pouca relação, como é o caso das atividades econômicas. Nesse sentido, consideramos que o Projeto *Eurykleia*, do qual derivou o problema discutido, constitui uma ferramenta fundamental nos estudos a respeito da mulher na sociedade romana.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO

CATO, *On Agriculture* & VARRO, *On Agriculture*. Translated by Harrison Boyd Ash e Willian Davies Hooper. Loeb Classical Library L 283. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1935.

CICERO. *Letters to Friends, Volume I: Letters 1-113*. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. Loeb Classical Library 205. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.

COLUMELLA, *On Agriculture*. Translated by Harrison Boyd Ash. Loeb Classical Library 361; 407; 408. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1941.

PLUTARCH. *Lives, Volume VIII: Sertorius and Eumenes. Phocion and Cato the Younger*. Translated by Bernadotte Perrin. Loeb Classical Library 100. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1919.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFÖLDY, G. *História Social de Roma*. Lisboa: Editora Presença, 1989.

ANDREAU, J. Sur le choix économiques des notables romains. In: ANDREAU J; FRANCE, J; PITTIA, S. (eds.) *Mentalités et choix économiques des romains*. (Scripta Antiqua 7.) Bordeaux: Ausonius, 2004.

- ASH, H.; HOOPER, W. The life and works of Varro. *In: CATO, On Agriculture & VARRO, On Agriculture*. Translated by Harrison Boyd Ash e Willian Davies Hooper. Loeb Classical Library L 283. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1935.
- BERDOWSKI, P. Some remarks on the economic activity of women in the Roman Empire: a research problem. *In: BERDOWSKI, P.; BLAHACZEK, B. Haec mihi in animis vestris templa studia classica in memory of professor Lesław Morawiecki*. Rzeszów: Bonus Liber, 2007.
- DIXON, S. Family Finances: Tullia and Terentia. *Antichthon*. Vol. 18, 1984, p. 78-101.
- DIXON, S. Polybius on Roman Women and Propert. *The American Journal of Philology*, Vol. 106, No. 2, 1985, p. 147-170.
- DIXON, S. *The Roman Mother*. Londres: Routledge, 2014.
- GROEN-VALLINGA, M. J. Desperate Housewives? The Adaptive Family Economy and Female Participation in the Roman Urban Labour Market. *In: Hemelrijk, E; Woolf, G. (org.) Women and the Roman City in the Latin West*. Leiden: Brill, 2013.
- HINARD, F. *Les proscriptions de la Rome Républicaine*. Roma: École française de Rome, 1985.
- KEHOE, D. P. *Investment, profit and tenancy. The jurists and the Roman agrarian economy*. Michigan: Michigan University Press, 2000.
- LOOPER-FRIEDMAN, S. E. The Decline of Manus-Marriage in Rome. *In: Tijdschrift voor Rechtsgeschiedenis / Revue d'Histoire du Droit / The Legal History Review*, Vol. 55: Issue 3-4, 01 Jan 1987, p. 281–296.
- MORLEY, N. *Theories, Models and Concepts in Ancient History*. Londres: Routledge, 2004.
- TREVIZAM, M. “Tradução do *De Agri Cultura* de Catão” e “Tradução do *De Re Rustica I*” *In: TREVIZAM, M. Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*. 2006. 518 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2006.
- TREVIZAM, M. Introdução, tradução e notas. *In: VARRÃO. Das coisas do campo*. Tradução de Matheus Trevizam. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- VEYNE, P. Mito e realidade da autarquia em Roma. *In: VEYNE, P. A Sociedade Romana*. Lisboa: Edições 70, 1990.

O EXEMPLO DE HORÁCIA: A MEMÓRIA DE UM ASSASSINATO EM TITO LÍVIO (1.26).

Mariana de Azevedo Santana Gomes¹³

Resumo: Em sua *História de Roma*, Tito Lívio apresenta exemplos a serem seguidos por seus contemporâneos (séc. I AEC). Com base em uma passagem do episódio da batalha entre os Horácios e os Curiácios, considerado por ele um assunto amplamente conhecido em seu tempo, pretendo analisar, neste artigo, as ações das personagens em torno do assassinato de Horácia, que são apresentadas no parágrafo 1.26 da narrativa.

Palavras-chaves: Monarquia Romana; Tito Lívio; Horácia; Memória.

THE EXAMPLE OF HORACIA: THE MEMORY OF A MURDER IN LIVY (1.26)

Resume: In his *History of Rome*, Livy uses to present examples for his readers to emulate. This paper deals with a chapter of the episode on the Horatii and the Curiatii, a very well-known theme for the Romans. Focusing on what is said about Horatia, the actions of the main characters will be analysed.

Keywords: Royal Rome; Livy; Horatia; Memory

Introdução

Tito Lívio deixa claro, no prefácio de sua obra, seu interesse em “examinar a memória dos grandes feitos” romanos (Liv. 1, *praef.*). Divergindo dos historiadores de sua época (séc. I AEC), que preferiam dissertar sobre um passado recente (SIERRA, 1997, p. 53-54), Lívio narra a história de Roma desde sua fundação (*ab urbe condita*). Não apenas com o objetivo de escapar da decadência moral de seu tempo, mas preocupando-se com a questão didático-pedagógica da história, exemplificou virtudes e vícios em suas personagens e utilizou-as como premissas de condutas morais para fazer mover seus contemporâneos, conforme a forma tradicional e virtuosa - o que tornava, de acordo com ele, os romanos um povo glorioso (CITRONI et al. 2006, p. 627, 630; SIERRA, 1997, p.54-56; VITORINO, J. 2008, p. 11,16).

Seu estilo narrativo demonstra suas intenções, sem excluir totalmente as características que remetem à proposta histórica de Tucídides - modelo grego que influenciou diretamente a historiografia anterior a ele (CITRONI et al. 2006, p. 639) -, como a inserção de discursos diretos e indiretos em sua narrativa. O historiador seguiu as

¹³ Graduanda de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Tema de pesquisa atual: Eurykleia: aquelas que tinham um nome. Construindo uma base digital. Bolsista de IC da: Faperj. Orientação: Prof. Claudia Beltrão. Email para contato: mg290897@gmail.com.

fontes analísticas “relativamente recentes”¹⁴, inspirou-se em modelos isocráticos, trágico-patéticos e inovou ao utilizar a proposta de escrita histórica desenvolvida por Cícero, a *narratio* (BELTRÃO, 2017, p. 336; CITRONI et al. 2006, p. 638-639; VITORINO, J. 2008, p. 14-15).¹⁵ Tais estruturas parecem complementares na medida em que, partindo do modelo de Aristóteles - apresentado na *Poética IX-*, demonstram o distanciamento entre a história e a literatura (respectivamente, a primeira trabalha com fatos e a segunda possui uma liberdade de invenção). Já na proposta de Cícero, também sob influência aristotélica, a história é subordinada à retórica, o que traz contribuições da oratória para a historiografia (BELTRÃO, 2017, p. 335, 341, 347). Desta forma, a ideia que se deseja propagar deve ser pensada para que o público-leitor, no caso do texto de tradição manuscrita, venha a aderir à mensagem do escritor-orador.

Ao pretender construir uma obra histórica com vigor retórico, Lívio concilia seu pragmatismo e o recurso da *captatio benevolentia*, ou seja, tenta cativar a plateia. Um exemplo disso é a forma como é construído seu prefácio, em que ao mesmo tempo que traz seus princípios como historiador, empreende o mesmo que o orador no exórdio, fazendo um contato direto - quase um diálogo implícito - com o auditório (CITRONI et al. 2006, p. 637, 641; SIERRA, 1997, p. 45,46).

A partir de tais observações, proponho neste artigo a análise de um episódio da batalha entre Horácios e Curiácios, mais especificamente sua conclusão, na qual emerge a personagem Horácia (Liv. 1.26). As interpretações aqui expostas seguem os procedimentos dos verbetes da base de dados *Eurykleia*¹⁶, utilizados como método para a formulação de perguntas sobre a identidade de Horácia e suas ações, assim como sobre as pretensões do autor com o relato de tal episódio, dada a natureza retórica de sua obra e levando em conta que o mesmo considerou o assunto antigo, porém verdadeiro e conhecido em sua época (Liv. 1.24: *Horatius Curiatiosque fuisse satis canstat, nec ferme res antiqua alia est nobilior*).

Exempla Horatii

¹⁴ Exemplos de analistas “recentes”: Valério Ancio, Claudio Quadrigário, Licínio Macro e Élio Turberão. Fontes documentais nas quais Tito Lívio tem acesso ao trabalho de Fabio Pictor e outros analistas antigos (CITRONI et al. 2006, p. 630; SIERRA, 1997, p. 11).

¹⁵ Para uma discussão mais abrangente, ver também SIERRA. 1997, p. 12, 52-55.

¹⁶ Projeto que visa à criação de uma base digital com nome de mulheres apresentados em documentos da antiguidade. Disponível em: <https://eurykleia.hypotheses.org/>

O evento no qual Horácia é nomeada é datado da época de Tullo Hostílio (ca. 672 AEC - 640 AEC), terceiro rei de Roma, que lutou contra Alba Longa e subjugou-a à influência romana (GAGARIN, 2010, p. 36). No prefácio da tradução brasileira de Mônica Costa Vitorino, Júlio César Vitorino explicita que, na narrativa liviana sobre o reinado de Tullo Hostílio, a realização mais importante do rei teria sido a conquista de Alba Longa: “tanto que todos os outros acontecimentos relacionados a ele são mencionados sem detalhes: a guerra contra os sabinos e outros são narrados rapidamente em sentenças curtas e da mesma forma é anunciada a sua morte” (VITORINO, 2008, p. 24). Dentre tais “acontecimentos [...] mencionados sem detalhes”, Vitorino ressalta guerras, mas outros aspectos também devem ser destacados: a instauração da *Curia Hostilia*, do *Comitium* (Liv. 1. 30), a criação do *collegium fetialis* e do “tribunal para o julgamento de crimes de alta traição, que permitia a possibilidade de apelo ao povo (*provocatio ad populum*)”, estando este último intimamente ligado ao episódio aqui analisado (MONIZ, 2001, p. 286; DIREITO, 2019, p. 52).

Tullo Hostílio é retratado como um líder belicoso, em oposição a Numa Pompílio, seu antecessor, e “ainda mais feroz que Rômulo” (Liv. 1. 22: *Hic non solum proximo regi dissimilis, sed ferocior etiam quam Romulus fuit*). A comparação entre o governo de Rômulo e o de Tullo é o ponto de partida de Aaron Seider (2012), para quem o fratricídio cometido por Rômulo delimita as barreiras da cidade, inaugurando-a. Estas mesmas barreiras, que, segundo Seider, tornam problemática a separação das partes internas e externas da cidade, são o estopim para a guerra entre romanos e albanos, dados os saques recíprocos provocados por seus camponeses (Liv. 1.22; SEIDER, 2012, p. 259). É a violência - guerra - entre os albanos e romanos que constrói as barreiras entre os povos, não apenas fisicamente, mas também aquelas que dizem respeito aos laços ancestrais (SEIDER, 2012, p. 263).

Como um acordo não foi possível entre os povos, uma guerra entre as cidades foi declarada por meio de embaixadores. É interessante notar as palavras que Lívio utiliza para dar continuidade à narração:

Essa se assemelhava mais a uma guerra civil, quase entre pais e filhos, pois os dois povos eram de descendência troiana: Lavínio de Tróia, Alba de Lavínio, os romanos oriundos da família dos reis albanos

Et bellum utrimque summa ope patrabatur; cuili simillium bello, prope inter parentes natosque, Troianam utramque prolem, cum Lauinium ab Troia, ab Lauinio Alba, ab Albanorum stirpe regum oriundi Romani essent (Liv. 1. 23)

É explícito o anacronismo presente na escrita de Lívio, que relaciona as guerras civis de seu tempo (séc. I AEC) ao episódio do século VII AEC. O anacronismo em Lívio mostra-se desde o momento em que o autor pretende usar do “mimetismo” do passado com “intencionalidade didático-pedagógica” (LIMA; CORDÃO, 2009, p. 609). Ao utilizar-se da memória de um passado virtuoso não apenas “como impulso de compreender o presente” (LOURAUX, 1994, p. 57) mas, também para mudá-lo, Lívio parece “compreender o presente pelo passado e o passado pelo presente” (BLOCH, 1965, p. 46 apud LOURAUX, 1994, p. 61), recapitulando, assim, seu contexto histórico durante toda a sua obra.

O que ocorre *a posteriori* em sua *narratio* é o início da guerra, estabelecida por parte dos albanos e, em seguida, a morte do rei de Alba, Gaio Clúlio, o que Rômulo interpretou como um sinal de vingança divina enviado àqueles que começaram a guerra nefanda (Liv. 1. 23). Após Mécio Fufécio ser eleito para combater como general o exército romano, ele demanda um colóquio com Tullo, para quem diz ser a “ambição pelo poder que atrai às armas os dois povos parentes e vizinhos” (*cupido imperii duos cognatos uicinosque populus ad arma stimulat*) (Liv. 1. 23). Esta fala, apresentada na forma de discurso direto, junto à expressão de aversão dos deuses à guerra com a morte de Clúlio, declara a falta de *pietas*¹⁷ entre os “povos parentes”. Sem o respeito devido aos ancestrais e às divindades (BELTRÃO, 2018, p. 73), a morte do general albanos parece ser um prodígio indicando a insatisfação dos deuses e a quebra da *pax deorum* (FÉVRIER, 2008, p. 165), com a desavença entre as pátrias familiares.

Todavia, apontar a falta de virtude daquela guerra não é o fim do discurso pronunciado por Fufécio. O general continua a argumentar que cidades etruscas circundavam ambas as cidadelas, romana e albana, que espreitariam o combate e, no fim deste, atacariam derrotados e vencedores, aproveitando-se da fadiga dos de origem latina (Liv. 1. 23). Decidiram então que, por haver trigêmeos em ambos os exércitos “iguais tanto na idade quanto na força” (*nec aetate nec uiribus dispares*) (Liv. 1. 24), cada um

¹⁷ “[...] Trata-se de uma virtude familiar, mas sua definição como o senso de responsabilidade em relação aos membros da família, que é correta, ilumina apenas um aspecto da *pietas*, deixando de lado seus aspectos religiosos e mais afetivos. *Pietas* designa o sentido de dever e respeito que se deve às divindades, e que era exigido dos filhos em relação aos pais, mas também designa os laços recíprocos de afeição e de obrigação compartilhadas por todos os membros da família. *Pietas* é também e principalmente uma deusa que rege as relações entre parentes e amigos, e é representada em muitas moedas do período imperial, assim como centenas de milhares de epitáfios do mundo romano apelam à *pietas* para honrar seus membros mortos. [...]” (BELTRÃO, 2018, p. 73).

lutaria por sua pátria. As palavras utilizadas pelo historiador para caracterizar os trigêmeos parecem reafirmar as similaridades (SEIDER, 2012, p. 262) - ou o parentesco - entre albanos e romanos. Na sequência, foram celebrados rituais feciais¹⁸ - que demonstram a criação etiológica do sacerdócio, o que é reafirmado pelas palavras de Lívio que diz “não existir lembrança de nenhum tratado mais antigo” (*Tum ita factum accepimus, nec ullius uetustior foederis memoria est*) (Liv. 1. 24) - e se iniciou a batalha (Liv. 1. 25).

Ao serem vitoriosos os romanos, Lívio nos conta que:

Sepulcra exstant quo quisque loco cecidit, duo Romana uno loco propius Albam, triam Albana Romam uersus, sed distantia locis, ut et pugnatum est. (Liv.1.25)

Existem sepulcros no lugar onde cada um morreu: os dois romanos em um único lugar, mais próximo de Alba, e os três albanos na direção de Roma, mas afastados um dos outros, nos lugares em que se travaram os combates.

Essa passagem é importante devido à presença dos *monumenta*. Ao utilizar-se do verbo no presente do indicativo (*exstant*), o autor remete à ideia de que os sepulcros ainda existiam no seu tempo. Esses seriam “um sinal do passado” (LE GOFF, 1990, p. 536), presentificando o episódio da batalha entre Horácios e Curiácios. Tais sepulcros ajudam na questão pedagógica do autor que, ao recuperar a memória espacial de seus leitores, torna viva as virtudes militares dos Horácios.

Após a vitória, Tullo exigiu que Fufécio mantivesse a juventude albana armada para utilizar-se de seus trabalhos caso uma guerra contra os etruscos viesse a ocorrer (Liv. 1. 26). As barreiras criadas pela guerra já não existiam. Com a subjugação de Alba, as cidades se tornaram aliadas frente aos perigos externos, tendo assim suas barreiras dissolvidas (SEIDER, 2012, p. 263). A brutalidade das armas deu lugar à paz interna, mas essa não perdurou por muito tempo.

A passagem que apresenta Horácia sucede no retorno de seu único irmão sobrevivente que, vitorioso, trazia “os tríplexes espólios diante de si” (*trigemina spolia prae se gerens*) (Liv. 1. 26). A jovem era noiva de um dos trigêmeos albanos morto em combate contra seu irmão, e ao reconhecer o manto que confeccionou para o falecido, solta os cabelos, em sinal de luto, pondo-se a chorar e a chamar o nome do Curiácio (Liv.

¹⁸ Como foi exposto acima, os feciais eram um dos *collegia*, uma instituição sacerdotal, criada por Tullo Hostílio. Constituídos por vinte membros “encarregados das cerimônias religiosas rituais que precediam [...] guerras, a conclusão de tratados de paz, etc.” (MONIZ, 2001, p. 286).

1. 26). Esse trecho determina que os albanos e romanos tinham uma relação próxima, isso porque o casamento era arranjado por aqueles que detinham a *manus* sobre as jovens, ou seja, o *paterfamilias* (CANTARELLA, 1997, p. 80-84).

A atitude da irmã perturbou seu irmão Horácio, que agiu assassinando-a e proferindo as seguintes palavras, expostas em discurso direto na documentação:

Abi hinc cum immaturo amore ad sponsum, inquit, oblita fratrum mortuorum uiuique, oblita patriae. Sic eat quaecumque Romana lugebit hostem. (Liv. 1. 26)

Vai-te daqui com teu amor imaturo, vai para junto do teu noivo, tu, esquecida de teus irmãos mortos e do vivo, esquecida de tua pátria. E assim morra qualquer romana que chorar o inimigo.

O romano acusa Horácia de *oblita*, esquecida de sua posição como romana e irmã do salvador da *libertas*¹⁹ de Roma, pois havia preferido chorar a morte de seu noivo, *hostis* (inimigo de guerra), do que a dos membros de sua família. Seider (2012, p. 264) observa que, apesar do apagamento das barreiras entre Roma e Alba com a aliança formada a partir da subjugação da cidade dos Curiácios, a reação de Horácio demonstra que ele ainda tinha em mente a separação das mesmas, visto que se refere ao ex-cunhado como inimigo. Além disso, ao matá-la, o romano pretende torná-la um exemplo para as mulheres romanas, mostrando como elas não deveriam agir. Ademais, parece querer romper os laços que permaneciam unindo romanos e albanos, laços esses que permeiam todo o episódio entre Curiácios e Horácios: antes, durante e depois da batalha. Vale ressaltar, como feito por Seider (2012, p. 265), que o símbolo de ligação, durante o combate, é evidenciado pelo manto feito por Horácia e utilizado pelo noivo durante a luta.

O homicídio²⁰ foi presenciado por senadores e plebeus. O rapaz foi levado até o rei para ser julgado (Liv. 1. 26):

Rex, ne ipse tam tristis ingratiue ad uolgus iudicii ac secundum

¹⁹ Maria Helena da Rocha Pereira (2002, p. 378) diz que o termo “implica direitos privados, de que o *liber* gozava, na sua qualidade de cidadão”.

²⁰ Carlos Augusto Direito (2019, p. 50-51) utiliza a explicação de Giordani, que aclara que “o uso da expressão homicídio (*homicidium*) para designar o crime doloso contra a vida de alguém só aparece muito tempo depois da república, sendo certo que, até então, incluindo nesse período a realza, o termo era parricídio (*parricidium*) que significa morte de um pater, para designar a morte dolorosa de alguém. Esclarece o autor que o *parricidium*, “como morte infligida aos parentes próximos, era ainda punido por volta de 101 a.C com a antiga *poena cullei* (o parricida era encerrado num saco e lançado ao mar).” Além dela, utiliza-se também das palavras de Mommsen: “o saco (*culleus*) era a forma de execução capital que se aplicava aos autores de parricídio e, portanto, dado o amplo conceito primitivo deste delito, aos autores de homicídio de uma pessoa livre”. Sendo assim, o sorricídio de Horácia seria incluído no conceito de *parricidium*, o que demonstra o dano causado ao pai (a perda de um indivíduo sob sua *potestas*).

iudicium supplicii auctor esset, concilio populi aduocato, “Duumuiros, inquit, qui Horatio perduellionem iudicent, secundum legem facio.” Lex horrendi carminis erat: “Duumviri perduellionem iudicent; si a duumviris provocarit, prouocatione certato; si uicent caput obnubito. infelici arbori reste suspendito; uerberato uel intra pomerium uel extra pomerium.” (Liv. 1. 26).

O rei, para que não fosse ele próprio o responsável por um julgamento tão grave e desagradável para o povo e pelo castigo subsequente, convocou a assembleia popular e disse: “Eu, conforme a lei, instituo duúnviros para que julguem o crime capital do Horácio”. Os termos da lei eram assustadores: “os duúnviros julgarão o crime; se ele apelar do que foi decidido, a apelação será levada à debate; se confirmada, sua cabeça será coberta com um véu e com uma corda será pendurado a um patíbulo e chicoteado, dentro ou fora do *pomerium*”.

Os *duúnviros* consideraram-no culpado de *perduellio*, crime de alta traição à cidade (DIREITO, 2019, p. 50; Liv. 1. 26). Entretanto, antes que a punição fosse aplicada, Horácio volta-se ao rei e apela por sua vida (Liv. 1, 26). Esta é a primeira vez que o direito de apelação, criado por Tullo (DIREITO, 2019, p. 52), é utilizado na narração sobre as origens de Roma, o que representa um mito etiológico de tal lei. Abel Greenidge (1895, p. 4) apontou que o *provocatio ad populum* era como o pedido de um segundo julgamento após a sentença de morte ser proclamada. Fábio Moniz (2001, p. 552) indica diferentes acepções para o termo *provocatio* em latim, além daquela já anunciada acima; são elas: provocação, desafio e encorajamento. Esses diferentes significados trazem outros questionamentos a respeito da ação de Horácio, deixando brechas para a compreensão de que ele estaria correto em seu ato criminoso.

É curioso não ser o réu a falar em sua defesa, e sim seu pai, que proclama achar merecida a morte da filha e correta a ação do filho, reiterando que, caso fosse o contrário, ele mesmo teria punido o jovem Horácio de acordo com seu poder (*pater potestas*) sobre a vida do rapaz (Liv. 1. 26). Lívio continua sua narração com uma dramaticidade de característica trágico-patética nos atos e falas paternos:

Orabat [...] ‘ne se, quem paulo ante cum egregia stirpe conspexissent, orbem liberis facerent’. Inter haec senex iuuenem amplexus, spolia Curiatorum fixa eo loco qui nunc Pila Horatia appellatur ostentans, “Huncine, aiebat, quem modo decoratum ouantemque uictoria incedentem uidistis, Quirites, eum sub furca uinctum inter uerbera et cruciatus uidere potetis? quod uix Albonorum oculi tam deforme spectaculum fere possent. I, lictor, colliga manus quae paulo ante armatae imperium populo Romano pepererunt. I, caput obnube liberatoris urbis huius; arbore infelici suspende; uerbera uel intra pomerium, modo inter illa pila et spolia hostium, uel extra pomerium

modo inter sepulcra Curiatorum. Quo enim ducere hunc iuuenem potetis ubi non sua decora eum a tanta foeditate supplicii uindicent?” (Liv. 1. 26)

Suplicou aos que pouco antes o tinham visto com uma egrégia família que não o privassem desse filho. O velho, que entre tais palavras abraçava o jovem e mostrava os espólios dos Curiácios fixados naquele lugar que agora é chamado Coluna Horácia, disse: “Ó cidadãos, por acaso este que vós vistes ainda há pouco marchando condecorado e aplaudido por sua vitória, podeis vê-lo preso sob uma forca em meio a chicotes e instrumentos de tortura? Pois nem os olhos dos albanos poderiam suportar uma visão tão degradante. Vai, lictor, amarra-lhe as mãos, essas mãos que armadas, ainda há pouco trouxeram o poder para o povo romano. Vai, cobre a cabeça do libertador dessa cidade, pendura-o num patíbulo, chicoteia-o dentro do *pomerium*, mas entre aqueles dardos e espólios dos inimigos, ou então fora do *pomerium*, mas entre os sepulcros dos Curiácios. Para onde podeis conduzir este jovem sem que as honras não o vinguem da tamanha repugnância dessa pena?”.

Obviamente, o ato glorioso do filho no espaço militar teve grande parcela em sua absolvição, entretanto, foi o discurso do pai que emocionou a todos que o ouviam. Desta maneira, podemos inferir que a causa da absolvição de Horácio foi o posicionamento paterno. Tal afirmação encontra embasamento no direito civil romano, pois mesmo que “a opinião pública, os sacerdotes e o censor” pudessem lançar desonra sobre o *paterfamilias* perante a justiça e o pretor, este era o senhor, “senhor para usar mal da sua coisa, porque é o único responsável, senhor para alienar como quer, de [...] transmitir e partilhar entre os herdeiros e legatários da sua escolha”(VILLEY, 1991, p. 46-47). Ademais, o *pater* dispunha ainda do poder sobre os membros de sua família (BELTRÃO, 2018, p. 74; VILLEY, 1991, p. 47).

O fim da passagem explicita que o povo “absolveu-o mais pela admiração da coragem do que pela justiça da causa” (*absolueruntque admiratione magis uirtutis quam iure causae*) (Liv. 1. 26). Todavia:

[...] ut caedes manifesta aliquo tamen piaculo luerentur, imperatum patri ut filium expiaret, pecunia publica. Is, quibusdam piacularibus sacrificiis factis quae deinde genti Horatiae tradita sunt, transmissio per uiam tigillo, capite adoperto uelut sub iugum misit iuuenem. Id hodie quoque publice semper reffectum manet: sororium tigillum uocant. Horatiae sepulcrum, quo loco corruerat icta, constructum est saxo quadrato (Liv. 1. 26).

[...] Para que aquele crime evidente fosse expiado, ainda que por outro castigo, foi ordenado ao pai que purificasse o filho às expensas da cidade. Foram feitos alguns sacrifícios expiatórios posteriormente

transmitidos à família Horácia; o pai, atravessando um barrote no caminho, fez passar o jovem com a cabeça coberta como se estivesse sob jugo, isto permanece ainda hoje, reconstituído sempre pelos cidadãos. O que é chamado “barrote sorório”. O sepulcro de Horácia foi construído sob uma pedra esquadrada, no lugar em que ela, golpeada, tinha caído.

Apesar das semelhanças observadas por Seider (2012, p. 268-269) entre os atos de fratricídio e sororicídio de Rômulo e Horácio - respectivamente - vendo-os como estabelecadores de fronteiras, o autor não nega que os episódios são narrados de formas diferentes, visto que o *fratricidium* cometido por Rômulo não é tratado de forma depreciativa por Lívio, diferentemente do caso de Horácio. Contudo, Seider (2012, p. 270, 272) declara que o ato de Rômulo torna-se um problema, por inspirar o de Horácio. Sendo assim, Seider acredita que o povo decide absolver Horácio porque, ao ser traçado um paralelo entre Rômulo e Horácio - e o segundo ser condenado por ter agido como o primeiro - o passado da cidade poderia ser manchado. Apesar de achar coerente a ideia sobre a construção de barreiras e sua destruição no episódio dos Horácios, não parece ser esse o motivo do absolvido do jovem romano. Defendo estar a eximção da pena ao rapaz relacionada a outra personagem que não Rômulo, mas seu pai, o velho Horácio.

Devido à importância atribuída às ações civis, dando ênfase àquelas realizadas em conjunto, na narrativa de Tito Lívio a absolvição de Horácio pelo povo demonstra o prestígio do *paterfamilias* para os costumes (LIMA; CORDÃO, 2009, p. 615). Munido de um “poder considerável sobre todos os seus descendentes e dependentes, não importa em que idade” (BELTRÃO, 2018, p. 80), tem o pai em seu favor um peso que remonta à tradição dos *maiores*, e por isso é respeitado de tal maneira que consegue livrar seu filho de um “crime evidente” (*caedes manifesta*) ao dizer que concorda com a atitude tomada por ele.

E a respeito de Horácia?

Horácia é central para as eventualidades de todo o episódio que narra a subjugação de Alba Longa a partir da batalha entre Horácios e Curiácios. Metaforicamente, ela representava a *concordia*²¹ entre romanos e curiácios antes das desavenças entre as cidadelas. Durante a batalha, simbolizada através do manto confeccionado - como foi

²¹ “Noção [...] de *concordia* é de origem grega. Traduz *homonoia*, ou seja, a harmonia no modo de pensar e de sentir [...]” (PEREIRA.2002, p. 373).

exposto na secção acima -, ela retratava a relação entre aqueles que, através das armas, decidiam o destino de suas pátrias. E, finalmente, acaba por gerar, através de sua morte, a *provocatio ad populum*, um ritual expiatório (o *sororium tigillum*) e a memória de uma injustiça (por intermédio do seu sepulcro).

Quanto ao adjetivo pejorativo com que Horácio caracteriza sua irmã durante seu discurso direto (*oblita*), no momento em que transpassa o corpo da jovem com sua espada, é possível aplicá-lo a ele próprio. Dado o poder legal atribuído ao pai sobre os filhos - independente do gênero desses (BELTRÃO, 2019, p. 80) -, teria sido o *paterfamilias*, detentor da *manus* sobre Horácia (CANTARELLA, 1997, p. 80-84), a firmar o acordo de casamento da filha. Outro ponto importante é a falta de processos formalizados para a consumação do casamento (BELTRÃO, 2019, p. 92), ou seja, o fato de Lívio nomeá-la como noiva (*desponsa*) já legitima suas ações, provando que ela não havia esquecido (*oblita*) de seu lugar social, ao contrário de Horácio, que por ser condenado por *perduellio* prova, em um primeiro momento, o desajuste da identidade social que julga possuir, traindo o pai por se colocar como um *paterfamilias* e, conseqüentemente, traindo a cidade.

Outrossim, o fato de Horácio ter sido isento da pena de morte não o torna inocente, e a necessidade do ritual de expiação confirma seu crime. Foi o apelo de seu pai, para que não fosse privado do único/último filho, e a memória daqueles que “antes o tinham visto com uma egrégia família” (Liv. 1. 26) que salvaram a vida do criminoso. Esta família, então, teria sido destruída pela violência advinda do ambiente externo (*militae*) e interno (*domi*). Os *sepulcra* rememoravam, assim, tanto os atos gloriosos quanto aquele vergonhoso de Horácio, ornando os espaços *extra* e *intra urbes*, configurando mais do que a virtude militar, o vício contra a *pietas*.

DOCUMENTAÇÃO

LÍVIO, Tito. *História de Roma – desde a fundação da cidade. Livro I – A Monarquia*. Trad. Mônica Costa Vitorino. Rio de Janeiro: Ed. Crisálida, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELTRÃO, C. “A quem julgas apropriado escrever a história?” O orador e o historiador no *De Oratore* de Marco Túlio Cícero. In: SILVA, G. J; SILVA, M. A. O. (org) *A ideia de história na Antiguidade Clássica*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2017, p. 335-364.
- BELTRÃO, C. Lei, Família e Casamentos: O que os romanos têm a nos dizer? In: BUENO, A; DURÃO; G. (Org.) *Novos olhares para os antigos: visões da antiguidade no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Edição Sore Ontens, 2018, p. 71-104.
- CANTARELLA, E. *Pasado Próximo, Mujeres Romana de Tácita a Sulpicia*. Valência: Universitat de Valencia, 1997.

LIDERANÇA FEMININA NO CRISTIANISMO DO PRIMEIRO SÉCULO: O CASO DE FEBE

*Ian Ferreira Bonze*²²

Resumo: Durante séculos, a pesquisa acerca do cristianismo no século I d.C. desconsiderou como parte da história deste movimento religioso a função importante das mulheres na liderança de suas primeiras comunidades. A partir de um estudo de caso centrado em Febe, referida na *Carta aos Romanos*, o objetivo deste artigo é discutir a importância desta mulher no cristianismo do primeiro século e sua relação com Paulo.

Palavras-chave: Cristianismo; Império Romano; Paulo; Mulher; Febe.

FEMALE LEADERSHIP IN CHRISTIANITY OF THE FIRST CENTURY: THE CASE OF PHOEBE

Abstract: For centuries, research on Christianity in the first century AD disregarded, as part of the history of this religious movement, the important role of women in leading Christian communities. Based on a case study of Phoebe, presented in the *Letter to the Romans*, the objective of this paper is to discuss the importance of this woman in Christianity in the first century and her relationship with Paul.

Keywords: Christianity; Roman Empire; Paul; Woman; Phoebe.

Ao longo do tempo, os historiadores que se debruçaram sobre a história do cristianismo no século I d.C.²³ se dedicaram, geralmente, ao estudo de personagens como o Jesus histórico, Paulo, Pedro e os demais apóstolos. Esses personagens, então, emergiram como um tipo de figuras-chave para a interpretação da documentação cristã e da história deste fenômeno, que paulatinamente ascendeu e se tornou dominante no Ocidente até os dias atuais. Esse tipo de escrita da história, no entanto, é a escrita da história dos homens. As mulheres, quando são citadas, aparecem indiretamente, isto é, somente quando se escreve acerca da postura desses homens sobre elas. Estuda-se como Jesus se posicionou em relação às mulheres ou como Paulo admoesta acerca do que seria o “papel das mulheres” nas comunidades cristãs. Entretanto, para que possamos compreender a vida, as práticas e a própria existência das mulheres dentro do fenômeno conhecido como cristianismo no século I, é preciso, como aponta Brooten, que o foco principal esteja sobre elas (1985, p. 65).

²² Ian Ferreira Bonze é Mestrando em História Comparada, pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É membro do Laboratório de História Antiga (LHIA/UFRJ). Bolsista CAPES. Possui o projeto de pesquisa: Economia e finanças na Roma Antiga: história comparada do crédito no Principado e na Antiguidade Tardia, sob orientação do Prof. Dr. Deivid Valério Gaia. E-mail: ian_bonze@ufrj.br

²³ Todas as datas subsequentes se referem a d.C.

Não há dúvidas de que diversos estudiosos sobre o *Novo Testamento* reconheceram a necessidade de assentar a análise acerca do papel das mulheres no cristianismo no seu devido contexto histórico e cultural (BROOTEN, 1985, p. 69). No entanto, diversos problemas relacionados às categorias aplicadas emergem dessas análises. É importante consideramos que as categorias que o historiador escolhe para a realização de sua pesquisa influenciará decisivamente nos próprios resultados obtidos. Vale ressaltar, também, que as mulheres que são citadas no *corpus* neotestamentário, como Prisca (ou Priscila), Junia, dentre outras líderes, não eram somente judias ou cristãs, mas estavam inseridas na conjuntura do Mediterrâneo do século I, que é o mundo greco-romano (BROOTEN, 1985, p. 70). Nosso objetivo neste artigo, portanto, é estabelecer nosso foco sobre Febe, à luz das relações sociais de seu tempo, a fim de discutir sua importância na expansão do cristianismo.

Ao observarmos as mulheres no Império Romano, não é nenhuma novidade que algumas desempenhavam papéis importantíssimos, como nos negócios. MacMullen, no entanto, argumenta que a demonstração desse fato é frequentemente extraída do Palatino, onde tais mulheres eram a mãe de Tibério, a esposa de Cláudio, a amante de Vespasiano etc., ou seja, mulheres que tinham acesso ao próprio imperador e, portanto, pertenciam a uma categoria específica. Essas mulheres podiam fornecer prefeituras pretorianas, consultorias, governos, aquisições, favores, perdões e até mesmo decisões judiciais, que às vezes, equivaliam a assassinatos em nome de seus adeptos. Afastando o olhar do epicentro do poder romano e observando as mulheres na parte oriental do Império, elas curiosamente também tinham relativa liberdade no que concerne ao uso do seu dinheiro, podendo empregá-lo em doações, empréstimos e compras. As doações eram, por vezes, enormes e, por isso, amplamente lembradas pelos seus beneficiários, por exemplo, nos templos ou na própria cidade da doadora. Essas mulheres podiam, ainda, ocupar o cargo de secretário da cidade (γραμματεύς), presidir os locais de esporte (γυμνάσιον) etc. (1990, p. 169, 170). Entretanto, quando o protagonismo feminino é apresentado na documentação, há certa reserva por parte do pesquisador, sobretudo quando se refere ao ofício religioso das mulheres cristãs. A partir da segunda metade do século XX, um grande número de estudiosas feministas do *Novo Testamento* começou a demonstrar que as mulheres eram líderes não só no primeiro movimento em torno de Jesus, tais como Maria Madalena, mas que exerceram ofícios fundamentais para o crescimento e desenvolvimento do primeiro movimento cristão (KRAEMER, 1992, p. 174).

Após a morte de Jesus e o primeiro movimento de expansão do cristianismo pelas regiões da Ásia Menor, a documentação paulina atesta ampla evidência de que as mulheres continuaram a desempenhar papéis de patronagem e liderança nas primeiras fases missionárias. Há uma multiplicidade de funções realizadas pelos membros das primeiras comunidades cristãs, distribuídas, conforme o entendimento de Paulo, a partir das graças concedidas pelo Espírito Santo, que conferia, a cada um, certo grau de autoridade dentro da comunidade.²⁴ Mesmo nesse ambiente que, atualmente, é tido como majoritariamente masculino, Paulo conheceu profetizas²⁵ e, ao menos, uma mulher a quem ele próprio concedeu o título de apóstolo, Junia – mulher que, acompanhada de Andrônico, são reconhecidos como tendo se tornado apóstolos antes mesmo de Paulo (*Rom.*, 16.7). Ademais, dentro do *corpus* canônico do *Novo Testamento*, há diversos outros exemplos de mulheres de alta posição social nas regiões em que o cristianismo estava se expandindo. O autor de *Atos dos Apóstolos* apresenta “mulheres religiosas de mais prestígio” que, em Antioquia da Pisídia, ao serem convencidas pelos homens judeus, posicionaram-se contra a pregação de Paulo (*At.*, 13.50); e “não poucas das mulheres da sociedade” de Tessalônica se converteram, unindo-se a Paulo e Silas (*At.*, 17.4).

Com relação a essas referências, é importante considerarmos que, em geral, conforme explicitado acima, muitas delas não se dão sobre mulheres específicas, indicadas nominalmente, mas de modo genérico. As citações nominais são frequentemente encontradas em textos que tradicionalmente não despertavam muito interesse dos pesquisadores, tais como as saudações finais das epístolas. Entretanto, o esforço de estudiosas feministas do *Novo Testamento* em ir além de um entendimento de atitudes masculinas sobre as mulheres, com a finalidade de alcançar as circunstâncias de suas vidas, mudou o olhar dos pesquisadores, levando-os a extrair as referências muito menos conhecidas, como Febe, Prisca, Junia, Julia, dentre outras, da missão paulina. Conforme apontou MacDonald, o fato de que essas breves citações apontam, às vezes, para uma surpreendente abertura para mulheres líderes e missionárias transformou a imagem até então dominante das mulheres nas comunidades paulinas, sempre veladas e silenciadas (1999, p. 199). A partir disso, figuras femininas de destaque foram trazidas para o centro da análise, possibilitando uma transformação no paradigma da história do cristianismo como sendo exclusivamente masculino.

²⁴ Para melhor compreensão do entendimento paulino sobre as funções na comunidade cristã, conferir *I Cor.*, 12.

²⁵ *I Cor.*, 11.5.

Um ofício importante que as mulheres cristãs ocupavam na Antiguidade e na contemporaneidade é o diaconato. O termo é derivado do grego *διακονέω*, que significa ministrar ou servir (LIDELL & SCOTT, 1996, p. 398). Mesmo em um contexto religioso anterior ao cristianismo, o termo grego *διάκονος* já era utilizado com o intuito de designar um atendente ou oficial. Já na literatura cristã, uma das referências mais antigas ao termo ocorre no final da *Carta de Paulo aos Romanos*, no capítulo 16, em que Paulo reconhece sua dívida para com Febe, chamando-a de *διάκονος* da igreja de Cencreia (KRAEMER, 1992, p. 181, 182). Essa seção da correspondência traz à tona a importância da rede de colaboradores de Paulo, sejam homens ou mulheres, para a expansão do cristianismo. Os verbos utilizados pelo apóstolo para indicar o trabalho de seus colaboradores apontam o risco que eles correram e as atividades perigosas de que claramente participaram por conta da divulgação do evangelho.²⁶ Nesse contexto, dez mulheres são citadas pelo apóstolo: Febe, Prisca, Maria, Junia, Trifena, Trifosa, Pérside, a mãe de Rufo, Julia, e a irmã de Nereu. Muitas dessas mulheres, sem dúvida, estavam diretamente envolvidas com a atividade missionária de Paulo, e, conforme explícito no texto paulino, desempenharam papéis fundamentais em sua rede de colaboração.

O Império Romano era composto por associações religiosas diversas, tanto entre os setores mais privilegiados quanto nas camadas subalternas da sociedade. Essas associações contavam com a participação ativa de mulheres que doavam somas de dinheiro. Algumas, que não necessariamente pertenciam às elites, participavam desses grupos e eram requeridas para servirem como patronas, recebendo o título de *mater* de algum *collegium* dos homens, por vezes centrado em um culto específico ou de uma profissão compartilhada. Vale ressaltar que por toda a parte ocidental, a Itália e as províncias, talvez um décimo dos protetores e doadores que os *collegia* procuravam eram mulheres (MACMULLEN, 1980, p. 211). Muitas eram, de fato, ricas. Há registros de diversos empreendimentos pertencentes às mulheres no setor imobiliário, bem como no setor de produção. A partir de marcas registradas em tijolos encontrados nas regiões de Pompéia e Óstia, praticamente um em cada cinco pertencia a uma mulher (MACMULLEN, 1990, p.174). Tácito, ao descrever um confronto entre Oto e os soldados da guarda pretoriana, relata um dos instantes de conflito, em que o imperador está dando um banquete para “homens e mulheres” (Tac., *Hist.* 1.81.1: “*Erat Othoni*

²⁶ O termo grego utilizado por Paulo para colaborador é *συνεργός*, que pode ser traduzido como “alguém que trabalha na companhia de outra pessoa”, “companheiro de trabalho”, “cooperador” (LIDELL & SCOTT, 1996, p. 1711).

celebre convivium primoribus feminis virisque”). Vale considerar que, embora não haja uma precedência implícita dessas mulheres no que diz respeito à ordem das palavras, ao menos elas têm uma importância separada, uma vez que Tácito as apresenta participando do banquete junto ao imperador, mas não indica a presença de “homens e suas esposas”. Ademais, Suetônio, ao descrever as ações de Domiciano, indicou que ele acabou com os ataques vergonhosos feitos contra “homens e mulheres notáveis” (Suet., *Dom.* 8.3: “*scripta famosa vulgoque edita, quibus primores viri ac feminae notabantur, abolevit non sine auctorum ingnomia*”). Podemos encontrar outro exemplo em Dião Cássio. Ao apresentar a decisão do Senado sobre a localização da estátua de Faustina, o autor indica a existência de assentos especiais para as “mulheres mais destacadas no poder” (Cass. Dio 72.31.2: “*και περι αθην τας γυναικας τας δυναμει προεχουσας συγκαθιζεσθαι*”).

Com o objetivo de se inserir no espaço dominado pela cultura greco-romana, as comunidades cristãs em sua totalidade, e Paulo em suas obras missionárias, confiavam em vários patronos, os quais não somente apoiaram seu trabalho apostólico, como também financiavam e providenciavam auxiliares. Muitas mulheres, nesse sentido, aparecem no registro de *Atos dos Apóstolos*. Lídia, em Filipos, mulher rica e importadora de tecidos de luxo, não somente hospedou Paulo em sua própria casa (*At.* 16.14,15), como pode ter sido uma das principais financiadoras do seu ministério, se cruzarmos a informação contida em *Atos dos Apóstolos* com outras cartas paulinas.²⁷ Prisca (ou, Priscila) e Áquila, em Corinto, não somente hospedaram Paulo em sua casa, como lhe concederam emprego em sua empresa de fabricação de tendas (*At.*, 18.2,3) e receberam uma comunidade cristã em sua casa, em Éfeso (*I Cor.*, 16.19). A única pessoa, no entanto, para quem Paulo aplicou explicitamente o termo “patrona” (προστάτις) foi Febe (*Rom.*, 16.2), conforme discutiremos adiante.

Na sociedade romana, as mulheres que executavam o papel de benfeitoras deveriam ser geralmente representadas de maneira pessoal e visível, ao ar livre (MACMULLEN, 1980, p. 212). Há diversas evidências epigráficas na região da Itália de mulheres participando de banquetes públicos.²⁸ No ofício de sacerdotisas, as mulheres presidiam os espetáculos, eram coroadas pela cidade ou pelas mulheres e homens de alguma seita; ao servir à divindade, elas estavam no mesmo nível dos sacerdotes. Ademais, conforme exposto, os títulos honoríficos não se restringiam às atividades religiosas, mas poderiam estar relacionados às atividades seculares, tais como chefiar o

²⁷ *Fp.*, 4.14-18.

²⁸ *CIL* 9.4697; *ILS* 6468, 6271 e 5196.

ginásio. Essas mulheres, entretanto, dificilmente eram encontradas exercendo papéis em que fosse necessária a realização de um discurso em público. Elas eram vistas, mas não ouvidas. As mulheres precisavam ser acompanhadas de um porta-voz, podendo ser seu marido, filho, irmão etc. (MACMULLEN, 1980, p. 217). A oratória era fundamental no final da República e início do Principado romano para a construção do “masculino” em Roma. Uma mulher que dedicasse sua vida à oratória era considerada uma anomalia (DA ROSA, 2007). No *Digesto* (3.1.1.5), há uma proibição para que as mulheres discursassem em público em benefício de outrem, haja vista que a permissão para que se envolvessem em casos de estranhos à sua família configuraria um atentado à castidade própria do seu gênero, pois esta seria uma função dos homens. Isso fica explícito na própria saudação paulina ao final da carta aqui analisada, pois das dez mulheres citadas, metade são apresentadas ao lado de nomes masculinos, e duas não têm o seu nome sequer citado, como o caso da mãe de Rufo (*Rom.* 16.13) e a irmã de Nereu (*Rom.* 16.15), sendo reconhecidas somente pelo nome masculino que acompanha a citação.

Na *Carta aos Romanos* 16.1-2, Paulo recomenda Febe ao seu destinatário, provavelmente como portadora dessa carta. Era comum, na Antiguidade, que as cartas incluíssem pedidos para seus portadores, e, às vezes, algumas eram escritas para o único propósito de recomendá-los. Paulo, frequentemente, utilizava-se dessa ferramenta²⁹ e a sua instrução concernente à Febe parece refletir esta prática convencional. É impossível, no entanto, que possamos ter certeza se o envio dessa correspondência tenha sido somente para que houvesse a garantia de que os romanos oferecessem a Febe o melhor tipo de hospitalidade, ou se Paulo tinha a intenção de que ela desempenhasse um papel específico dentro da comunidade cristã de Roma, por exemplo, o de ser intérprete de seu ensinamento (MACDONALD, 1999, p. 207, 208). Há, entre os acadêmicos que se dedicam ao estudo do *Novo Testamento*, sobretudo das cartas paulinas, um amplo debate, desde o século XIX, acerca desta seção.³⁰ A partir da observação do seu conteúdo em comparação com o restante da carta, é possível levantarmos algumas hipóteses. Em primeiro lugar, em 15.33 constatamos uma conclusão epistolar característica de Paulo, que reaparece em 16.20, o que é incomum nas cartas paulinas. Em segundo lugar, de acordo com o próprio apóstolo, ele nunca havia ido a Roma e, por isso, não conhecia a comunidade cristã da capital do Império (*Rom.* 1.9-15; 15.22-24). Entretanto, em 16.3-16

²⁹ *1 Cor.*, 16.15-18.

³⁰ Para melhor compreensão, ver DEISSMANN, 1910; MCDONALD, 1970; WHELAN, 1993; KOESTER, 2016.

há uma longa lista de agradecimentos pessoais, o que pressupõe que Paulo teria conhecido muitas pessoas da comunidade. Embora seja possível que boa parte delas tenha migrado para Roma, saindo de províncias orientais, é pouco provável que todas tenham feito isso. As “primícias da Ásia para Cristo” (*Rom.*, 16.5), provavelmente, seriam encontradas em Éfeso, não em Roma; além disso, não haveria utilidade em citar essa informação em uma carta endereçada aos romanos. Por fim, se o registro de *Atos dos Apóstolos* estiver correto, bem como o registro de Paulo em *1 Coríntios*, então Prisca e Áquila, citadas nesta seção (16.3-5), saíram de Roma e, possivelmente, fixaram-se em Éfeso (*At.*, 18.2,26; *1 Cor.*, 16.19).

Segundo a hipótese formulada por Koester, essa seção seria uma correspondência enviada à Éfeso, juntamente com uma cópia da *Carta aos Romanos*, que, originalmente, finalizaria no capítulo 15. Isso, segundo o autor, explicaria o motivo pelo qual essa possível “carta aos efésios” teria sido incluída na *Carta aos Romanos* em coletânea posterior. Dessa forma, o editor da coleção teria se baseado na cópia encontrada em Éfeso, contendo a seção correspondente ao capítulo 16, acrescentando somente uma nova doxologia (*Rom.*, 16.25-27), que não é paulina (KOESTER, 2016, p. 152). Se esta hipótese estiver correta, então Paulo teria escrito uma carta unicamente com o objetivo de recomendar Febe, da comunidade cristã de Cencreia para a de Éfeso, conferindo-nos o indício da importância dessa mulher. Se essa seção fez parte, originalmente, da correspondência, então Paulo estaria solicitando o suporte de Febe como patrona, a fim de que sua missão na Espanha pudesse ser bem-sucedida, haja vista que ir à Espanha era o intento do apóstolo (*Rom.*, 15.28). No entanto, independentemente da validade da hipótese de Koester, os primeiros versículos do capítulo 16 revelam uma relação entre Febe e Paulo que tem importantes implicações para a história das mulheres no cristianismo, seja Febe como responsável por financiar a viagem de Paulo ou como alguém recomendada pelo apóstolo para a comunidade cristã de Éfeso.

A ausência de um maior entendimento acerca da importância do papel desempenhado por Febe é o reflexo do conhecimento insuficiente sobre a terminologia que Paulo empregou ao recomendá-la ao seu destinatário – ἀδελφή, διάκονος e προστάτις – que é largamente incompreendida e, como consequência, mal traduzida. Em todas as cartas consideradas como autênticas, desde *1 Tessalonicenses* até *Romanos*, Paulo se referiu, frequentemente, aos que lhe ajudaram como ἀδελφός, que pode ser traduzido como “irmão”, ou ἀδελφή, que pode ser traduzido como “irmã” (LIDELL & SCOTT, 1996, p. 20). De acordo com Carvalho, o intuito de Paulo em utilizar esse termo reflete

um reforço à afirmação encontrada em *Rom.* 8.14: “todos os que são conduzidos pelo Espírito de Deus são filhos de Deus” (2017, p.115), o que pressupõe a formação das comunidades cristãs no século I. Além disso, a utilização desse termo indica a noção de família existente nas comunidades do entorno de Paulo (*1 Tess.* 2.11; *2 Cor.* 6.13). Para o apóstolo, todos aqueles que passavam a compartilhar a mesma fé por meio da aceitação do seu evangelho, passavam a ser considerados como irmãos (ἀδελφοίς), independentemente das suas origens sociais, étnicas, religiosas, sejam homens ou mulheres, conforme fica explícito na seguinte passagem: “Vós todos sois filhos de Deus pela fé em Cristo Jesus, pois todos vós, que fostes batizados em Cristo, vos vestistes de Cristo. Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem e mulher; pois todos vós sois um em Cristo Jesus” (*Gl.*, 3.26-28). É digno de nota que para os pares judeu/grego e escravo/livre, Paulo utiliza a conjunção negativa grega οὐδὲ, traduzida como “nem” e que é usada para reforçar uma alternativa negativa; porém, quando se refere ao par homem/mulher, Paulo utiliza a conjunção grega καί, que é usada como conectivo, e pode ser traduzida como “e”, formando um sintagma.³¹ Ou seja, as diferenças sociais deixariam de existir quando se é inserido na comunidade cristã, e, tanto homens quanto mulheres passariam a ter a mesma importância.

As traduções em língua portuguesa do texto de 16.1-2 da *Carta de Paulo aos Romanos* majoritariamente têm obscurecido qual seria o ofício de Febe na comunidade cristã da Cencreia. A tradução “Almeida Corrigida Fiel”, que se baseia nos manuscritos do chamado *Textus Receptus*³², a partir do trabalho de João Ferreira de Almeida, traduz o texto grego οὗσαν [καὶ] διάκονον como “a qual serve”, embora, conforme discutido acima, o termo διάκονος significasse, no século I, um “oficial no serviço religioso”, mesmo anteriormente ao cristianismo, podendo ser traduzido como “ministro”. A edição “Almeida Revista e Atualizada”, baseada no chamado “texto crítico”³³, traduz o mesmo texto como “serva”, seguindo o mesmo entendimento da tradução anterior. A “Bíblia de Jerusalém”, no entanto, que se propõe a realizar uma análise mais crítica do texto bíblico com a participação de pesquisadores das mais diversas áreas, traduz como “diaconisa”,

³¹ Ver nota explicativa em BÍBLIA. *Bíblia, volume II: Novo Testamento: Apóstolos, Epístolas, Apocalipse*. Tradução do grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 314.

³² Compilação de textos bizantinos realizada por Erasmo de Roterdã, no século XVI, e que serviu como base para diversas traduções em língua portuguesa.

³³ O chamado “texto crítico” difere do *Textus Receptus* por se tratar de alguns manuscritos anteriores ao período bizantino, tais como o *Codex Sinaiticus*, o *Codex Vaticanus* e o *Codex Alexandrinus*, todos datados por volta do século IV-V. Para melhor compreensão acerca dos diferentes manuscritos gregos, de suas compilações na modernidade e da maneira como chegaram até nós, ver ALAND; ALAND, 1987.

aproximando-se do texto grego, embora não apresente ao menos uma nota de rodapé que explique o significado do termo. Em diversos casos, o argumento para que a tradução seja “serva” parte da noção de Febe como escrava, ou de *status* modesto. Esse argumento, no entanto, pode ser enfraquecido quando nos lembramos de que o cristianismo no século I reverteu a hierarquia vigente de *status* social da sociedade romana e colocou o servo em destaque, pelo menos no campo discursivo. Ademais, conforme veremos adiante, o termo grego διάκονος foi amplamente utilizado por Paulo.

De acordo com as discussões de Whelan, o termo διάκονος precisa ser analisado com cautela, haja vista que é, em geral, confundido com o ofício tardio das diaconisas, que surgiu entre os séculos III e IV, o qual, ao compararmos com o diaconato do século I, possuía funções muito limitadas. Além disso, traduzir o termo διάκονος como diaconisa não é somente enganoso, como linguisticamente incorreto (1993, p.67). Nos três primeiros séculos, não há palavra grega para diaconisa nos ambientes cristãos, pois o termo διακόνισσα foi desenvolvido na passagem do século III para o IV com o objetivo de diferenciar o papel masculino do feminino. O termo διάκονος, nesse sentido, restringiu-se ao universo masculino, embora, mesmo após isso, o termo ainda continue, em alguns casos, sendo empregado para as mulheres (MANDIGAN; OSIEK, 2005, p. 04). Com o desenvolvimento do senso de *status* clerical a partir do século III, as mulheres ordenadas não desempenhavam mais os mesmos papéis que os do sexo masculino. Sua função, como diaconisa, seria a assistência no batismo, a realização de visitas pastorais, a instrução e a manutenção da ordem nas assembleias – sempre e somente de outras mulheres. As diaconisas seriam, então, o elo entre as mulheres da comunidade e o seu bispo (MANDIGAN; OSIEK, 2005, p. 06). O que foi aplicado para descrever Febe, no entanto, é o termo διάκονος, acompanhado de um artigo feminino.

Febe é a “diácono” da comunidade cristã de Cencreia, porto ocidental de Corinto. A palavra grega διάκονος empregada por Paulo precisa ser ainda explorada. Este mesmo termo foi utilizado para se referir aos oficiais homens que participavam da organização formal que emergiu dentro de alguns ramos do cristianismo no início do século II. Essa organização formal era tríplice: bispo, presbítero e diácono. Mesmo em correspondências deuteropaulinas, temos a evidência de mulheres exercendo a função de diácono (*1 Tim.*, 3.11). Além disso, é importante frisar que o diácono é uma designação fundamental na missão paulina. Paulo se refere aos líderes da comunidade em Filipos, que poderiam ser tanto homens quanto mulheres, utilizando o termo grego διάκονος (*Fp.*, 1.1: Παῦλος καὶ Τιμόθεος δοῦλοι Χριστοῦ Ἰησοῦ πᾶσιν τοῖς ἁγίοις ἐν Χριστῷ Ἰησοῦ τοῖς οὖσιν ἐν

Φιλίπποις σὺν ἐπισκόποις καὶ διακόνοις). Em outras cartas, o apóstolo aplica o mesmo termo para descrever a si mesmo, bem como seus colaboradores, quando tem como objetivo enfatizar a pregação do evangelho.³⁴ Vale ressaltar que, nesses casos, a tradução em língua portuguesa traz o termo διάκονος como ministro ao referir-se ao apóstolo ou a seus colaboradores.³⁵ Ao chamar Febe de diácono da comunidade cristã de Cencreia, Paulo está, claramente, evidenciando a importância dessa mulher e o papel de liderança que ela ocupa.

Discussão semelhante podemos realizar acerca do terceiro termo utilizado por Paulo para descrever Febe: προστάτις. Esse termo feminino vem de προστατεία, que significa “ser o líder”, “chefe”, “ser o guardião”, “proteger”, “ser o administrador”, “ser o patrono”. O termo προστατεία é o equivalente ao termo latino *patronus* (LIDELL & SCOTT, 1996, p. 1526, 1527). Nesse sentido, προστάτις se refere a uma mulher como patrona, uma benfeitora. Ao realizar o mesmo exercício de verificar as versões do texto paulino em língua portuguesa, constatamos que a versão “Almeida Corrigida Fiel” traduz o texto προστάτις πολλῶν ἐγενήθη καὶ ἐμοῦ αὐτοῦ (*Rom.*, 16.2) como “tem hospedado a muitos, como também a mim mesmo”. A versão “Almeida Revista e Atualizada” traz o versículo como “tem sido protetora de muitos e de mim inclusive”. A “Bíblia de Jerusalém” traduz como “ela ajudou a muitos, a mim inclusive”. Mais uma vez, há uma falha no sentido de não trazer o significado real do termo. É preciso que haja um cuidado para que não se confunda o papel desempenhado por Febe com aquele desempenhado por Prisca, no mesmo capítulo. Ao citar Prisca e Áquila como seus “colaboradores”, Paulo utiliza o termo grego συνεργός e não προστάτες. Febe é chamada por Paulo de “benfeitora”, refletindo a importância do benefício como parte da estrutura social na Antiguidade e, conseqüentemente, no cristianismo do século I. MacMullen reforça que os elementos por meio dos quais os romanos, enquanto indivíduos ou coletivamente, expressavam suas relações de poder, possuem um sentido familiar: *beneficia, officia, gratia, clientelae, clientes, patroni*. Estes termos, traduzidos para o uso nas províncias orientais, fazem parte do vocabulário de προστατεία, discutido acima. O equivalente latino para προστάτις é, nesse sentido, *patrona*. As patronas eram reconhecidas à forma romana, sendo honradas não somente pelos cidadãos individualmente, mas pelo próprio povo (1990, p. 172). Febe não é somente a única a receber de Paulo o título de προστάτις,

³⁴ *1 Cor.*, 3.5; 16.15; *2 Cor.*, 2.6; 5.18; 6.3; 11.23 e *Rom.*, 11.13.

³⁵ Por exemplo, a versão “Almeida Corrigida Fiel” de *Rom.*, 11.13 traz o texto grego τὴν διακονίαν μου δοξάζω como “exalto o meu ministério”.

mas a única em todo o *corpus* neotestamentário. Como patrona, Febe apoiou e patrocinou a muitos, incluindo o próprio apóstolo. Não sabemos com certeza se ela teria somente financiado a Paulo ou o teria hospedado quando da sua viagem a Corinto. Podemos, no entanto, formular hipóteses a partir do texto bíblico. É provável que Febe, ao ser chamada de *διákovoç* de Cencreia, conforme discutido acima, tenha recebido a comunidade cristã em sua própria casa, sendo responsável por ela.

Em geral, os estudiosos têm sugerido a hipótese de que Febe não teria sido patrona em uma relação vertical. Por um lado, Febe seria patrona de Paulo (*Rom.* 16.2); por outro, Paulo era o apóstolo, fundador da comunidade cristã de Corinto e o autor da carta de recomendação em favor de Febe. Nesse caso, Paulo assumiria a função de patrono, almejando garantir que o destinatário da carta a recebesse bem e lhe desse apoio em todas as suas necessidades, uma vez que, no cristianismo do século I, de acordo com essa vertente, não havia uma relação patrono-cliente estática (LAMPE, 2008, p. 443). Outros, no entanto, viram em Febe uma mulher rica e independente, que poderia se mover por mais círculos da elite do que Paulo. Nesse sentido, Febe teria combinado essa viagem missionária com outras com propósitos de negócios (MACDONALD, 1999, p. 209). Entretanto, como afirma Whelan, é tentadora a possibilidade de considerar a relação entre Paulo e Febe a partir de aspectos religiosos e sociais da cultura, tomando Paulo como um “patrono espiritual” e Febe como uma “patrona financeira”. O problema com relação a essa vertente interpretativa é que a estrutura política e social do primeiro século não permitia essa separação. Interpretar o posicionamento de Febe somente como uma benfeitora financeira é desconhecer a natureza da patronagem na Antiguidade. Essa estrutura social não incluía somente suporte no âmbito financeiro, mas, também, permissão aos clientes para acessarem qualquer recurso social. Paulo deveria, enquanto “cliente” de Febe, compartilhar sua honra, e ela, por sua vez, poderia aproveitar o prestígio do apóstolo em seu domínio de influência (1993, p. 83, 84).

O ofício desempenhado por Febe foi, portanto, duplo: ela era ministra da comunidade cristã da Cencreia e patrona de Paulo e muitos outros. Vale reafirmar que Febe não é nomeada em relação a alguém do sexo masculino – pai, marido, irmão, ou guardião –, e tal silêncio marcante em sua descrição no texto paulino pode significar que ela tenha vivido e atuado de forma independente da relação legal mais comum que situava as mulheres primeiramente no tocante aos membros homens da família. Talvez, por isso, seja caracterizada como *ἀδελφή*, o que a insere na comunidade em que não há “homem e mulher”, porque todos formam uma unidade. Ademais, isso torna claro que houve ampla

participação das mulheres no movimento cristão no século I, o que torna inviável considerá-las como marginais, conforme algumas interpretações parecem sugerir. A presença de Febe, segundo Castelli, sustenta o que as historiadoras das mulheres têm afirmado: as mulheres são apresentadas em todo momento na história, mesmo quando suas contribuições não são narradas pelos historiadores (1994, p. 276).

Escrever a história das mulheres, colocando-as no centro da análise, é dizer que os homens não estão no centro dos acontecimentos e que suas características ou atos não são mais importantes do que as ações ou características das mulheres. Ainda há uma insistência nesse olhar conservador, em que os tópicos escolhidos assumem as atividades executadas por aqueles do sexo masculino como mais importantes do que as que são desempenhadas pelas mulheres. Não é, portanto, de se admirar que as traduções dos textos bíblicos apresentem uma palavra de destaque quando o termo grego se refere a um homem, conforme discutimos, mas traduza a mesma palavra com *status* inferior para as mulheres. É importante que o historiador tenha o cuidado de perceber como a opinião pública sobre as mulheres na igreja foi um fator fundamental de influência sobre o ensinamento cristão sobre elas, e, conseqüentemente, como afetou suas vidas durante séculos. Dessa forma, temos em Febe um exemplo claro de liderança feminina de prestígio nos primórdios do movimento cristão. Embora, como foi discutido ao longo desse artigo, tenha sido frequentemente subestimado por pesquisadores de diversas áreas e, também, pelo público não especialista.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO

BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2013.
BÍBLIA. *Bíblia, volume II: Novo Testamento: Apóstolos, Epístolas, Apocalipse*. Tradução do grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DION CASSIO. *Roman History*. (Loeb Classical Library) Earnest Cary (trans.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1955.

Les Cinquante Livres du Digeste ou des Pandectes de L'empereur Justinien. Traduzido por M. Hulot e M. Berthelot. Aalen: Scientia Verlag, 1979.

Novum Testamentum Graece. Based on the work of Eberhard and Erwin Nestle. 28th Revised Edition. Münster/Westphalia: Institute for New Testament Textual Research, 2012.

SUETONIUS. *The Lives of the Caesares*. (Loeb Classical Library) J. C. Rolfe (trans.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1959.

TACITUS. *The Histories, Books I – III*. (Loeb Classical Library) Clifford H. Moore (trans.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1962.

OBRAS DE REFERÊNCIA

LIDELL, H. G.; SCOTT, R. *A Greek-English Lexicon*. New York: Oxford University Press, 1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAND, K; ALAND, B. *The Text of the New Testament: An Introduction to the Critical Editions and to the Theory and Practice of Modern Textual Criticism*. Michigan: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1987.

BELTRÃO DA ROSA, C. *Tirocinium Fori: o orador e a criação de “homens” no Forum Romanum*. *Phoînix*, Rio de Janeiro, 13: 52-66, 2007.

BROOTEN, B. J. Early Christianity and their Cultural Context: Issues of Method in Historical Reconstruction. In: COLLINS, A. Y. (ed.). *Feminist Perspectives on Biblical Scholarship*. California: Scholars Press, 1985. p. 65 – 91.

CARVALHO, Ana Paula Scarpa Pinto de. *A formação das primeiras Ekklesiai no Mediterrâneo antigo: fronteiras e integração nas epístolas de Paulo de Tarso*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais.

CASTELLI, E. Romans. In: FIORENZA, E. S. *Searching the Scriptures. Volume Two: A Feminist Commentary*. New York: The Crossroad Publishing Company, 1994. p. 272 – 300.

DEISSMANN, A. *Light from the Ancient East: The New Testament Illustrated by Recently Discovered Texts of the Graeco-Roman World*. New York; London: Hodder and Stoughton, 1910.

KOESTER, H. *Introdução ao Novo Testamento – vol. 2: história e literatura do cristianismo primitivo*. São Paulo: Paulus, 2016.

KRAEMER, R. S. *Her Share of the Blessings: Women’s Religious among Pagans, Jews, and Christians in the Greco-Roman World*. New York: Oxford University Press, 1992.

LAMPE, P. Paulo, os patronos e os clientes. In: SAMPLEY, J. P. *Paulo no mundo greco-romano: um compêndio*. São Paulo: Paulus, 2008.

MACDONALD, M. Y. *Early Christian Women and Pagan Opinion: The Power of the Hysterical Woman*. New York: Cambridge University Press, 1996.

MACDONALD, M. Y. Reading Real Women through the Undisputed Letters of Paul. In: KRAEMER, R.S.; D’ANGELO, M. R. *Women & Christian Origins*. New York: Oxford University Press, 1999. p. 199 – 220.

MACMULLEN, R. Woman in Public in the Roman Empire. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Bd. 29, H.2: 208 – 218, 1980.

MACMULLEN, R. Women’s Power in the Principate. In: MACMULLEN, R. *Changes in the Roman Empire: Essays in the Ordinary*. New Jersey: Princeton University Press, 1990. p. 169 – 176.

MADIGAN, K.; OSIEK, C. *Ordained Women in the Early Church: A Documentary History*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2005.

MCDONALD, J. H. I. Was Romans XVI a Separate Letter? *New Testament Studies*, 16: 369 – 372, 1970.

WHELAN, C. F. Amica Pauli: The Role of Phoebe in the Early Church. *Journal of the Study of the New Testament*, 49: 67 – 85, 1993.

A FIGURA DE PRAECIA E SUA INFLUÊNCIA POLÍTICA NA *VIDA DE LÚCULO* DE PLUTARCO: APONTAMENTOS SOBRE O PAPEL DA PROSTITUTA NA SOCIEDADE ROMANA

*Amanda Lemos Fontes*³⁶

Resumo: Dentre as diversas estratégias mobilizadas pelos homens no século I a.C. para o contorno de dificuldades ocasionadas pelo panorama de crise política, se encontrava a conexão com mulheres de estatuto baixo, como prostitutas, para a conquista de influência sobre seus parceiros sexuais mais permanentes. Esse foi o caso, por exemplo, da relação entre Lúcio Licínio Lúculo e Públio Cornélio Cétego, estabelecida através da conexão com a prostituta Praecia. No entanto, apesar de ter sido crucial para o processo político romano à época, Praecia não é mencionada em nenhuma das fontes contemporâneas à aliança de Cétego e Lúculo, sendo citada apenas por Plutarco em sua *Vida de Luculo* - composta no século II d.C. A pouca atenção a esta conexão vem levantando uma série de dúvidas sobre o papel de Praecia nessa aliança e o significado da descrição que Plutarco concede a essa mulher. E o presente artigo busca discutir o papel de Praecia no relacionamento sustentado entre Cétego e Lúculo como agente político ativo. Dedicar-se, ainda, a estabelecer sua descrição por Plutarco como parte de uma tradição literária responsável pela representação de prostitutas como um Outro subversivo através da adjetivação masculina de tais personagens.

Palavras-chave: Praecia, Luculo, Plutarco, prostituta, agente político

PRAECIA'S FIGURE AND POLITICAL INFLUENCE IN PLUTARCH'S "LIFE OF LUCULLUS": SOME NOTES ON THE PROSTITUTE'S ROLE IN ROMAN SOCIETY

Abstract: Amongst the strategies men mobilized in the first century BC to overcome difficulties caused by the Late Republican political crisis, there was the association with women of low status, like prostitutes, to gain influence over their most permanent sexual partners. This was the case of the alliance between Lucius Licinius Lucullus and Publius Cornelius Cethegus, established through the connection with the prostitute Praecia. However, although crucial to the Roman political process at the time, Praecia is not mentioned in any of the contemporary sources to the Cethegus and Lucullus alliance, being cited only in Plutarch's "Life of Lucullus" - composed in the 2nd century A.D. Such little contemporary attention to this relationship has raised a series of doubts about Praecia's role in the alliance and the meaning of Plutarch's description of her. Thus, this article seeks to discuss Praecia's role in the bond sustained by Cethegus and Lucullus as an active political agent. Moreover, it aims to establish her description by Plutarch as part of a literary tradition responsible for the representation of prostitutes as a subversive Other through the application of masculine adjectives.

Keywords: Praecia, Lucullus, Plutarch, prostitute, political agent

Como era comum desde pelo menos o século II a.C., aqueles que haviam ocupado o consulado obrigatoriamente deveriam, no ano seguinte, ter seu poder de comando direcionado para a liderança das tropas romanas e a administração municipal nos mais importantes e complicados pontos de resistência provincial. Assim, quando da morte de Lúcio Otávio, governador da Cilícia, Lúcio Licínio Lúculo acreditava que o comando da

³⁶ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista CAPES.

região deveria ser seu, dado que tal acontecimento se desenrolou logo na época em que deveria se mobilizar para a ocupação de um proconsulado no ano de 73 a.C. (Plut. *Vit. Luc.* 6.2). Seu desejo encontrava fundamento não apenas no fato de a Cilícia ser uma região de grandes riquezas, mas também por ser uma província vizinha à Bitínia e ao Ponto, sob o comando de Mitrídates - que começava, mais uma vez, a se insinuar contra o domínio romano (KEAVENEY, 1992, p. 65-67).

Lúculo havia já, quando se encontrava na Ásia como proquestor, lutado contra Mitrídates e ganhado. E, caso se encontrasse no comando municipal vizinho quando da implosão de um novo conflito contra tal Rei, acreditava que a escolha lógica para a subjugação da região resistente seria ele. No entanto, a competição para o cargo foi tanta que, como não havia correlação direta dentre capacidade militar e influência na cidade, as medidas necessárias para se obter a maioria dos votos senatoriais no comando mitridático foram exacerbadas (Plut. *Vit. Luc.* 6.2). E, quando Lúculo se deu conta de que, apesar de sua influência e daquela de seu colega de consulado em 74 a.C., Aurélio Cota, ainda não possuía o voto da maioria, teve de se valer de outras estratégias para obtenção da mesma; procurando, então, se aproximar de Públio Cornélio Cétego.

Cétego era um ex-partidário de Cina que desertou para o lado de Sila perto do fim dos conflitos provocados pelos últimos na cidade. Pouco sabemos sobre sua vida e carreira, mas temos certeza de que possuía grande poder e influência (KEAVENEY, 1992, p. 68-70). E que, inclusive, já havia mobilizado sua autoridade juntamente a Cota quando da concessão do comando especial contra os piratas a Marco Antônio Orador (*MRR* 2.101). Fato que, certamente, não foi esquecido por Lúculo quando da necessidade de conquistar mais uma porção dos votos senatoriais além daquela leal a Cota, dado que elege se aproximar de Cétego.

No entanto, Lúculo não sustentava relações próximas com Cétego, incomodando-o, sobretudo, os hábitos sexuais deste homem (Plut. *Vit. Luc.* 5). Não obstante, curiosamente, foi desses mesmos hábitos sexuais que Lúculo se aproveitou para sua aproximação, dado que se utilizou da conexão prévia de Cétego com Praecia - uma de suas amantes – para a conquista de seus favores. Assim, no presente artigo, voltamo-nos para a descrição que Plutarco faz desse evento, com especial atenção à sua descrição da jovem Praecia:

Havia uma certa mulher em Roma, Praecia pelo nome, cuja fama por beleza e inteligência (*diavoítou*) encheu a cidade. Em outros aspectos, ela era nada mais que uma cortesã (*hetairai*) comum, mas usava seus

associados (*entugchanousin*) e companheiros (*dialegomenois*) para promover os esforços políticos de seus amigos (*philon*), e, portanto, acrescentou a seus encantos a reputação de alguém que era um verdadeiro camarada (*philetairos*) e alguém que podia levar as coisas a acontecer (*drasterios*). Ela assim adquiriu a maior influência (*kreitton*). E quando Cétego, então no auge de sua fama e no controle da cidade, também se juntou ao seu trem e se tornou seu amante, o poder político passou inteiramente para suas mãos. Nenhuma medida pública era aprovada a menos que Cétego fosse a favor, e Cétego não fazia nada sem a aprovação de Praecia. Essa mulher, então, Luculo conquistou com presentes e lisonjas, e foi sem dúvida um grande benefício (*misthos*) para uma mulher tão avançada e ostensiva ser vista compartilhando as ambições de Luculo. Imediatamente, ele teve Cétego cantando seus louvores e proclamando a Cilícia em seu favor. Assim que obteve essa província, não havia mais necessidade de solicitar a ajuda de Praecia, ou de Cétego, mas todos foram unânimes e rápidos em pôr em suas mãos a guerra mitridática, assegurando que ninguém mais poderia levá-la a um fim triunfante. (Plut. *Vit. Luc.* 6.2-4)³⁷

A descrição plutarquiana de Praecia merece atenção e é o ponto central de nossa análise. Primeiramente, mesmo Plutarco sendo grego, ele vivia e escrevia sobre Roma e seus heróis do passado, reproduzindo, então, concepções tipicamente romanas de se pensar o mundo e as relações sociais. Assim, ele demonstra claramente como os romanos pensavam se dar as relações de poder. E, de modo geral, relações sociais que tomavam roupagem política, como foi o caso daquela sustentada entre Lúculo e Praecia, implicavam troca. Apenas se relacionavam aqueles que tinham algo para dar e algo para ganhar, principalmente quando se tratava de relações de amizade (*amicitia*). Por vezes, essa troca de favores era apenas simbólica, afeto sendo trocado por afeto; mas em fins da República, mais comumente que não, essa troca tinha teor majoritariamente político (BRUNT, 1965, p. 9-21).

No entanto, mulheres não poderiam ser *amici*, ou, em grego, *philetairos*. Esse tipo de relação, sobretudo na temporalidade que analisamos, possuía roupagem majoritariamente pública. E mulheres não eram e nunca foram bem-vindas no universo político das relações sociais em Roma e muito menos na Grécia. Nem sequer existia um equivalente feminino para tal palavra, pelo menos não oficialmente (FOGEL, 2009). Mas então, por que Plutarco descreve Praecia com tal expressão, caracteristicamente masculina?

Na verdade, Praecia não é a única mulher romana a ser descrita como *philetairos*. E nem Plutarco é o único autor antigo a aplicar tal termo. Muitos foram aqueles que o

³⁷ Tradução livre do inglês.

fizeram. Mas o faziam um tanto quanto ironicamente, como um artifício retórico. Mulheres não faziam parte do universo político romano, sendo suas principais características, de acordo com o ideal, a passividade e a obediência, além do descontrole de suas capacidades mentais e sexuais - *imbecilitas mentis* (THOMAS, 1990, p. 127).

Principalmente quando se tratava de uma mulher de baixo estatuto e poder econômico, como libertas e prostitutas, nada do que ela poderia oferecer em troca de uma relação de amizade com homens políticos importantes seria de grande valor, pelo menos de acordo com a concepção moral romana. A não ser, é claro, que utilizasse de seu único bem permanente nessas relações. Ou seja, seu corpo (STRONG, 2016, p. 34). Assim, mulheres que foram comumente referidas como amigas ou “camaradas” pela tradição histórica antiga foram aquelas que se tornaram conhecidas por fornecerem serviços sexuais em troca de fama e dinheiro.

Praecia, no entanto, se destaca dentre essas famosas amigas. Ela trocava serviços sexuais não por fama ou pelo mero privilégio de ser vista publicamente com um homem influente e importante para a cidade. Plutarco deixa implícito, em sua descrição do ocorrido, que Praecia realizava trocas entre sexo e controle político. Uma prostituta, ao se relacionar com homens influentes do universo administrativo romano, controlava total e completamente os destinos políticos da cidade através de sua aptidão sexual. E, principalmente ao se relacionar com Cétego, qualquer decisão que fosse tomada na cidade de Roma à época deveria necessariamente passar pela aprovação de Praecia, como é explicitamente afirmado por Plutarco no trecho destacado.

A valer, todo o vocabulário aplicado por Plutarco à Praecia entona certo grau de promiscuidade às suas ações. Isso porque toda a adjetivação que faz da jovem se encontra no masculino, como *entugchanousin* e *philetairos*. Termos que acreditamos terem sido empregados conscientemente pelo autor, dado que podem ser interpretados como caracterizando um comportamento tanto amigável quanto sexual; mas que, quando aplicados a mulheres, principalmente àquelas identificadas como *hetaerae*³⁸, implicam em promiscuidade (STRONG, 2016, p. 70).

A descrição que Plutarco faz dessa mulher, então, é cerceada por afirmações nas entrelinhas; ele insinua a sexualidade dela. Dessa forma, Plutarco estaria caracterizando as conexões políticas de Praecia como obtidas através de relacionamentos de natureza

³⁸ Prostitutas que atendiam a um número pequeno e definido de clientes que possuíam proeminência política, sendo geralmente, membros da elite, com os quais sustentavam relacionamentos de longa data (KURKE, 1997, p. 107–108).

sexual, ao mesmo tempo em que estabelece a figura dessa mulher como ambígua, simultaneamente prostituta sexualizada e parte do clube dos homens: ela vende seu corpo em troca de favores, mas também é inteligente, esperta, sabe com quem andar e controla a cena política como ninguém. Características não tradicionalmente associadas a mulheres na Antiguidade.

A ambiguidade com relação à figura de Praecia é reforçada mais ainda quando da descrição da relação que sustentou com Lúculo. Com efeito, Plutarco, mais uma vez, se utiliza de subterfúgios quando da adjetivação de tal conexão. Em um primeiro nível, o relacionamento sustentado por eles parece ter sido amigável apenas: Lúculo teria conquistado o afeto de Praecia através da oferta de presentes e elogios, estabelecendo com ela uma relação de amizade. E, ao se associar publicamente com Praecia, estaria conferindo *fama* sobre ela. Enquanto isso, Praecia, como retribuição da notoriedade que ganhou, não apenas apresentou Lúculo a Cétego, mas também abdicou a favor do general ao seu amante.

No entanto, tudo isso muda quando nos voltamos para a expressão utilizada por Plutarco ao descrever tal relacionamento: ele menciona que ser vista publicamente com Lúculo era o *misthos* de Praecia. Termo que, de acordo com Strong (2016, p.71), se referia às taxas cobradas por prostitutas gregas. Com efeito, Plutarco pode ter aplicado tal expressão à descrição do relacionamento de Praecia e Lúculo como um simbolismo, que representasse a leve ferida que ser visto em público acompanhado de uma prostituta famosa acarretaria à sua imagem pública como o preço a pagar pela interferência dela no processo de concessão provincial.

Contudo, existia um sem número de outras formas e expressões das quais o autor poderia ter se valido em sua descrição, o que, por sua vez, nos faz acreditar que, novamente, Plutarco esteja se comunicando com o público nas entrelinhas. Assim, o autor poderia estar insinuando nessa passagem que, apesar de ter buscado se manter sempre como visualmente atrelado à tradição moral romana, Lúculo teria se envolvido sexualmente com a jovem, lhe pagando a taxa referente à oferta de seus serviços pelo menos em algum momento da relação, o que, por sua vez, implicaria o estabelecimento de uma relação sexual entre eles.

Nossa defesa de que tais descrições implicavam promiscuidade à figura de Praecia, sobretudo quando nos referimos à sua caracterização por meio de adjetivos masculinos, foi apresentada por nós no Colóquio *Eurykleia*. No entanto, em discussão ocorrida após a apresentação de nosso argumento, nos foi sugerido que a adjetivação

concedida por Plutarco à Praecia, principalmente por ter sido feita no masculino, na verdade estivesse se referindo a Lúculo. Sendo assim, a crítica de Plutarco às ações de Praecia tidas como amorais, notadamente o estabelecimento de relações sexuais em troca de favores políticos, funcionaria como uma ferramenta retórica. O que, com efeito, implica que essas expressões estariam criticando não Praecia, mas sim Lúculo - argumento que parte da premissa de que, por conta de Plutarco ter Lúculo como o personagem principal de sua narrativa, não poder criticá-lo de forma explícita. Além disso, foi levantado como justificativa para tal defesa o fato de, tradicionalmente, a crítica às ações de mulheres na documentação antiga ter como alvo os homens de suas vidas - responsáveis pelo controle delas.

Contudo, temos uma leitura diferente. Primeiramente, Plutarco poderia sim criticar Lúculo na biografia que compôs sobre a vida de tal personagem. Inclusive, a crítica às ações dos homens sobre os quais se debruça é um *topos* da obra plutarquiana, principalmente quando essa crítica poderia ter o descumprimento dos protocolos comportamentais da oligarquia romana como sua base, a exemplo da manipulação da política por conexões pessoais (ROSKAM, 2008, p. 325-338). Essa mesma crítica está presente nas biografias que realizou de César (*Vit. Caes.* 1.1-8, 5.1, 14.7-12), de Pompeu (*Vit. Pomp.* 4.2-3, 47.6, 70.4), de Sila (*Vit. Sull.* 6.5, 6.10-12, 33.2-4), de Crasso (*Vit. Crass.* 1.1, 8.3, 32.4-5, 33.1) e de Mário (*Vit. Mar.* 6.2, 17.1-3). Ademais, ela se encontra presente também nos tratados morais compostos por Plutarco no século II d.C., conhecidos como *Moralia*, principalmente, mas não exclusivamente, em *De amicorum multitudine* (93D, 95A-C) e *Praecepta gerendae reipublicae* (798C-799A, 800D-801A, 803C).

Na verdade, identificamos dois momentos narrativos distintos na obra em que o autor grego se propõe a discutir a conduta de Lúculo: um primeiro (*Vit. Luc.* 1.1-37.4) no qual descreve sua carreira política e um segundo (*Vit. Luc.* 38.1-43.2) no qual, em grande parte, descreve sua vida pós abandono da esfera pública. Nessa primeira parte da narrativa plutarquiana sobre o decorrer da carreira de Lúculo, onde se encontra a descrição de seu relacionamento com Praecia, Plutarco o elogia constantemente ao mesmo tempo em que o critica pelas suas escolhas políticas menos que ideais de forma explícita. E Plutarco, como afirmou Gossage (1967, p. 51 *apud.* LAVERY, 1994, p. 261), escrevia tendo por base ideais filosóficos. Caso acreditasse que o relacionamento de Praecia e Lúculo significasse algum erro moral tão extravagante, certamente o teria dito de forma explícita, como o fez tantas outras vezes.

Lúculo foi um homem de contradições e paradoxos, assim como todos os personagens que compõem as *Vidas Paralelas* de Plutarco. Como afirmou Lavery (1994, p. 263), a maior parte das biografias do autor grego trata de figuras do século final da República, dificilmente uma época marcada por idealismos políticos e práticos. O que acabou fazendo com que Plutarco concebesse tais homens como moral e politicamente ambíguos. E Lúculo, claro, não é exceção.

Lúculo foi um homem que sempre procurou agir de acordo com a tradição, mas desvios da mesma não eram considerados como empecilhos para a conquista de seus objetivos (LIVERY, 1994) e o caso da aliança que formou com Cétego e Cota foi uma dessas ocasiões. No entanto, não acreditamos que a crítica de Plutarco caia sobre Lúculo por conta de Praecia, ou que os adjetivos que aplica à jovem, na verdade, digam respeito ao general. Ao contrário, acreditamos que, caso Plutarco esteja criticando Lúculo de alguma forma, o autor estaria, na verdade, questionando as atitudes do general por ter optado por se aproximar de Cétego, um antigo marianista visto com grande suspeita à época; e não de Praecia, uma mulher que parece ter ocupado o papel próximo ao de um intermediário aos olhos de Plutarco - e da maior parte dos historiadores modernos, como Strong (2016, p.71), Keaveney (1992, p.70-72) e Steel (2014, p. 330).

Além disso, nos parece que mesmo que Lúculo tenha de fato manchado sua *dignitas* em seu envolvimento com a jovem, isso seria perdoável para o autor, dado que, na ocasião, o ex-cônsul não teria tido outra opção de conquistar seu objetivo maior. Logo antes de sua descrição da jovem Praecia, então, Plutarco escreveu que Lúculo foi praticamente obrigado a se relacionar com a mesma dadas as circunstâncias: "contrário a sua inclinação natural, ele [Luculo] foi levado pelas necessidades do caso a adotar um curso que não era digno nem louvável, é verdade, mas propício ao seu fim" (Plutarco. *Vit. Luc.* 6.2).

Ainda, a ênfase que o autor concede à natureza ínfima de tal relacionamento atesta que o mesmo não teria considerado tal conduta tão imoral: o relacionamento foi estabelecido por conta daquilo que Lúculo acreditava ser o bem maior e não foi mantido após a conquista de seus objetivos; o que acaba por justificar sua conduta. Portanto, acreditamos ser improvável que a crítica contida nas palavras de Plutarco na descrição de Praecia, mesmo que sua adjetivação se encontre quase que totalmente no masculino, se dirija a alguém que não a jovem prostituta.

Somado a isso, a referência a mulheres libertinas com adjetivos masculinos é um *topos* da tradição literária antiga, pois sendo Roma uma sociedade extremamente

patriarcal, não havia meios de se lidar e caracterizar mulheres que desviavam drasticamente do ideal. Prostitutas não se encaixavam na hierarquia sexual patriarcal romana e, como tal, a adjetivação masculina das mesmas na literatura serviria para indicar tal estado de não pertencimento (STRONG, 2016, p. 71). Sinalizando, assim, a característica *queer* dessas mulheres (RUBIN, 1984, p. 3-44).

Esse aspecto do não pertencimento sexual de determinadas mulheres simbolizado através de ferramentas retóricas masculinas se encontra também presente nas vestes tradicionalmente usadas por prostitutas e Virgens Vestais: a toga - veste tradicional do homem político romano (OLSON, 2002, p. 393-395; MCGINN, 1998, p. 157). A toga, na verdade, não era apenas uma vestimenta masculina qualquer; por conta de sua impraticabilidade, ela era reservada especificamente para situações cerimoniais, políticas e formais - ocasiões marcadamente públicas. Uma mulher usar uma toga, assim, seria o equivalente de marcar a si mesma e seu corpo como proeminentemente públicos. Aqui, concordamos com Strong (2016, p. 22), segundo a qual a disponibilidade sexual de uma mulher parece ser equivalente visualmente a um homem concorrendo a um cargo político, o que é simbolizado através de sua vestimenta.

Assim, a toga marcaria as prostitutas como públicas, simbolicamente *queer* e fora do padrão convencional de normas de gênero; se aproximando, então, do argumento sustentado por Mary Beard (1980, p. 12-27; 1995, p. 167-168, 174) no que diz respeito à vestimenta de Virgens Vestais. De acordo com tal autora, as vestimentas e os privilégios legais das Vestais confundiam as linhas que demarcavam não apenas os ideais de esposa e solteira, mas também aquelas que delimitavam masculino e feminino; estabelecendo-as, então, como *queer*. Ao mesmo tempo, foram as funções e o *status* das Vestais que ajudaram a construir ideias de comportamento virtuoso para matronas e solteiras (STAPLES, 1998, p. 182).

Podemos enxergar as prostitutas, então, de forma semelhante, sendo concebidas pelos romanos como o equivalente perverso das Vestais. Como elas, prostitutas possuíam aspectos masculinos e femininos e incorporavam elementos de mulheres casadas ou não. Como afirmou Strong (2016, p. 20-24), a Vestal é *queer* por ser sexualmente indisponível para todos e a prostituta o é precisamente por ser o contrário dela: disponível para todos. Nenhuma das duas se encaixa no ciclo de vida tradicional da mulher romana, com sua existência ajudando a definir e fortalecer categorias normativas de ser e agir, dado que eram concebidas como Outro: a vestal como o Outro ideal e bom e a prostituta como o Outro subversivo e perverso.

Assim, acreditamos que esse paradigma de classificação de mulheres que desviavam do padrão ideal como masculinas pelo uso de vestes atreladas ao mundo do homem acabou por transparecer na tradição literária, principalmente quando se tratava de prostitutas e libertas, como era o caso de Praecia. O que, conseqüentemente, fez com que essas mulheres fossem tradicionalmente adjetivadas no masculino em ordem de indicar a natureza de suas ações e a promiscuidade\publicidade com que elas eram estabelecidas. Ainda, não acreditamos que a aplicação dos adjetivos selecionados por Plutarco para caracterizar o comportamento marcadamente sexual de Praecia teria o mesmo efeito de crítica caso se aplicasse a Lúculo. Sendo ele um homem e os adjetivos se encontrando no masculino, caso se referissem ao próprio, perderiam sua função como indicativo de subversão, passando a ser, então, apenas uma caracterização de Lúculo como um homem amigável.

Por fim, caso alguém que não Praecia estivesse sendo criticado por conta da relação descrita por Plutarco, esse alguém seria Cétego, como explicitamos anteriormente. Desde os anos da República Tardia até os tempos imperiais, autores romanos se utilizaram sim da acusação de subversão do processo político por mulheres através do exercício de sua influência sobre os homens de suas vidas como crítica a esses homens (GARDNER, 1986, p. 132-135; 250-253). O que automaticamente feminizava os mesmos ao representá-los como estando sobre o controle total de suas amantes, indo diretamente contra o princípio romano de que o homem deveria controlar a mulher em todas as situações (THOMAS, 1990, p. 178-202). No entanto, essas críticas se direcionavam a relacionamentos duradouros, e a aliança que Lúculo sustentou com Praecia, como também foi destacado anteriormente, foi um tanto quanto breve. Além disso, quem foi manipulado na relação foi Cétego, e não Lúculo.

Nesse caso de inversão das dinâmicas de poder tradicionais romanas, somos lembrados da "escala de poder" de Lowell Edmunds (1992). Nesse artigo, o autor comenta a lógica da distribuição e transmissão de poder em Roma, que, quando aplicada a essa situação, demonstra mulheres que dominam homens e homens que dominam Roma. Seguindo uma lógica linear, então, onde A domina B que domina C, caso uma mulher tivesse influência excessiva sobre um magistrado, ela controlava Roma; conseqüentemente colocando em xeque a hierarquia fundamental do governo e da sociedade romana em geral. Tal situação, de acordo com Strong (2016, p. 66), se torna ainda mais extrema quando as mulheres em questão eram prostitutas ou libertas, como Praecia. Paradigma que se encontra refletido na fala de Plutarco acerca do controle que

Praecia possuía sobre Cétego e, conseqüentemente, todo o processo de tomada de decisões políticas na cidade.

Esse aspecto de subversão da hierarquia de comando fazendo com que fossem, de fato, as mulheres a controlar os destinos políticos da cidade ao invés de seus amantes homens, talvez também possa ser uma explicação mais do que plausível para uma adjetivação masculina de Praecia no trecho aqui analisado. Dado que, de forma semelhante à utilização da toga como marcadamente pública, visto sua simbologia política, o controle do processo de tomada de decisões era função caracteristicamente masculina.

De forma semelhante à discussão sobre a quem a crítica plutarquiana estaria se dirigindo, Praecia não ser mencionada em nenhuma outra fonte da época vem causando certo grau de suspeita, sobretudo no que tange o papel efetivamente ocupado pela jovem na aliança estabelecida entre Lúculo e Cétego - como é o caso de Lee Fratantuono (2017, cap. 3, n. 39 e 40), por exemplo. Porém, acreditamos ser a mesma uma suspeita que pouco se sustenta.

Primeiramente, apesar de o próprio Plutarco ser conhecido por dramatizar as ações de suas personagens com o intuito de causar uma maior comoção, na ocasião em que a menção à jovem cortesã se dá, o autor não se vale de artifícios retóricos que ponham em xeque o fato de estar se utilizando de uma enunciação um tanto quanto fria e atrelada aos fatos (VAN OOTEGHEM, 1959, p.54, n.6) . Claro, como é seu costume, há um certo teor moralizante em seus escritos, como já foi discutido previamente, mas a possível veracidade dos fatos narrados não se torna automaticamente inexistente por conta desse fator.

Ademais, Plutarco não é, de fato, o único autor a citá-la. Cícero também o faz. Porém, de forma disfarçada. Nos seus *Paradoxa Stoicorum* (5.40), há uma passagem em que Cícero menciona Praecia nas entrelinhas. Nela, Cícero se dedica a comentar sobre a liberdade, argumentando se aproximar de escravos aqueles homens que dependem dos favores de mulheres, principalmente de amantes e prostitutas, para a fruição de seus objetivos e aludindo, então, à subordinação de Cétego à jovem e à suplicação de Lúculo à mesma. Esse trecho torna claro o fato de Cícero ter estado ciente do envolvimento da jovem cortesã na relação, apesar de não ter sido citada nominalmente.

Inclusive, como foi apontado por Shackleton Bailey (1976, p. 61, 126), talvez Praecia tivesse algum envolvimento de parentesco com Precius, um homem de quem Cícero parece ter sido próximo e com quem trocava correspondência amigável (*Ad Fam.*

7.8.2, 14.5.2, *Ad Att.* 9.9.4, 6.9.2). Caso tal suposição fosse o caso, a escolha de não a envolver diretamente em sua narrativa se torna justificada. Todavia, mesmo que Praecia não tenha tido relação alguma com Precius, a sua não aparição nominal na narrativa ciceroniana de forma alguma implica seu não envolvimento na situação.

Além disso, existem outros motivos para a não ocorrência do nome de Praecia nas fontes da época, explicitados em artigo composto por David Schaps (1977). De acordo com tal autor, a ausência da menção nominal de mulheres por autores da Antiguidade, principalmente oradores como Cícero, seria uma evitação deliberada. E apesar de o autor argumentar a maior facilidade de se citar nomes de prostitutas e mulheres de estatuto inferior, ele também menciona que essa não era uma regra geral; ainda mais quando a mulher em questão poderia ser relacionada ao orador de alguma forma.

Na verdade, consideramos o argumento da inexistência de Praecia por conta dos pressupostos acima destacados como tendo um tom caracteristicamente patriarcal. Nos parecendo partir do princípio de que, se uma mulher tivesse esse nível de influência, ela necessariamente teria que ser uma invenção cunhada para demonstrar a fraqueza dos homens com ela envolvidos. E a mesma crítica pode se aplicar à hipótese de que a adjetivação de Praecia esteja, na verdade, se referindo a Lúculo ou até mesmo Cétego. O fato de a jovem não ser citada nominalmente por Cícero não faz com que sua não existência seja, automaticamente, a explicação mais plausível no leque de possibilidades do porquê ela não o ter sido. Da mesma forma que uma adjetivação no masculino de suas atividades não necessariamente implicava uma referência aos homens com ela envolvidos.

Tal ausência muito menos a exclui como agente político. Principalmente quando levamos em consideração que Plutarco era um autor que buscava conceder especial atenção às mulheres, tendendo, inclusive, a enfatizar e glorificar o papel delas na política onde quer que as encontrasse. Isso claramente não quer dizer que Plutarco era um “feminista”, como foi concebido por autores como Nikolaidis (1997, p. 87-88), mas sim que estava ciente do papel que mulheres possuíam no mundo político, mesmo que por trás das cortinas.

Plutarco, ao contrário de seus contemporâneos, compôs tratados filosóficos sobre mulheres e seus papéis políticos. Quase um quarto das suas *Quaestiones Romanae* lida com problemas concernentes às mulheres (1, 2, 6, 7, 8, 16, 17, 20, 26, 29, 30, 35, 50, 52, 55, 56, 57, 60, 65, 87, 100, 108). Suas *Quaestiones convivales* também focam em mulheres ocasionalmente (650F; 653B; 710B). Nas suas *Vidas Paralelas* contamos com

aproximadamente 260 mulheres nomeadas (NIKOLAIDIS, 1997, p. 32, n. 20). E no *Convivium Septem Sapientium* (3, 4, 10, 13), encontramos a figura de Eumetis - uma mulher que classifica como sábia, com interesses políticos e que apresenta grande *benevolentia*.

É claro, essa preocupação em nomear mulheres e as enxergar como um pouco mais do que objetos inanimados – ponto no qual se diferencia da tradição literária antiga em sua maioria - não limitava Plutarco a aplicar julgamentos morais aos seus comportamentos, e mais comumente que não, as figuras femininas citadas pelo autor apresentam tom ambíguo em sua descrição (WALCOT, 1999). Ao mesmo tempo em que são elogiadas pela sua inteligência e sagacidade, são criticadas pela maior parte de suas ações – de forma semelhante aos seus personagens masculinos, como foi explicitado anteriormente.

O caso de Praecia, então, nos parece ser mais um desses em que o autor se preocupou em destacar a influência feminina por trás das cortinas, grandemente negligenciada pela tradição antiga. Inclusive, essa jovem prostituta não é a única mulher que possuiu determinada influência política como cortesã, cuja menção nas fontes se encontra apenas em Plutarco. Esse é também o caso de Flora (Plutarco. *Vida de Pompeu*. 2.2-2.4), amante de Pompeu, cujo envolvimento forçado com Geminus foi responsável pela consolidação do relacionamento desses homens.

É no mínimo curioso que uma situação tão semelhante àquela da relação estabelecida entre Lúculo, Cétego e Praecia, apesar de aparecerem apenas em Plutarco, não sofra tantos questionamentos. Em ambas ocasiões, cortesãs tiveram participação ativa no processo de tomada de decisões, colaborando com a consolidação de laços específicos e não duradouros. Flora teria sido entregue por Pompeu de presente a Geminus como uma forma de reforçar o relacionamento que ambos possuíam. Praecia, por sua vez, teria agido em favor de Lúculo no estabelecimento de uma relação breve entre ele e Cétego.

No entanto, uma dessas mulheres teve uma participação um tanto mais ativa que a outra. Enquanto Flora parece ter sido quase que obrigada a se envolver com Geminus a mando de Pompeu, Praecia agiu por livre e espontânea vontade. E apesar de Plutarco nos relatar que Flora costumava se vangloriar de seu relacionamento com ambos os homens quando atingiu idade mais avançada, isso ainda não muda o fato de que ela se apresentou

com grande relutância perante a possibilidade de se envolver com Geminus, tendo sido obrigada a se relacionar com o mesmo apesar de seu não consentimento inicial³⁹.

Ao contrário, Praecia não foi obrigada a nada em momento algum da situação. Lúculo teve de se esforçar para conquistar seus afetos e apenas a abordou sobre o estabelecimento de uma possível aliança após já ter certeza de que os possuía. Mesmo que Lúculo tenha se relacionado sexualmente com a jovem prostituta, lhe concedendo fama e notoriedade, como foi suposto previamente, ela poderia ter simplesmente se recusado a agir em seu favor perante Cétego. E, ainda que a jovem estivesse atrelada a Lúculo pelos laços da amizade, seria completamente plausível que ela não abdicasse em seu favor a Cétego e optasse por lhe conceder outro benefício. O ponto é que Praecia não tinha obrigação legal ou social alguma para com Lúculo, mas, mesmo assim, ela optou por manipular Cétego a favor dele.

Praecia, na verdade, foi mais do que a intermediária entre dois homens como foi concebido por Plutarco e grande parte da tradição historiográfica atual, ela foi o agente da aliança. E acreditamos que seja esse o ponto principal que leva autores e historiadores a duvidarem, até hoje, de sua existência e de seu envolvimento na situação. O grande problema para tais autores, na verdade, não se encontra no fato de Praecia ser pouco mencionada nas fontes ou na sua adjetivação masculina, dado que a situação é a mesma no caso de Flora – como demonstramos. Ao contrário, para eles, consciente ou inconscientemente, nos parece ser problemático o grau de autonomia de tal mulher no estabelecimento de uma aliança tão importante não apenas para a carreira de Lúculo, mas também para o futuro da cidade. Para eles, Flora, como foi obrigada a agir por um homem, não tem sua existência questionada; enquanto Praecia, por ter agido espontaneamente, automaticamente deixa de existir.

Por fim, dado o papel crucial de Praecia na relação, acreditamos que essa mulher tenha sido a primeira representante de uma tradição que aponta a influência e o controle feminino do mundo político por trás das cortinas do teatro cotidiano na República Tardia. Apesar de Praecia, por ser mulher, não poder ocupar nenhuma magistratura, ela não deixava de ser um agente político. É claro, as insinuações de Plutarco sobre seu comportamento sexual acabaram por relegar a figura dessa jovem cortesã aos porões da

³⁹ Por conta da relutância demonstrada por Flora quando da sugestão de que se relacionasse com Geminus e do fato de Pompeu tê-la obrigado a se envolver com tal homem, até hoje é muito discutida a natureza do relacionamento estabelecido dentre essas duas personagens. Há aqueles que afirmam Flora como apenas mais uma dentre as diversas conquistas amorosas do general. No entanto, há também aqueles que acreditam que a cortesã tenha sido cliente ou liberta de Pompeu (STRONG, 2016, p. 67-70, 77, 93-96).

história política. Mas o nível de influência que ela possuía era inegável, ainda mais quando levamos em consideração o fato de a mesma ter sido uma mulher, prostituta, da qual sabemos muito pouco e cuja família, muito provavelmente, não apresentava senadores e nem magistrados - talvez apenas um jurista pouco conhecido.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO

PLUTARCO. *Lives, Volume II: Themistocles and Camillus. Aristides and Cato Major. Cimon and Lucullus.* Tradução de Bernadotte Perrin. Loeb Classical Library 47. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1914.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, R. *Women and Politics in Ancient Rome.* Londres: Routledge, 1992
- BEARD, M. "The sexual status of Vestal Virgins." in. *Journal of Roman Studies*, 70 (1980): 12–27.
- _____. "Re-reading Vestal Virginité," in. HAWLEY, R.; LEVICK, B. (eds.) *Women in Antiquity: New Assessments.* Nova York: Routledge, 1995, p. 166–77.
- BROUGHTON, T. *The Magistrates of the Roman Republic, Volume II: 99 BC-31BC.* Nova York: The American Philological Association, 1952.
- BRUNT, P. *Amicitia in the Late Roman Republic.* in. *The Cambridge Classical Journal / Volume 11 / January 1965*, pp 1 - 20.
- EDMUNDS, L. Lucilius 730M: A Scale of Power. in. *Harvard Studies in Classical Philology*, Vol. 94, 1992, pp. 217-225.
- FOGEL, J. Can girls be friends? Talking about Gender in Cicero's *de Amicitia*. in. *Classical World*, Volume 103, Number 1, Fall 2009.
- FRATANTUONO, L. *Lucullus: the life and campaigns of a Roman conqueror.* South Yorkshire: Pen & Sword Military, 2017.
- GARDNER, J. *Women in Roman Law and Society.* Londres: Croom Helm, 1986.
- GELZER, M. *The Roman Nobility.* Londres: Basil Blackwell, 1969.
- GRUEN, E. *The last generation of the Roman Republic.* Berkely: University of California Press, 1974.
- KEAVENEY, A. *Lucullus: A Life.* Nova York: Routledge, 1992.
- KURKE, L. Inventing the "Hetaira": Sex, Politics, and Discursive Conflict in Archaic Greece. in. *Classical Antiquity*, Vol. 16, No. 1 (Apr., 1997), pp. 106-150
- LAVERY, G. Plutarch's Lucullus and the Living Bond of Biography. in. *The Classical Journal*, Vol. 89, No. 3 (Feb. - Mar., 1994), pp. 261-273.
- MCGINN, T. *Prostitution, Sexuality and the Law in Ancient Rome.* Nova York: Oxford University Press, 1998.
- NIKOLAIDIS, A. Plutarch on Women and Marriage. in. *Wiener Studien*, Vol. 110 (1997), pp. 27-88.
- OLSON, K. Matrona and whore: the clothing of women in Roman Antiquity. in. *Fashion Theory: the journal of dress, body and culture*, vol. 6, n. 4 (2002), p. 387-420.
- ROSKAM, G. Two Roads to Politics: Plutarch on the Statesman's Entry in Political Life. in. NIKOLAIDIS, A. (ed.) *The Unity of Plutarch's Work: 'Moralia' Themes in the 'Lives', Features of the 'Lives' in the 'Moralia'.* Berlim: Walterde Gruyter, 2008.

- SHACKLETON BAILEY, R. *Two Studies on Roman Nomenclature*. Nova York: The American Philological Association, 1976.
- RUBIN, G. "Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality" in. VANCE, C. (ed.) *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Londres: Routledge, 1984.
- SCHAPS, D. The Woman Least Mentioned: Etiquette and Women's Names. in. *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 27, No. 2 (1977), pp. 323-330.
- STAPLES, A. *From Good Goddess to Vestal Virgins: Sex and Category in Roman Religion*. New York: Routledge, 1998.
- STRONG, A. *Prostitutes and Matrons in the Roman World*. Nova York: Cambridge University Press, 2016.
- THOMAS, Y. A divisão dos sexos no direito romano. in. PERROT, M.; SCHMITT PANTEL, P.; DUBY, G. *História das Mulheres: A Antiguidade*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990.
- VAN OOTEGHEM, J. *Lucius Licinius Lucullus*. Bruxelas: Palais Des Académies, 1959.
- WALCOT, P. Plutarch on women. in. *Symbolae Osloenses: Norwegian Journal of Greek and Latin Studies*, 74:1, 163-183.

UMA MULHER ENTRE CÉSARES: A REPRESENTAÇÃO DE ÁTIA NA OBRA *DE VITA CAESARUM*

Luisa Amado Monteiro⁴⁰

Resumo: Átia era uma mulher conhecida pelos homens que a cercavam. Mãe e sobrinha de Césares, foi reduzida ao silêncio e à inexpressividade nas fontes. Diante disso, nosso objetivo no presente artigo é analisar a forma como Átia foi representada na obra *De Vita Caesarum*, de Suetônio.

Palavras-chave: Átia; mulher; mãe-imperial; Império Romano; biografia.

A WOMAN BETWEEN CAESARS: THE REPRESENTATION OF ATIA IN *DE VITA CAESARUM*

Abstract: Atia was a woman known by the men around her. Caesars' mother and niece was reduced to silence and expressionlessness in the documents. Therefore, the aim of this article is to analyze the representation of Atia in *De Vita Caesarum*, written by Suetonius.

Keywords: Átia; woman; imperial-mother; Roman Empire; biography.

Átia, assim como outras mulheres de sua época, teve sua vida inteiramente registrada por homens. Nos anais e nas biografias, seu nome aparece apenas como uma interseção entre trajetórias de homens influentes na cena política de Roma. Seu nascimento, não datado, era relevante para qualificá-la como uma mulher de distinção social e econômica. Enfatizar quem foi seu pai era essencial para localizá-la dentre as famílias fundadoras, *patricias*, e mencionar quem foi sua mãe era necessário apenas para evidenciar seu vínculo com César. Os casamentos, ambos com magistrados, foram importantes para estabelecer possíveis relações entre as famílias, manter seu patrimônio e gerar herdeiros legítimos, o que só foi possível no primeiro, com Caio Octávio.

Conhecida por seus filhos, Átia gerou em seu ventre os prenúncios da dinastia Júlio-Claudiana, já que foi mãe de Octávio e Octávia. Seu filho, que em 27 a.C passou a ser chamado de Augusto, garantiu, em um primeiro momento, a continuidade da linhagem de seu pai biológico, mas se tornou posteriormente herdeiro por testamento do poder de seu pai adotivo, Júlio-César, assassinado nos Idos de Março de 44 a.C. Sobre a morte de Átia, em 43 a.C., pouco se sabe, mas o que podemos depreender da historiografia é que Octávio tinha vinte anos e estava em seu primeiro consulado. Ela teve um funeral público e seu filho conferiu as mais altas honras fúnebres a ela (LIGHMAN, 2008, p. 49).

Um dos poucos documentos no qual ela é mencionada tem caráter biográfico e foi escrito no século II d.C. por Suetônio. Nele, Átia ganha destaque em momentos

⁴⁰ Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do Laboratório de História Antiga (LHIA/UFRJ). E-mail para contato: luisaamado@outlook.com

específicos, que revelam mais sobre as escolhas narrativas do autor do que sobre a mulher em si. Seu ciclo de vida é entrecortado e espaçado, e os episódios do qual faz parte, que são dignos de registro, simbolizam um prelúdio do que ainda estava para acontecer em Roma. Desse modo, o objetivo central do presente artigo é analisar de que forma Átia, enquanto mulher e primeira mãe imperial, é retratada na obra *A vida dos doze césares*, originalmente *De Vita Caesarum*, de Suetônio. Para isso, levaremos em consideração não só as informações biográficas disponíveis sobre ela, como também especificidades, ainda que de forma breve, sobre o documento, como o seu gênero, o momento histórico em que foi escrito e quem foi o seu autor.

Originária de Roma, ela era a filha mais velha de Marco Átio Balbo e Júlia, irmã mais jovem de Júlio César. Casou-se duas vezes, a primeira com Caio Octávio, que morreu em 58 a.C., deixando-a com dois filhos, Octávio, que se tornou o imperador Augusto, e Octávia; e posteriormente, com *Lucius Marcius Philippus*, que foi cônsul em 56 a.C. (LIGHTMAN, 2008, p. 48). Sobre o seu nome, o que sabemos de modo geral é que os romanos não achavam ser necessário identificar as mulheres com tanta precisão quanto os homens, já que não podiam votar e nem ocupar cargos públicos.⁴¹ Átia, portanto, tinha apenas esse nome, a versão feminina do nome de seu pai – Marcus Atius. A identidade do seu pai e a associação de sua família era o que importava (GOLDSWORTHY, 2014, p. 23).

Retomando o objetivo supracitado, é importante destacar que, embora a obra seja formada por inúmeras biografias, que compreendem desde a vida de Júlio César até os imperadores da dinastia Júlio-Claudiana e Flaviana, isto é, de aproximadamente 100 a.C. a 98 d.C. (VERGER, 1992, p. 21), nosso foco de análise se limitará à vida do imperador Augusto (27 a.C. – 14 d.C.). Somado a isso, podemos observar que *De Vita Caesarum* é uma obra predominantemente masculina, já que todas as biografias são de homens, nas quais esporadicamente, por algum motivo específico, nos deparamos com nomes femininos. Devemos acrescentar, ainda, que o modo como é escrita segue, em linhas gerais, o método da biografia erudita dos alexandrinos. O que significa que Suetônio narra de forma muito esquemática, desenvolvendo pontos comuns em todas as vidas: antecedentes e origens, nascimento, anedotas, carreira política, gestos realizados, caráter, aspectos físicos e morte (VERGER, 1992, p. 21-22).

⁴¹ A filha de Átia foi chamada de Octávia, assim como sua enteada, a filha do casamento anterior do seu marido. Se houvesse outras filhas, estas então também teriam sido chamadas de Octávia. Em alguns casos, as famílias numeravam suas filhas para fins oficiais (GOLDSWORTHY, 2014, p. 23).

Sobre o autor, podemos destacar que Caio Suetônio Tranquilo nasceu provavelmente em torno do ano de 69 d.C. Ao final do século I d.C., ele exerceu o papel de advogado e pouco depois do ano 100 quis servir em uma legião na Britânia, mas renunciou a tal serviço (VERGER, 1992, p. 14). De modo geral, a carreira de Suetônio transcorreu por inteira em Roma, onde desempenhou sucessivamente, a serviço dos imperadores Trajano e Adriano, cargos que antes haviam sido exercidos por libertos e que passaram a ser desempenhados por pessoas da ordem equestre (VERGER, 1992, p. 15).

Desse modo, para além do gênero e conteúdo da obra, ponderar sobre as informações acerca da vida do biógrafo nos leva a refletir sobre duas situações: primeiro, é importante ter em mente que, embora não se saiba o local exato do nascimento de Suetônio, este desenvolveu uma série de cargos importantes no cenário imperial e passou a transitar em meio à elite de sua época, o que nos leva ao reconhecimento de uma ótica específica em sua obra, repleta não só dos paradigmas compartilhados pelos seus iguais, como também de um perspectiva misógina sobre as mulheres. Segundo, Suetônio viveu no século II d.C., e sua obra foi escrita possivelmente por volta de 121 d.C., ou seja, o autor não era contemporâneo de Átia, o que nos permite identificar uma continuidade na forma como determinadas mulheres eram representadas na sociedade e na tradição romana.

Acreditamos que a forma como as mulheres, em especial as que ocupavam uma posição de poder, foram representadas na Antiguidade tem relação direta com o modo como a sociedade romana se estruturava, principalmente a seletividade de espaços e a divisão de papéis, públicos e privados, pautados por uma lógica de gênero.⁴² Às mulheres cabia uma conduta comportamental muito limitada, e aquelas que não seguissem esse padrão sofriam as consequências e eram marcadas pelo estigma da imoralidade.

Assim, a partir da biografia escrita por Suetônio, podemos reconstruir o percurso de Átia, na medida em que seu nome aparece atrelado a acontecimentos maiores. Com isso, lidaremos com três excertos distintos, sendo os dois primeiros interligados pelo seu conteúdo genealógico.

⁴² Em outras palavras, podemos dizer que isso se dava porque as sociedades greco-latinas eram patrilineares e patriarcais: a transmissão dos bens, materiais e simbólicos, era feita de pai para filho (KNIBIEHLER, 2016, p. 31). Por isso, no sistema patriarcal romano, o poder, a propriedade, a política e a economia encontravam-se nas mãos dos homens que escreviam as leis, ditavam as normas e pregavam a moral, enquanto a mulher se submetia, calava. Apenas devia-se movimentar dentro de casa, onde educava e, antes de tudo, era um agente de reprodução (CIRIBELLI, 2002, p. 263).

Decedens Macedonia, prius quam profiteri se candidatum consulatus posset, mortem obiit repentinam, superstitibus liberis Octavia maiore, quam ex Ancharia, et Octavia minore item Augusto, quos ex Atia tulerat. (Suet, Divus Augustus, 8.4.1)

No seu regresso da Macedônia, antes de poder apresentar a sua candidatura ao consulado, morreu subitamente. Deixou vários filhos: Octávia, mais velha, que tivera com Ancária, Octávia mais jovem e Augusto, que lhe dera Átia.

O que podemos concluir a partir deste trecho, pouco expressivo no que diz respeito à Átia, é que, para os padrões comportamentais estabelecidos naquela sociedade, ela estava de acordo com o esperado para uma mulher da elite. Havia cumprido seu dever, como esposa e filha, estabelecendo alianças por meio do matrimônio. E, embora no momento narrado se encontrasse como viúva, ela já havia concedido ao seu marido dois filhos: Octávia e Octávio.

No ano de nascimento de Octávio, em 63 a.C., Roma era de longe uma das maiores cidades do mundo. E com tanta gente em um só lugar, inevitavelmente havia muitos nascimentos e mortes todos os dias, então não havia nada de especial quando uma mulher chamada Átia entrou em trabalho de parto e antes do alvorecer do dia 23 de setembro presenteou seu marido com um filho homem (GOLDSWORTHY, 2014, p. 20). Mas, a partir desse dia, face às circunstâncias, o que podemos afirmar é que Átia possuía mais sorte que a maioria das mães: por ela e seu marido, Caio Octávio, serem aristocratas, estavam à sua disposição os melhores cuidados e uma casa confortável nas redondezas do Palatino. Quando sua hora chegou, foi amparada por mulheres da sua família, escravos e libertos, mas ela já sabia o que esperar, pois havia tido uma filha anos antes. No entanto, nem a experiência nem o conforto garantiriam a segurança de Átia. Dar à luz era perigoso para mães e bebês, sendo que estes últimos raramente sobreviviam⁴³ (GOLDSWORTHY, 2014, p. 20).

Átia sobreviveu ao parto e seu filho nasceu saudável. Quando a parteira o depositou no chão para inspecioná-lo, não havia nenhum sinal de deformidade ou outros problemas. A criança, então, foi “tomada” por seu pai, visto que a tradição dava ao pai

⁴³ Para Adrian Goldsworthy, a gravidez e o parto eram provavelmente o ponto mais perigoso na vida de uma mulher (2014, p. 20). O parto sempre foi a maior causa de morte das romanas, de esposas de senadores e escravas. Pondo isso em uma perspectiva mais ampla, as estatísticas disponíveis para períodos da história mais recentes sugerem que pelo menos uma em cada cinquenta mulheres tinha a probabilidade de morrer no parto, com uma chance maior ainda que fosse muito jovem (BEARD, 2017, p. 309).

romano, o *paterfamilias*, o poder de vida e morte de toda unidade familiar (GOLDSWORTHY, 2014, p. 20). Na sequência, Suetônio dá prosseguimento ao mapeamento familiar no qual Átia se inscreve.

Atia M. Atio Balbo et Iulia, sorore C. Caesaris, genita est. Balbus, paterna stirpe Aricinus, multis in familia senatoriis imaginibus, a matre Magnum Pompeium artissimo contingebat gradu functusque honore praeturae inter uigintiuiros agrum Campanum plebi Iulia lege diuisit (Suet, *Divus Augustus*, 8. 4.1).

Átia era filha de Marcos Átio Balbo e de Júlia, irmã de Caio Júlio César. Balbo, cujos antepassados paternos eram de Arícia, família que contava com muitos senadores, pela mãe era estreitamente aparentado com Pompeu Magno.

Ao analisar a obra como um todo, esse excerto de *Divus Augustus* ganha significado como uma prova da legitimidade de Octávio. Em nossa perspectiva, apesar de Átia ser mencionada, ela sequer é o foco da narrativa, que, na realidade, diz respeito ao modo como os elos políticos puderam ser estabelecidos a partir dela.

Quando César foi assassinado, Octávio estava em Apolônia, no mar Adriático, para onde havia sido enviado para obter experiência em campanhas. Nesse momento, Átia e *Philippus* escreveram-lhe uma carta avisando para que retornasse de imediato a Roma, mas que, em contrapartida, mantivesse a situação com discrição (LIGHTMAN, 2008, p. 48-49). Átia, apesar de hesitante, apoiou o plano de Octávio de aceitar a herança de César e vingar a sua morte. Com o suporte de sua mãe, o garoto de dezenove anos começou sua marcha por Roma (LIGHTMAN, 2008, p. 49).

Caesare post receptas Hispanias expeditionem in Dacos et inde in Parthos destinante praemissus Apolloniam studiis uacauit. utque primum occisum eum heredemque se comperit, diu cunctatus an proximas legiones imploraret, id quidem consilium ut praeceps in maturumque omisit. ceterum urbe repetita hereditatem adiit, dubitante matre, uitrice uero Marcio Philippo consulari multum dissuadente. (Suet. *Divus Augustus*, 8. 8.2)

Quando César, após recuperar as províncias da Hispânia planejou uma expedição contra os Dácios e depois conta os Partos, Augusto, que fora enviado antecipadamente a Apolônia, dedicou seu tempo aos estudos. Assim que soube que seu tio havia sido assassinado e que ele era o seu herdeiro, ficou por muito tempo hesitante entre implorar ou não o auxílio das legiões mais próximas, mas considerando a ideia prematura e precipitada, desistiu. Ele, no entanto, retornou à cidade e reivindicou sua herança, apesar das hesitações da mãe e a forte oposição de seu padrasto, o ex-cônsul *Marcus Phillipus*.

A latinista Molly Pryzwansky sustenta, em *Femine Imperial Ideals in the Caesares of Suetonius*, que Suetônio, em suas biografias, empregou uma constante comportamental para todos os seus homens biografados, de César a Domiciano. E a partir dessa constatação, ela afirma que o mesmo pode ser percebido no caso das mulheres que por algum motivo também figuraram nessas biografias, fossem mães, filhas, esposas etc. A tendência em seu discurso, ao escrever sobre mulheres, é mobilizar padrões específicos como ancestralidade, casamento, nascimento de seus filhos, o que sugere que ele tivesse uma noção fixa acerca do comportamento feminino (PRYZWANSKY, 2008, p. 4). Em comparação com as demais mães imperiais mencionadas por Suetônio, essencialmente Livia e Agripina, Pryzwansky aponta que o biógrafo caracteriza Átia como a boa e silenciosa mãe (PRYZWANSKY, 2008, p. 59).

Pryzwansky também argumenta que a brevidade de sua aparição é chocante, já que a biografia de seu filho é justamente a mais longa. E em parte, para a autora, sua rápida aparição se deve ao fato de que ela morreu antes do auge do Principado de seu filho, sendo este o período que Suetônio mais enfatiza. As cenas em que ela figura, no entanto, especialmente sua reação diante da notícia de que seu filho seria herdeiro de César, servem como contraexemplos esclarecedores em relação às mães imperiais intrusivas, como Livia e Agripina. Ambas posteriormente foram acusadas de planejar e intervir em excesso na vida de seus filhos, enquanto Átia, para Suetônio, aparentemente não exerceu nenhum poder na ascensão de Augusto (PRYZWANSKY, 2008, p. 59).

Essa cena, posterior ao assassinato de César, para a autora, segue sendo a mais informativa sobre Átia, visto que ela exerce seu papel materno, além de ser o único episódio no qual ela interage com seu filho. Suetônio escreve que, após a morte do ditador, tio de Átia, ela e seu marido, *Lucius Marcius Philippus*, tentaram deter Otaviano de assumir a herança de César (PRYZWANSKY, 2008, p. 59-60). Átia claramente estava apreensiva quanto à segurança de seu filho após a morte violenta de Júlio César. Apesar de sua preocupação, ela figura como mãe ansiosa – *dubitante matre* – enquanto *Philippus* faz todo o desencorajamento ativo e vigoroso. Desse modo, Átia expressa puramente a apreensão de uma mãe receosa, mas alheia ao contexto político (PRYZWANSKY, 2008, p. 60).

Molly Pryzwansky pondera que o fato de Átia ser construída discursivamente como uma mãe distante também pode ter sido pensado para evitar comparações desfavoráveis entre Augusto, Tibério e Nero, visto que os dois últimos deviam o poder às

suas mães, Lúvia e Agripina, respectivamente (PRYZWANSKY, 2008, p. 61). A isso devemos acrescentar que nossa leitura de Átia apenas como uma coadjuvante se deu à luz da reflexão proposta pela historiadora francesa Michelle Perrot, em sua obra *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros* (1988). De acordo com Perrot, no singular, a palavra “poder” tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se designa masculina. Já no plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalentes a “influências” difusas e periféricas, em que as mulheres têm sua grande parcela (PERROT, 2017, p. 177).

As representações do poder das mulheres são, por esse ângulo, numerosas e muitas vezes recorrentes. A partir dessa perspectiva, podemos dizer que uma das imagens que predomina ao se estudar o caso das mulheres romanas é a de um poder conjuntivo, oculto, escondido, secreto mecanismo das coisas: “Mais prosaicamente, é a ideia muito difundida de que as mulheres puxam os fiosinhos dos bastidores, enquanto os pobres homens, como marionetes, mexem-se na cena pública” (PERROT, 2017, p. 178).

Por fim, podemos afirmar, com base em Pryzwansky e Perrot, que uma combinação de fatores, desde a conduta comportamental limitada que era esperada de uma mulher até uma construção sólida sobre o nascimento e o crescimento virtuoso de Augusto, levaram Suetônio a representar Átia como uma mulher pouco expressiva. No entanto, independentemente disso, podemos defender um olhar crítico sobre o modo como ela ficou marcada na história, apenas como uma coadjuvante, como a sobrinha de Júlio César e a mãe de Augusto, nada além disso.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO

SUETONIUS. *The Lives of the Caesars*. Massachusetts: Harvard University Press, 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEARD, Mary. *SPQR: uma história da Roma Antiga*. 1ª ed. In: _____. Tradução de Luis Reyes Gil. São Paulo: Planeta, 2017.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Emancipação e liberação sexual das mulheres na República Romana (II e I séculos a.C.). *Phoênix*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 259–278, 2002.

GOLDSWORTHY, Adrian. *AUGUSTUS: First Emperor of Rome*. Connecticut: Yale University Press, 2014.

KNIBIEHLER, Yvonne. *História da virgindade*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2016.

- LIGHTMAN, Marjorie. *A to Z of ancient Greek and Roman Women*. Nova Iorque: Facts on file, 2008.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- PRYZWANSKY, MOLLY. *Feminine imperial ideals in The Caesares of Suetonius*. (Tese de Doutorado). Carolina do Norte: Universidade Duke, 2008.
- VERGER, Antonio. Introdução. In: *Vida de los Doce Césares*. Tradução: Rosa M^a Agudo Cubas. Madri: Editora Gredos, Madri, 1992.

**“QUE TIPO DE MULHER É ESSA PODEROSA E REAL TABERNEIRA?”:
UMA ANÁLISE DE MÉROE, A *FEMINA DIVINA* DE APULEIO**

*Gabriel Paredes Teixeira*⁴⁴

Resumo: A ampla presença da magia é um dos aspectos mais célebres da prosa ficcional *Metamorfoses*, composta por Apuleio de Madaura no século II d.C. A própria transformação do narrador em burro, evento central da trama, se deve a uma ação mágica. Responsável por algumas das passagens mais notáveis envolvendo as artes mágicas no interior do texto, a taberneira Méroe é uma de destaque no primeiro livro da obra. Unindo elementos presentes nas obras de outros autores romanos a características desconhecidas nos demais, Apuleio criou uma figura singular na tradição literária latina. Este artigo tem como objetivo analisar o conjunto de atributos de Méroe, investigando suas semelhanças e diferenças com relação às encontradas em outros textos latinos.

Palavras-chave: Méroe; Magia; literatura latina; *ueneficae*; Apuleio.

**“WHAT KIND OF WOMAN IS THIS POWERFUL AND ROYAL INNKEEPER?”: AN
ANALYSIS OF MEROE, APULEIUS’ *FEMINA DIVINA***

Abstract: The wide presence of magic is one of the most renewed aspects of the fictional prose *Metamorphoses*, written by Apuleius of Madaura in the 2nd century AD. Even the narrator's transformation into a donkey, the central event of the plot, is caused by a magical action. Responsible for some of the most notable passages involving magical arts within the text, the tavernkeeper Meroe is a prominent character in the first book of the work. Merging elements already present in the works of other Roman authors with characteristics unknown to others, Apuleius was able to create a singular character to the Latin literary tradition. This article aims to analyze the set of Meroe's attributes, examining her similarities and differences in relation to characters from other Latin texts.

Keywords: Meroe; Magic; Latin literature; *ueneficae*; Apuleius.

Introdução

No prefácio do seu livro *Magic in the Ancient World*, Fritz Graf (2001, p. vi) notara o “sólido crescimento do interesse no assunto” da magia no mundo antigo no decorrer das últimas décadas do século passado. A princípio, tal interesse fez com que os pesquisadores abarcassem na categoria “magia” uma série de práticas e crenças muitas vezes heterogêneas para seus praticantes. Com o passar dos anos, cada vez mais os classicistas passaram a voltar suas atenções para a produção científica originada em outras áreas, como a Antropologia e a Sociologia, como forma de expandir a compreensão do fenômeno da magia no mundo antigo. Uma das consequências desse movimento foi a comprovação de que, em sociedades tradicionais, muitos sujeitos que tomam parte ou que

⁴⁴ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ). Membro do Laboratório de História Antiga (LHIA-UFRJ), sob orientação do Prof. Dr. Deivid Valério Gaia. Bolsista de demanda social da CAPES. E-mail: gparedes.teixeira@gmail.com

acreditam na eficiência de uma série de rituais considerados “mágicos” pelos observadores externos jamais os classificam dessa maneira. Hildred Geertz foi uma das primeiras a apontar os problemas relacionados à aplicação da abstrata “magia” para sociedades que não possuíam conceitos equivalentes (1975, p. 73-74). Críticas como a de Geertz fizeram com que antropólogos e outros estudiosos repensassem suas posições com relação ao tema, passando a evitar a utilização de categorias demasiadamente amplas e impostas às culturas estudadas de fora para dentro. Recentemente, um esforço equivalente começou a ser empreendido por alguns estudiosos da antiguidade, que passaram a notar nuances significativas na atitude de figuras literárias simplesmente classificadas como “mágicas” até então. Uma dessas figuras é a taberneira Méroe, personagem fictícia inserida por Apuleio na obra de prosa ficcional *Metamorfoses*, escrita em meados do século 2 d.C.⁴⁵

A presença da velha Méroe, no primeiro livro da referida obra, pode provocar a curiosidade e o estranhamento dos leitores, tamanhos são os seus poderes. Os feitos da taberneira são narrados – em terceira pessoa – pelo andarilho Aristômenes, a quem o protagonista-narrador conhece em uma estrada durante sua viagem pela região da Tessália. O primeiro contato de Aristômenes com Méroe se dera, por sua vez, a partir de um relato de seu amigo Sócrates, que havia se tornado um dos inúmeros amantes da velha. Através dele, o andarilho tomara conhecimento de inúmeras façanhas das quais Méroe seria capaz, como fazer baixar o céu e suspender a terra, tornar sólidas as fontes e dissolver as montanhas, invocar fantasmas (*manes*), escurecer as estrelas e iluminar o próprio Tártaro. A velha seria famosa ainda por transformar seus rivais e desafetos em animais, além de inúmeras outras ações com o intuito de prejudicar as pessoas à sua volta. Aristômenes é testemunha dos poderes da velha ao ser surpreendido na mesma noite por sua presença – junto com sua “irmã” (*soror*) Pântia – no quarto onde os dois homens dormiam. Após invadir o aposento, Méroe utiliza uma espada para perfurar a garganta de Sócrates. Com um recipiente ela recolhe o sangue derramado e, enfiando a mão no orifício aberto, retira o coração da vítima antes de partir (Apul. *Met.* 1.7-14).

A passagem em questão, narrada logo no início da obra de Apuleio pelo viajante Aristômenes, tem por objetivo despertar a curiosidade e ansiedade do jovem Lúcio, que, logo após chegar à cidade de Hípata, recorda o episódio enquanto contempla a paisagem da região – entusiasmado por estar no coração da Tessália, local notadamente famoso

⁴⁵ Há diversas hipóteses sobre a verdadeira data de publicação do texto, mas evitaremos tal polêmica.

como terra natal das artes mágicas e de encantamentos (Apul. *Met.* 2.1). De acordo com Citroni (2006, p. 1008), no primeiro bloco narrativo do texto, que compreende os três primeiros livros da obra e se encerra com a malfadada metamorfose do jovem em burro (evento que confere o título à obra), “o tema dominante é o da *curiositas* de Lúcio”. Afinal, é a vontade de aprender os segredos da magia que leva o rapaz a experimentar o unguento que o transformaria em animal. A apresentação dos feitos de Méroe, logo no início da obra, funciona como uma forma do autor definir o tom sobrenatural e ameaçador que atravessa todo o primeiro bloco da narrativa. O tema dos poderes sobrenaturais das mulheres da Tessália e o perigo que elas representam aos viajantes é retomado pelo menos duas vezes no segundo livro (Apul. *Met.* 2.5, 2.21-30) e uma vez no terceiro livro da obra (Apul. *Met.* 3.15-18).

Em sua construção da velha Méroe, Apuleio muito provavelmente utilizou uma representação recorrente na literatura romana: as *anus ueneficae*⁴⁶. Conhecidas desde a poesia de Horácio e presentes nas obras de autores como Ovídio, Propércio, Lucano e outros, essas velhas são marcadas por um conjunto de características constantes e identificáveis. Entre elas, podemos destacar sua capacidade de prejudicar outras pessoas por meio de encantamentos e poções, a invocação de fantasmas, o controle dos elementos da natureza (astros, rios, nuvens etc.) e a possibilidade de transformarem-se em animais. A utilização de tais representações por Apuleio para descrever as ações de Méroe fez com que diversos estudiosos a considerassem como uma das principais personificações do grupo das “bruxas latinas”⁴⁷. Pollard (2008, p. 135), comparando Méroe com as demais personagens do grupo, considera-a como o “ápice da representação da velha praticante de magia” na literatura latina. Ogden (2008, p. 1) inicia seu livro dedicado às bruxas evocando a velha taberneira, a quem ele define como uma “bruxa grotesca” e Frangoulidis (2008) oferece atenção especial à personagem no decorrer de seu livro *Witches, Isis and Narrative*. Contudo, algumas características importantes da personagem fogem à relação das propriedades normalmente vinculadas às *anus ueneficae* – algumas, inclusive, são contrárias àquilo que normalmente se espera de mulheres que ocupam tal papel. Vejamos,

⁴⁶ Os romanos possuem alguns termos distintos para referirem-se a tais personagens, variando de acordo com o gênero literário ou até mesmo o tipo de ação narrada. Contudo, uma série de características e descrições constantes permitem a identificação dessas personagens como um grupo coeso. A categoria *anus uenefica* foi proposta com o intuito de evitar a polêmica envolvendo a utilização do termo “bruxa”, empregado por diversos pesquisadores e cuja validação não faz parte do escopo deste trabalho.

⁴⁷ O termo “bruxa” foi utilizado pelos autores citados doravante, através da variante em língua inglesa “witch”. Todas as utilizações desse termo no artigo serão feitas de acordo com a terminologia utilizada pelos autores comentados.

portanto, quais atributos de Méroë estão de acordo com a tradição das “velhas envenenadoras” e quais fogem desta categoria.

Inserindo Méroë no grupo “*anus ueneficae*”

Em seu artigo de 2008, intitulado *Witch-Crafting in Roman Literature*, Elizabeth Pollard, ao analisar possíveis relações de crenças em bruxaria com as representações artísticas de mulheres praticantes de magia, propôs a separação de tais mulheres em dois grupos distintos para efeito de estudos. De um lado, a autora sugere o agrupamento das “prototípicas, icônicas e semidivinas manipuladoras de poderes mágicos” (POLLARD, 2008, p. 119), categoria na qual ela insere figuras mitológicas amplamente conhecidas, como Circe, Medeia e Dejanira. O segundo grupo, ao qual a autora direciona a maior parte de sua atenção, é constituído pelas personagens literárias definidas como “bruxas comuns”⁴⁸, que, de acordo com Pollard, refletiriam um conjunto de preocupações concretas e estariam ligadas ao tipo de desconfiança que poderia gerar acusações de utilização da magia como meio de prejudicar outros indivíduos. A presença do primeiro grupo, que comporta personagens cujas realizações se concretizaram no passado mítico, é mais constante na literatura grega, enquanto o segundo seria uma exclusividade da tradição literária latina.

Sustentando posição semelhante em seu artigo *From Goddess to Hag: The Greek and the Roman Witch in Classical Literature*, Barbette Spaeth (2014, p. 41) afirma que “uma análise das representações clássicas de bruxas revela interessantes similaridades e diferenças importantes entre as fontes gregas e latinas”. Entre as semelhanças encontradas pela autora estão a utilização de poções, as associações à deusa Hécate e a libido exacerbada verificada nos dois grupos. A distinção mais clara proposta por Spaeth tem a ver com o julgamento feito a cada um dos grupos, com as “bruxas latinas” sendo representadas de maneira muito mais negativa que a contraparte grega. Enquanto as mulheres usuárias de magia encontradas na literatura grega de tradição mitológica geralmente são jovens e belas, a índole cruel e o temperamento perverso das personagens da tradição literária latina são reforçados por sua aparência desprezível, a idade avançada e as técnicas vis por elas empregadas (SPAETH, 2014, p. 46-47). Assim como os demais

⁴⁸ *Common witches*, no original.

autores citados anteriormente, Spaeth posiciona Méroe como uma representante das “bruxas” da tradição latina.

Das ações e características atribuídas à Méroe, ao menos sete fazem parte do conjunto de representações normalmente utilizadas pelos autores para as *anus ueneficae*. São elas: inversão dos elementos da natureza, capacidade de gerar paixões, idade avançada, embriaguez, realização de rituais sepulcrais, atividade noturna e mutilação de um corpo. Vejamos cada uma dessas características e como elas fazem com que a personagem de Apuleio se relacione com as demais *ueneficae* da literatura latina.

A inversão dos elementos da natureza é uma das ações mais imediatamente associadas a estas personagens, e foi utilizada, de alguma maneira, por todos os autores que as inseriram em suas obras. Algumas das descrições incluem a retirada da Lua e dos astros do céu, a reversão do curso dos rios, a suspensão da terra e a iluminação do mundo inferior. No caso de Méroe, são citadas as duas últimas (Apul. *Met.* 1.8). A suspensão da terra já havia sido citada por Horácio (*Epod.* 5.79-80) como uma das capacidades da *uenefica* Canídia e por Petrônio (*Sat.* 63) para as *strigae*. Com exceção de Petrônio, o controle dos astros celestes foi utilizado por todos os autores que representaram *anus ueneficae* (Hor. *Sat.* 1.8.35; *Epod.* 5.45-46; Tib. 1.2.43; Prop. 4.5.14; Ov. *Am.* 1.8.11-12; Luc. 6.499-500).

A capacidade de gerar paixões está ligada à libido exacerbada dessas personagens. Essa característica é utilizada, sobretudo, pelos autores de elegia erótica, gênero literário com grande ênfase na vida amorosa. Entre os elegíacos, Tibulo (1.2.59-60) faz menção a uma *saga* capaz de fazer ceder ou fortalecer o amor, enquanto Propércio (4.5.5-8) confere à *lena* Acântis a capacidade de causar paixão em figuras mitológicas notórias pela castidade, como Hipólito e Penélope. Na poesia de Horácio, em diferentes momentos, Canídia se gaba de ser capaz de causar paixão conforme sua vontade (Hor. *Epod.* 5.79-82, 17.80).

Todas as descrições de *ueneficae* da literatura apontam para a idade avançada dessas mulheres. Uma forma de fazê-lo é retratá-las como velhas desdentadas, como faz Horácio (*Sat.* 1.8.48-49), ou de pele enrugada, conforme a poesia de Ovídio (*Am.* 1.8.122). Outra maneira é simplesmente denominá-las a partir do termo *anus* (velha), como Apuleio (*Met.* 1.7) faz com Méroe. Além dele, Ovídio (*Am.* 1.8.2; *Fast.* 2.582) e Petrônio (*Sat.* 122) também utilizam o termo para se referirem a esse tipo de figura.

A embriaguez de Méroe é referida de maneiras distintas por Apuleio. Em sua narrativa, Sócrates afirma que a própria velha, estando bêbada (*temulenta*), havia revelado

a ele parte de seus feitos. O próprio nome da personagem sugere um jogo de palavras⁴⁹ com essa característica, uma vez que *merum* significa vinho forte, e pode ser utilizado, de maneira figurada, para o próprio ato de beber (GLARE, 2012, p. 1214). Ovídio é o autor que mais utiliza o tema da embriaguez associado às *anus*. Na oitava elegia do primeiro livro de *Amores*, o poeta (1.8.3-4) cita duas vezes a embriaguez da velha alcoviteira Dipsas, cujo nome é derivado do verbo grego *dipsáō*, denotando sua sede (LIDELL; SCOTT, 1889, p. 206). Já nos *Fastos*, Ovídio (2.582) nos apresenta a uma *anus* que se embriaga enquanto realiza seus rituais. Propércio, por outro lado, parece fazer alusão à ebriedade de Acântis ao rogar que, após sua morte, o espírito da velha sofra de sede e que seu túmulo seja como uma ânfora de gargalo curto (Prop. 4.5.75).

Também são recorrentes na literatura os rituais sepulcrais (*deuotiones sepulcrales*), por meio dos quais Méroe teria sido capaz de manter reféns os habitantes da cidade que se revoltaram contra seus crimes. Horácio dedica uma sátira inteira à invasão de um antigo cemitério pelas *ueneficae* Canídia e Sagana (Hor. *Sat.* 1.8), com o objetivo de invocar um fantasma a partir de um buraco cavado no chão. Ao descrever as ações da *lena* que tenta aliciar sua amada, Tibulo a acusa de buscar ervas sepulcrais (Tib. 1.5.53-54), enquanto Ovídio afirma que a *anus* Dipsas consegue evocar das sepulturas os antigos descendentes (Ov. *Am.*1.8.17). Já Lucano descreve a alegria de Ericto ao roubar das sepulturas os ingredientes necessários para a realização de seus rituais (Luc. 6.525-526). O tema da utilização de ingredientes retirados de corpos já sepultados é retomado ao menos duas vezes por Apuleio na obra: quando Birrena, a tia de Lúcio, descreve os crimes cometidos pelas mulheres da Tessália e no momento em que a criada Fótiis descreve a oficina onde sua ama Pânfila realiza seus encantamentos (Apul. *Met.* 2.20, 3.17).

A invasão de Méroe e Pântia ao quarto dos viajantes ocorre durante a madrugada. As ações de *ueneficae* durante a noite são uma constante na literatura. Horácio descreve a presença da Lua quando essas mulheres se reúnem para realizar seus rituais (Hor. *Sat.* 1.8.20-21). Ovídio descreve a maneira como velhas, transformadas em aves por meio de encantamentos, voam pela noite atacando as crianças (Ov. *Fast.* 6.135) e como a *anus* Dipsas viaja pelas sombras noturnas com seu corpo coberto de penas (Ov. *Am.* 1.8.13). Petrônio, valendo-se do mesmo tema utilizado por Ovídio, insere no *Satyricon* um

⁴⁹ Os jogos de palavras nos nomes dos personagens são constantes no texto, conforme observado por Andreas Michalopoulos. O próprio nome de Méroe parece conter diversos significados. Além da associação da velha com a bebida, existe uma aproximação também bastante clara com a cidade egípcia homônima. Sendo o Egito associado a rituais mágicos na época de Apuleio, esse nome confere à mulher um caráter sobrenatural ainda maior. (MICHALOPOULOS, 2006, p. 176-178).

episódio no qual o cadáver de uma criança é furtado por mulheres em forma de ave. Na passagem em questão, além de atacarem a partir das sombras, essas mulheres são denominadas como “noturnas” (*nocturnae*) (Petr. *Sat.* 63). Ericto realiza encantamentos que, de acordo com Lucano (6.624), tornam a noite ainda mais negra para proporcionar um ambiente mais propício a seu ritual de invocação de um fantasma.

A ação de apanhar o sangue e arrancar o coração de sua vítima, praticada por Méroe, pode ser considerada como um ato de mutilação com a finalidade de colher ingredientes. De acordo com Lucano (6.750), Ericto não se furta a praticar homicídios quando necessita de sangue para suas atividades, e são diversas as passagens nas quais o autor descreve as maneiras como ela depreda cadáveres (6.558-830). No poema de Horácio (*Epod.* 5.37-40), no qual as *ueneficae* preparam o sacrifício ritual do menino, é revelado que o objetivo das velhas é utilizar os órgãos da criança na confecção de uma poção do amor. Petrônio (*Sat.* 63), ao descrever o corpo infantil furtado pelas *strigae*, descreve-o como “sem coração, sem entranhas e nem nada” (*non cor habebat, non intestina, non quicquam*), possivelmente fazendo alusão ao fato de que seus órgãos seriam retirados do corpo. O tema é retomado por Apuleio nos dois livros seguintes (Apul. *Met.* 2.20, 3.17).

Por fim, a associação das *ueneficae* com a região da Tessália na literatura latina antecede a obra de Apuleio em pelo menos dois séculos. Horácio (*Epod.* 5.45) afirma que Fólia de Rimini utiliza “voz tessália” (*uox Thessala*) para encantar os astros e Lucano (6.430-505) dedica uma longa passagem de seu épico à narrativa dos poderes e da crueldade das mulheres da Tessália. Posteriormente, nas *Metamorfooses* (2.22), a fama das mulheres da região é confirmada durante o banquete realizado por Birrena.

Afastando Méroe do grupo “*anus ueneficae*”

A comparação das ações de Méroe com as de outras personagens do grupo das *anus ueneficae* não deixa dúvidas de que Apuleio tenha se utilizado de tal repertório para a construção da personagem. Contudo, mesmo que possua semelhanças contundentes, Méroe também nos apresenta algumas peculiaridades relevantes, que a afastam das demais personagens. A capacidade de metamorfosear outros (e não apenas a si própria) em animais, sua descrição como uma mulher atraente (*scitula*) a despeito de sua idade avançada e a denominação de *femina diuina* (mulher divina) são características que não

aparecem em qualquer outra representação de personagens do tipo *uenefica*, fazendo com que se questione a real posição de Méroe dentro deste grupo.

É bastante evidente a proximidade das *ueneficae* com o mundo animal. Ela pode ocorrer pela execução de ações típicas de animais (como uivar, cavar a terra com as mãos, mutilar cadáveres com os dentes ou as unhas etc.) por parte dessas mulheres, pela utilização de um vocabulário próprio ao mundo animal pelos autores ou através de episódios contendo, literalmente, uma transformação física em animal. Dessa maneira, Horácio descreve a *uenefica* Canídia como “uivante” (*ululans*) e Sagana como um “ouriço-do-mar ou javali em investida”, graças aos cabelos ralos e ásperos (Hor. *Sat.* 1.8.25; *Epod.* 5.27-28). Petrônio (*Sat.* 63) afirma que as *strigae* (o próprio termo já as aproxima das corujas) faziam sons de cães pela noite. As associações de Ericto com as feras na *Farsália* são as mais numerosas. Além de descrevê-la como um animal de rapina, Lucano (6.668-690) descreve sua voz contendo o som de feras (como o uivar dos lobos, o ladrar dos cães, o sibilar das cobras etc.). Metamorfoses literais são apresentadas por Propércio (4.5.13), Ovídio (*Am.* 1.8.13-14) e pelo próprio Apuleio, com destaque para o episódio narrado por Télifron, no qual uma dessas mulheres se transforma em doninha para enganar o jovem vigia (Apul. *Met.* 2.25).

Passagens como as supracitadas levaram Spaeth a notar que, na literatura latina, as bruxas se confundem com a própria natureza (SPAETH, 2014, p. 42-44). No caso das *ueneficae*, contudo, isso fica restrito aos seus próprios corpos. Outros autores de língua latina não conferem a essas personagens a capacidade de metamorfosear outras pessoas. Na tradição grega, no entanto, não é difícil encontrar uma *pharmakis* capaz e predisposta a transformar terceiros em animais. No décimo canto da Odisseia (10.233-243, 10.281-301), somos informados da maneira como Circe transformara em bestas os nautas de Odisseu e a forma como ela pretendia fazer o mesmo com o herói – que consegue escapar graças à intervenção de Hermes.

A segunda característica distinta de Méroe é ser atraente (*scitula*), mesmo que velha. Novamente, trata-se de uma característica sem precedentes para o grupo das *anus ueneficae*. Pelo contrário, os autores normalmente se referem a ela com adjetivos como “horrendas” (*horrendae*) ou “repugnantes” (*foedae*) e reforçam sua decrepitude a partir das descrições de suas peles enrugadas e pálidas e dos cabelos grisalhos ralos e despenteados (Hor. *Sat.* 1.8.26; Ov. *Am.* 1.8.111-112; Luc. 6.516). Novamente, será nas *pharmakeis* da literatura grega, e não nas *ueneficae* da tradição romana, que encontramos um modelo que poderia ter inspirado o autor madaurasense a romper com o legado da

“feiura” para a velha Méroe. Além de Circe, as *pharmakeís* Medeia e Dejanira também são responsáveis por despertar o desejo de heróis. Saindo da literatura de temas mitológicos, no período helenístico, Teócrito (*Id.* 2) dedicou um poema inteiro às práticas mágicas de uma mulher. No texto, muitas vezes denominado como *Pharmakeutriaí*, o poeta nos apresenta Simaeta, uma amante abandonada que realiza rituais à Hécate com o intuito de recuperar o amor do homem que a havia abandonado. Embora não haja uma descrição física da personagem, sua relação amorosa é anterior à utilização do recurso mágico, que é utilizado com o intuito de fazer o amante retornar, e não necessariamente se interessar pela mulher. Na obra de Apuleio, Sócrates afirma ter contraído uma “união pestilenta” (*pestilens coniunctio*) após haver se deitado com Méroe pela primeira vez. Novamente temos um afastamento das demais *ueneficae* – que recorrem às suas artes como primeiro recurso para causar a atração – e uma aproximação com uma personagem de origem grega.

O último aspecto de Méroe a ser destacado é sua apresentação como uma *femina diuina*. Embora seja possível argumentar que Aristômenes seja irônico ao chamá-la de “poderosa e real taberneira” (*potens et regina caupona*), a designação de *femina diuina* por Sócrates, durante a narrativa dos feitos de Méroe, possui um tom sério e grave. De todas as particularidades dessa personagem, essa provavelmente é a que mais a afasta das demais. Todos os autores latinos anteriores a Apuleio são muito precisos ao representarem a oposição das *ueneficae* ao mundo sagrado. Horácio define Canídia e suas cúmplices como “ímpias”, enquanto Lucano utiliza o termo *nefas* e seus derivados em diferentes momentos ao narrar as ações de Ericto (Luc. 6.510, 6.527, 6.569, 6.695, 6.706). Além disso, no poema de Horácio, Sagana – em uma clara inversão de uma purificação religiosa – asperge as águas do Averno antes das velhas realizarem o ritual de sacrifício do menino sequestrado que, por sua vez, alerta que Júpiter seria contrário às ações delas (Hor. *Epod.* 5.25-26, 5.8-9). Já Lucano afirma que Ericto vivia em uma caverna nas planícies de Farsália por se recusar a morar sob um teto consagrado aos deuses (Luc. 6.510-513).

Outras atitudes, como a própria inversão da natureza, a perturbação dos espíritos e a pilhagem e depredação de locais sagrados, como templos e cemitérios, recorrente em todos os autores que apresentam personagens do grupo, devem ser consideradas como representativas da natureza nefasta dessas mulheres. Tudo isso fez com que Pollard (2008, p. 127) observasse que a presença de tais personagens poderia estar ligada a um receio dos romanos com relação à posse e transmissão entre mulheres de conhecimentos e rituais

inapropriados. Sendo assim, é bastante surpreendente o emprego do adjetivo “divina” para qualificar Méroe.

Enquanto as equivalências entre Méroe e as demais *ueneficae* são mais facilmente compreendidas, já que seguem com rigor a tradição literária, o mesmo não pode ser dito sobre as disparidades entre elas. Quais razões poderiam ter levado Apuleio a afastar sua personagem daquelas que visivelmente possuem tantas semelhanças com ela? E por que apenas o autor madaurense o fizera? Algumas hipóteses podem ser lançadas para explicar tal fato.

A primeira delas tem a ver com o distanciamento – tanto geográfico quanto cronológico – do autor com relação aos demais. Apuleio é o único dos autores a representar personagens do grupo das *anus ueneficae* cuja obra não se situa nos períodos convencionalmente chamados de “período de ouro” e “período de prata” da literatura latina. O fato de quase todas as produções contemporâneas às *Metamorfoses* terem se perdido torna impossível verificar se as peculiaridades encontradas em Méroe são próprias à personagem ou se eram uma tendência do período em questão.

Com relação ao distanciamento geográfico, é importante observar que, dentre os autores que retrataram as *ueneficae*, Apuleio é o único oriundo de uma província romana situada fora do continente europeu. Além de ser natural de Madauros, território da Roma africana, Apuleio passou grande parte de sua educação na Grécia. Podemos imaginar que as *ueneficae* fossem figuras próprias ao imaginário popular da Península Itálica, e que, portanto, talvez não fossem tão próximas a Apuleio, que poderia conhecê-las por via literária ao invés de variações folclóricas regionais. Duas evidências ajudam a sustentar essa hipótese. Em sua obra coincidentemente denominada de *Metamorfoses*, também datada do século II d.C. e na qual reúne uma série de passagens mitológicas, o autor e gramático grego *Antoninus Liberalis* propõe uma versão para o surgimento da ave *strix*⁵⁰. De acordo com o gramático, a obra *Ornitogonia*, de *Boeu*, seria a fonte dessa versão grega da origem da *strix*, distinta daquela apresentada por Ovídio nos *Fastos*, em que tal ave é apresentada como velhas transformadas por meio de encantamentos. Na versão relatada por *Liberalis*, os deuses teriam transformado a princesa Polifonte⁵¹ em *strix* como punição

⁵⁰ De acordo com o *Greek-English Lexicon* (LIDDELL; SCOTT, 1996, p. 1654), o termo grego *strix* significaria apenas coruja (*owl*). A variante *stlîx* também é atestada. Já o *Oxford Latin Dictionary*, embora aponte a origem grega do termo latino *strix*, acrescenta a ele o significado de “vampiro ou espírito maligno” (a *vampire or evil spirit*), assim como o faz com o termo *striga* (GLARE, 2012, p. 2015-2016).

⁵¹ Princesa trácia, filha de Hipônoo e Trassa. Após consagrar sua virgindade à Ártemis, foi condenada pela deusa Afrodite, que a fez apaixonar-se por um urso. Os dois filhos nascidos da união (Ágrio e Oreio)

pelos crimes cometidos por seus filhos (Ant. Lib. *Met.* 21). A versão em questão sugere que na Grécia, até o século II d.C., as *striges* talvez não fossem associadas à figura das *anus ueneficae* – como ocorre nos textos latinos desde os séculos anteriores.

Outra evidência é oferecida pelo classicista John Lawson, que estudou a permanência dos temas da antiguidade no folclore grego moderno durante a primeira década do século XX. O autor (1964, p. 179-184) recolheu na Grécia relatos sobre as *strúggai*, mulheres que durante a noite se transformam em aves para apanhar crianças, das quais se alimentam. São claras as correspondências dessas mulheres com as *anus* da literatura latina, que se transformam nas corujas *striges* para atacar infantes, conforme descrito por Ovídio e Petrônio. Lawson concluiu que esta representação teria de ser de origem itálica, tanto por sua presença nas obras latinas desde o período clássico quanto pelo fato de os gregos utilizarem o sufixo “-ula” (formador de diminutivo de origem latina) para gerar um dos termos utilizado para defini-las: *stríggla*. O argumento parece convincente e explica por que não encontramos mulheres desse tipo na literatura grega da antiguidade – já que a propagação da crença pela Grécia pode ter ocorrido posteriormente.

Além de cumprir parte de sua educação na Grécia, Apuleio utilizou um texto grego como base para compor sua obra. No texto original, intitulado *Lúcio ou o Asno*⁵², o protagonista também é transformado em animal através de um unguento, preparado pela esposa de seu anfitrião durante sua viagem pela Tessália (LUCIAN. *Lucius or the Ass.* 6). Não há dúvidas de que a transformação do narrador da obra de Apuleio tenha sido retirada do original, assim como a figura da anfitriã capaz de transformá-lo. Contudo, na versão grega, estão ausentes quase todas as capacidades típicas das *ueneficae* latinas. Enquanto Apuleio descreve Pânfila como uma mulher capaz de ressuscitar mortos, produzir tempestades, controlar as estrelas e outras façanhas próprias das *anus* latinas, no texto grego a personagem original – que nem ao menos é nomeada – é descrita apenas como uma “maga terrível”⁵³ capaz de transformar em animais os jovens que a rejeitam.

atacavam os viajantes na estrada, por vezes alimentando-se de seus corpos. Como castigo, mãe e filhos foram transformados pelos deuses em aves. Polifonte tomou então a forma da coruja *strix*.

⁵² A autoria desta obra é alvo de disputas, tendo sido muitas vezes creditada a Luciano de Samósata (cujos manuscritos continham o texto recuperado de *Lúcio ou o Burro*). Há outras versões gregas do “Romance do Burro”, comentadas pelo gramático Photius, de Constantinopla, porém perdidas. Tais versões seriam mais extensas, e Photius defende que o texto atribuído a Luciano seja um resumo. De qualquer maneira, as semelhanças da versão de Apuleio com o texto original podem ser observadas em inúmeras passagens, não restando dúvidas de que o autor latino recorreu a pelo menos uma das versões gregas mais antigas. (MACLEOD, 1967, p. 47-51)

⁵³ Curiosamente, o termo utilizado é a forma masculina “*mágos*”, embora o adjetivo “*deinós*” (“terrível”) seja utilizado em sua forma feminina (*deiné*) para qualificá-la.

Nesse sentido, temos uma personagem muito mais próxima da *pharmakis* Circe que das *anus* latinas.

Afora aproximar a figura grega de sua anfitriã ao estereótipo latino das envenenadoras, Apuleio também é o responsável por inserir os demais trechos contendo velhas deste tipo – Méroe sendo uma delas. Não existe uma passagem equivalente à narrativa do viajante sobre a “poderosa taberneira” na versão grega, sendo ela exclusiva ao texto de Apuleio. Assim como foi capaz de fundir as características básicas dos dois grupos de personagens (gregas e latinas) na imagem de Pânfila, podemos imaginar que o autor tenha feito o mesmo com Méroe. Tal hipótese ganha ainda mais força se considerarmos que a função da taberneira na obra seja preparar o leitor para o episódio da transformação do narrador em burro, operada pelo unguento de uma personagem equivalente à *pharmakis* da obra original. Com isso, é possível compreender as razões pelas quais Méroe apresenta características tão divergentes das *ueneficae*, embora haja uma clara aproximação com uma dessas *anus*. As três principais particularidades apresentadas pela personagem podem ser facilmente compreendidas se considerarmos sua aproximação com as *pharmakeis* presentes na literatura grega antiga: a capacidade de transformar homens e animais, sua beleza e seu caráter supostamente divino a afastam momentaneamente de personagens como Canídia e Ericto para aproximá-la de outras como Circe e Medeia.

Conclusão

Embora seja claro que Apuleio tenha utilizado o conjunto de características próprias às *anus ueneficae* – figuras extremamente populares na literatura latina dos séculos anteriores – para a construção de Méroe, uma análise cuidadosa de todas as características da personagem revelou a existência de pontos de afastamento relevantes entre ela e as primeiras. Seguindo a proposta de autores como Spaeth e Pollard, separamos o grupo das “bruxas latinas” (*anus ueneficae*) das “feiticeiras gregas” (*pharmakeis*). Não houve dificuldades na aproximação de Méroe às personagens do grupo latino quando considerado todo o conjunto de características nele recorrentes. A relação de Méroe com as demais *anus ueneficae* é evidente e fez com que diversos autores a considerassem como uma representante expressiva desse grupo de personagens. Os pontos nos quais a personagem de Apuleio se afasta da representação habitual das *ueneficae*, contudo, não são insignificantes e nem devem ser desconsiderados para sua classificação no imaginário

antigo. Mais do que simplesmente fugir dos padrões usuais ao grupo, tais características são exatamente contrárias a eles e afastam Méroë das *ueneficae* para aproximá-la das *pharmakeis* gregas.

Sabendo da delimitação dos dois grupos e das diferenças de representação entre eles, é surpreendente que Méroë possa ser relacionada a ambos simultaneamente. Além de inserir a personagem em uma posição muito especial dentro da literatura antiga, tal constatação também é reveladora da capacidade de Apuleio de subverter uma representação tão amplamente utilizada na literatura de língua latina dos séculos anteriores. Tal capacidade pode ser explicada, ao menos em parte, pelo afastamento – tanto temporal quanto espacial – do autor com relação aos demais que apresentaram as *ueneficae* em suas obras. Isso porque Apuleio é, ao mesmo tempo, o único a ter composto sua obra no século II d.C. e a ter nascido e vivido a maior parte de sua vida na África romana, o que ajuda a explicar as peculiaridades da personagem por ele criada.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO

- APULEIUS. *Metamorphoses* (2 vols). Editado e traduzido por Arthur Hanson. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- HOMER. *Odyssey* (2 vols.). Editado por Jeffrey Henderson. Traduzido por A. T. Murray. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- HORACE. *Odes and Epodes*. Editado e traduzido por Niall Rudd. Cambridge: Harvard University Press, 2004.
- HORACE. *Satires – Epistles – Art of Poetry*. Editado por Jeffrey Henderson e traduzido por Rushton Fairclough. Cambridge: Harvard University Press, 1929.
- LIBERALIS, Antoninus. *Les Métamorphoses*. Estabelecido e traduzido por Manolis Papathomopoulos. Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- LUCAN. *The Civil War (Pharsalia)*. Traduzido por J. D. Duff. Cambridge: Harvard University Press, 1928.
- LUCIAN. Lucius or the Ass. In: *Lucian – Volume VIII*. Editado por Jeffrey Henderson e traduzido por M. D. Macleod. Cambridge: Harvard University Press, 1967.
- OVÍDIO. *Heroides – Amores*. Traduzido por Grant Showerman. Cambridge: Harvard University, 1914.
- OVÍDIO. *Fastos*. Tradução Márcio Meirelles Gouvêa Júnior; revisão da tradução Júlia Batista Castilho de Avellar. Belo Horizonte: Autêntia Editora, 2015.
- PETRÔNIO. *Satyricon*. Tradução: Sandra Braga Bianchet. Belo Horizonte: Crisálida, 2004.
- PROPÉRCIO. *Elegias de Sexto Propércio*. Organizado e traduzido por Guilherme Gontijo Flores. Belo Horizonte: Autêntia Editora, 2014.
- TIBULUS. *Catullus, Tibullus and Pervigilium Veneris*. Traduzido por F. W. Cornish. Cambridge: Harvard University Press, 1921.

OBRAS DE REFERÊNCIA

GLARE, P. G. W. *Oxford Latin Dictionary*. 2 Vol. 2ª Ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert. *A lexicon, abridged from Liddell & Scott's Greek-English lexicon*. London: Oxford Clarendon Press, 1889.

_____. *A Greek-English lexicon*. London: Oxford Clarendon Press, 1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CITRONI, Mario *et al.* *Literatura de Roma Antiga*. Trad: MEDEIROS, Walter de; MIRANDA, Margarida; HIPÓLITO, Isaías. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, D.L. 2006.

MACLEOD, M. D. Lucius or The Ass. In: *Lucian – Volume VIII*. Editado por Jeffrey Henderson e traduzido por M. D. Macleod. Cambridge: Harvard University Press, 1967, p. 47 – 51.

FRANGOULIDIS, Stravos. *Witches, Isis and Narrative*. Berlim: Walter de Gruyter, 2008.

GEERTZ, Hildred. An anthropology of religion and magic, I. *The Journal of Interdisciplinary History, Massachusetts*, v. 6, n. 1, p. 71-89, 1975.

GRAF, Fritz. *Magic in the Ancient World*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

LAWSON, John Cuthbert. *Modern Greek Folklore and Ancient Greek Religion*. New York: University Books, 1964.

MICHALOPOULOS, Andreas. Naming the characters: the cases of Aristomenes, Socrates and Meroe in Apuleius' *Metamorphoses* (1.2-19). In: BIVILLE, Frédérique; BOOTH, Joan; MALTBY, Robert (org.). *What's in a name?: the significance of proper names in classical Latin literature*. Swansea: Classical Press of Wales, 2016.

OGDEN. *Night's Black Agents: Witches, Wizards and the Dead in the Ancient World*. London: Hambledon Continuum, 2008.

POLLARD, Elizabeth Ann. Witch-Crafting in Roman Literature and Art: New Thoughts on an Old Image. In: *Magic, Ritual and Witchcraft*. University of Pennsylvania Press. v. 3, n. 2, 2008, p. 119 – 155.

SPAETH, Barbette Stanley. From Goddess to Hag: The Greek and Roman Witch in Classical Literature. In: STRATTON, Kimberly; KALLERES, Diana S. (org.). *Daughters of Hecate: Women and Magic in the Ancient World*. New York: Oxford University Press, 2014, p. 41 – 70.

AQUELA QUE QUASE PERDEU O NOME: ALGUMAS NOTAS SOBRE CASTORINA (SÉC. IV E V D.C.)

Amanda Reis dos Santos⁵⁴

Resumo: O artigo tem como intuito apresentar uma mulher pouco conhecida tanto na documentação literária tardo-antiga quanto pela historiografia contemporânea: Castorina, tia de Jerônimo de Estridão. Dada essa nebulosidade, objetiva-se lançar luz sobre quem ela teria sido, questionar-se por que aparece no epistolário jeronimiano de forma tão breve e conectá-la a um contexto mais amplo constituído pelas publicações do sobrinho, por suas relações com familiares e com outras mulheres de seu tempo. Este trabalho é resultado da produção de uma ficha vinculada ao *Projeto Eurykleia – aquelas que tinham um nome* e um recorte da pesquisa de Mestrado que tem sido desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC/UFRJ).

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; mulheres; Jerônimo; epistolografia; patrimônio.

CELLE QUI A PRESQUE PERDU SON NOM: QUELQUES REMARQUES SUR CASTORINA (SÉC. IV ET V APRÈS J.-C.)

Résumé: Cet article a comme proposition présenter une femme peu connue tant par la littérature de l'Antiquité Tardive quant par l'historiographie contemporanée: Castorina, tante de Jérôme de Stridon. À cause de cette nébulosité, on a l'objectif d'allumer la biographie de cette personnage, poser quelques questions sur la raison par laquelle elle apparaît si peu dans le *corpus* des lettres de sa neveu et la connecter à une contexte plus large de ses publications, de ses réseaux de relations familiales et à d'autres femmes. Ce travail est résultat d'une fiche produite par le *Projet Eurykleia – celles qui avaient un nom*, et aussi un découpage de la recherche de Master développée par le Programme de Pos-graduation en Histoire Comparée (*Programa de Pós-Graduação em História Comparada – PPGHC/UFRJ*).

Mots-clé: Antiquité Tardive; femmes; Jérôme; épistolographie; patrimoine.

A priori, este trabalho poderia ocupar apenas algumas poucas linhas deste dossiê, dada a escassez de dados sobre uma mulher que só se conhece porque seu sobrinho, isolado no deserto de Cálcis adquirindo a experiência de eremita, resolve lhe escrever uma carta propondo uma espécie de “pacto de paz” – ou, pelo menos, é assim que a também escassa historiografia contemporânea trata o documento (CAVALLERA, 1922, p. 4, 15, 23, 48; VALERO, 1938, p. 109-110)⁵⁵. De fato, ela se inicia com um ensinamento moral, diligentemente retirado do *Evangelho de João*, a respeito dos malefícios do ódio

⁵⁴ Atualmente é mestranda em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada, do Instituto de História da UFRJ (PPGHC/UFRJ), recebendo apoio financeiro institucional da CAPES. Realiza pesquisa cujo tema é administração patrimonial de ricas cristãs na Antiguidade Tardia (séculos IV e V d.C.), sob orientação do prof^o Dr. Fábio de Souza Lessa. E-mail: ardstoria@gmail.com.

⁵⁵ É a palavra, aliás, que Jerônimo usa para qualificar o contato. Ele finaliza a epístola pedindo que entre ambos houvesse paz: [...] *ante annum prioribus letteris rogaueram, ut pacem quam nobis Dominus reliquit habeamus*.

na convivência humana – um indicativo de que a relação entre os interlocutores não ia bem:

O apóstolo e evangelista João diz em uma carta sua: todo aquele que se aborrece com seu irmão é homicida, e está certo. O homicídio nasce com frequência do ódio, por isso todo aquele que odeia, mesmo que não tenha matado com espada, em sua alma já é homicida (Jer., *Ep.* 13)⁵⁶

Palavras como “rancor” e “ira” também são mencionadas: *irascimini et nolite peccare*, “irrite-se, mas não peque”, é o que salienta. Entende-se, assim, que o remetente parece ser muito cuidadoso no contato com a tia, reforçando pedidos de reconciliação que já havia feito cerca de um ano atrás, em uma carta que não foi perpetuada na tradição manuscrita (CAIN, 2009, p. 29; CAVALLERA, 1922, p. 4)⁵⁷.

Se Castorina, a mulher em questão, respondeu a Jerônimo – o controverso monge do deserto eternizado posteriormente como “Doutor da Igreja” –, não se sabe (CAIN, 2009, p. 1-4). Desse modo, depende-se aqui de uma única e rápida missiva que é muito pouco elucidativa sobre quaisquer dados a seu respeito; sequer a historiografia contemporânea dedicou algumas páginas sobre: encontra-se nenhuma ou rara menção à Castorina mesmo em locais mais óbvios, como nas principais prosopografias do Império Romano Tardio (JONES, 1971; LIGHTMAN, 2008; SALISBURY, 2001), em livros e artigos dedicados à investigação sobre mulheres tardo-antigas (BENNET, 2013; NICHOLS, 2014)⁵⁸ ou nas biografias a respeito de Jerônimo – com as raras exceções de Andrew Cain, Ferdinand Cavallera e Hilmar Pabel.

O que se poderia dizer sobre esses silêncios? Em primeiro lugar, que boa parte dos trabalhos mencionados diz muito mais respeito ao próprio remetente das epístolas do que à tia, que, quando mencionada, é no sentido de tentar lançar luz sobre os anos que o então anacoreta passou no deserto – como uma espécie de retalho biográfico. Não à toa: alusões à família de Jerônimo são surpreendentemente raras em seus escritos, como se o autor quisesse mesmo apagar suas referências anteriores ao ano de 374 d.C.⁵⁹, quando

⁵⁶ Tradução livre baseada na edição bilíngue (espanhol/latim) de Juan Bautista Valero e na clássica versão em língua inglesa da *Christian Classics Ethereal Library* (CCEL). *Iohannes idem apostolus et evangelista in epistula ait: quicumque odit fratrem suum, homicida est, et recte. Cum homicidium ex odio saepe nascatur, quicumque odit, etiam si gladio necdum percusserit, animo tamen homicida est.*

⁵⁷ A informação de que Jerônimo já havia se correspondido com Castorina é proveniente da própria carta: *ante annum prioribus letteris rogaueram [...]*.

⁵⁸ Nesta última referência, Nichols apenas identifica Castorina como uma figura apagada do *corpus* jeronimiano. Para o assunto, ver também: CLOKE, 2005; COON, 1997.

⁵⁹ Doravante, o uso de “d.C.” será suprimido, pois o artigo diz respeito somente a eventos ocorridos nos limites dessa periodização.

começou a escrever cartas. Nesse sentido, só se conhece uma irmã porque é mencionada também rapidamente nas cartas 6 e 7, e muito pouco sobre sua mãe ou seu pai. Apesar destas lacunas, o que parece evidente é que a década em questão foi de rompimento de relações com seus parentes e com Estridão, de onde era proveniente. Eis alguns exemplos: “A conversão da minha irmã é fruto dos esforços do santo Juliano”, comenta Jerônimo com os clérigos Cromátio, Jovino e Eusébio. Juliano, a saber, foi um diácono de Aquileia sobre o qual pouco se sabe, responsável por supostamente curar a supracitada mulher de um grande “mal que o demônio havia nela infligido”⁶⁰. A respeito do assunto, Jerônimo escrevera ainda: “fico contente que minha irmã permaneça firme em seu propósito”⁶¹ (Jer., *Ep.* 6). Que propósito seria este, não se sabe, mas, pelo contexto das cartas, é provável que o então eremita fizesse referência a algum aspecto moral da vivência da jovem com o qual não estava de acordo. No que concerne a Estridão, sua terra natal, demonstrava o mesmo amargor, queixando-se que seria à época uma “presa para o barbarismo” (Jer., *Ep.* 7)⁶².

Além destes exemplos, há uma série de outros que indicariam um desapego de Jerônimo pelos parentes à época. É sabido, nesse sentido, que ele se aproximou das mulheres do “Círculo do Aventino” (TESTARD, 1999, p. 39-63; BROWN, 1990, p. 301; CLARK, 1984, p. 94)⁶³ ao chegar a Roma em 382, momento em que não apenas se tornou secretário do papa Dâmaso como se integrou àquele círculo de virgens e viúvas intelectuais. Chama atenção, neste contexto, algumas passagens da carta 22, em que discorre a uma adolescente que viria a segui-lo por toda a vida – Eustáquia – sobre a necessidade de se abandonar o lar. Embora em estilo conotativo, inspirado em um salmo sobre Abraão, ele é categórico logo nas primeiras linhas: “escute, filha, considere, e incline seu ouvido; esqueça também seu próprio povo e a casa de seu pai [...]” (Jer., *Ep.*

⁶⁰ Embora a clássica reunião do epistolário jeronimiano, o *NPNF*, identifique Juliano como um diácono de Antioquia, trabalhos recentes apontam-no como de Aquileia. A esse respeito, cf.: CAVALLERA, 1922, p. 73; CANNELIS, 2014, p. 191.

⁶¹ *sororem meam, filiara in Christo tuam, gaudeo te primum nuntiante in eu permanere, quo coeperat.*

⁶² *Soror mea sancti Iuliani in Christo fructus est [...]. hanc mihi Iesus pro eo uulnere, quod diabolus inflixerat [...]. scitis ipsi lubricum adulescentiae iter, in quo et ego lapsus sum et uos non sine timore transistis. hoc illa cum maxime ingrediens omnium fulcienda praeceptis, omnium est sustentanda solaciis, id est crebris uestrae sanctitudinis epistulis roboranda [...]. nostis puellares animos his rebus plerumque solidari, si se intellegant curae esse maioribus. In mea enim patria rusticitatis uernacula deus uenter est et de die uiuitur [...].*

⁶³ Trata-se de uma congregação cristã de caráter doméstico, localizada em uma das sete colinas de Roma – no Aventino, ao sul da *Urbs*. No século IV, era ocupada por membros da elite romana, onde Marcella (uma virgem rica) costumava reunir viúvas, virgens e mulheres casadas, dentre as quais estavam Paula e suas filhas, com o objetivo de se aprofundarem no *modus vivendi* cristão.

22.1). O argumento se repete na carta 14, a Heliodorus (Jer., *Ep.* 14.7) e continua concentrado em outras epístolas datadas das décadas de 370 e 380, como a 46 e a 71. Em suma, o que se observa é o silêncio quase absoluto que se sobressai acerca de sua juventude e família, aliado vez ou outra a alusões à itinerância. Logo, não é de se estranhar a ausência de Castorina no *corpus* epistolar do sobrinho.

Por outro lado, uma nota importante: alguns historiadores supõem que os *cognatos* do monge fossem de relativa posse, já que conseguiu ter seus estudos bancados quando adolescente e foi discípulo de Élio Donato em uma famosa escola de retórica (NICHOLS, 2014, p. 5-6; CAIN, 2009, p. 1-2)⁶⁴. No entanto, talvez contrariando alguns anseios familiares, logo em seguida dedicou algum tempo ao ermo. Não por acaso, parece ter surgido dos anos como anacoreta em Cálcis seu ímpeto de epistológrafo, não meramente como única forma possível de contato com o mundo com o qual estava habituado, ou como forma de reestabelecer laços com amigos e entes queridos, mas, sobretudo, como forma de enaltecer sua trajetória. Que se guarde esta informação. Quanto ao primeiro aspecto, imerso na cultura clássica, mas apaixonado pela literatura e ensinamentos cristãos, ele termina seus estudos na antiga capital do Império não inclinado a seguir nem o *cursus honorum*, nem aderir à hierarquia eclesiástica (REBENICH, 2005, p. 6)⁶⁵. Não foi bispo, diácono, tampouco se ocupou do sacerdócio, embora tenha sido ordenado; pouca ou nenhuma presença (física, pelo menos) teve na Corte, seja Ocidental ou Oriental – ao contrário de mulheres como ambas as Melânias e Olímpia (OLIVEIRA, 2015, p. 66)⁶⁶. Pelo contrário, apenas reuniu um conjunto de inimigos dos quais vivia se queixando. Assim, ainda relativamente jovem, apenas partiu para uma região habitada por “sarracenos” (Jer., *Ep.*, 5, 7.1; Jer., *Vita Pauli*, 6, 12, 25; Jer., *Vita Malchi*, 4, 8), na Síria, e lá permaneceu em meio a indivíduos que não falavam os idiomas nos quais tinha proficiência. Baseado nesses pressupostos, Stefan Rebenich e Jorge Gabriel Rodrigues acreditam que Jerônimo rompeu com sua família – ou o contrário – porque ela se mostrou resistente em aceitar o modelo de vida escolhido pelo monge, que negou, como visto,

⁶⁴ Na *Vida dos Homens Ilustres* e na *Apologia*, segundo Freemantle, é possível vislumbrar relances sobre sua vida privada: era, por exemplo, de pai e mãe cristãos de relativas posses, dentre escravos e algumas propriedades; provavelmente morreram durante a invasão de Estridão, de onde Jerônimo era natural, em 377.

⁶⁵ Segundo Stefan Rebenich, aliás, um dos supostos motivos para o exíguo contato de Jerônimo com seus familiares foi justamente o fato de ter falhado em cumprir uma carreira de sucesso após a conclusão de seus estudos em Roma, algo que pode ter causado algum tipo de ruptura ou desentendimento. Embora plausível, não foram encontrados indícios em suas cartas que apontem para esta hipótese.

⁶⁶ Este contato parece ter se restringido a querelas heréticas, como o pelagianismo.

uma carreira tradicional (REBENICH, 2005, p. 6; OLIVEIRA, 2016, p. 51). Vale lembrar que não há relatos de que tenha se aventurado a escrever cartas anteriormente: é a partir de então que, progressivamente, adota este gênero como forma de comunicação e divulgação literária.

As informações expostas precedentemente nos levam a considerar um segundo detalhe: uma vez que Jerônimo parece nunca ter tido uma vida de luxo, nem seguido uma trajetória política, é pertinente questionar como sobreviveu ao longo dos anos e a custo de quem. Como dito, fora eremita no deserto de Cálcis e esteve em Antioquia antes de finalmente chegar a Roma, onde recebeu apoio e patronagem do papa Dâmaso e das mulheres do Aventino. Desse modo, até onde a documentação mostra, as inúmeras exortações que fez à dilapidação ou dissipação do patrimônio de homens e mulheres da elite não tinham relação somente com um ideal de exercício da fé cristã, pautado em preceitos bíblicos retirados tanto do *Antigo* quanto do *Novo Testamento*, mas também com urgências materiais bastante concretas de certas comunidades – com o detalhe de que, integrado a elas, estaria o próprio Jerônimo. Assim, em vez de assumir a forma de um pedinte comum da *Urbs* – tão numerosos e, ao mesmo tempo, tão pouco palpáveis nas fontes –, o autor solicitaria esmolas de forma um tanto mais polida, isto é, através da literatura.

Castorina e as mulheres que tinham um nome

Sendo assim, há de quatro a cinco possibilidades de interpretação a respeito da presença de Castorina em seu *corpus* epistolar: primeiramente, ela poderia ser uma tia com a qual tentou reestabelecer contato em sua época de anacoreta, quando se encontrava longe da Dalmácia, sua terra natal – o que parece plausível, visto que, na mesma época, escreveu também a Juliano, um diácono de Antioquia, e aos clérigos Cromátio, Jovino e Eusébio a respeito de sua irmã, figura sequer nomeada. Relativamente a esta última, ele parece contente por clérigos a terem salvado espiritualmente, corrigido sua vida e lhe dado bons exemplos. Apesar da maneira um tanto quanto fria com que Jerônimo se dirige ou se refere a elas, em ambos os exemplos existe um discurso conciliatório. Por outro lado, pode-se sugerir que, a julgar pelo tratamento pouco decoroso à irmã nas supracitadas cartas 6 e 7, talvez Castorina tivesse simplesmente algum tipo de comportamento religioso ou moral que Jerônimo não aprovava, sendo o silêncio a forma mais adequada retoricamente de dissipar suas memórias.

Outra interpretação possível, baseando-se aqui nas pesquisas de Cain, é que Castorina fosse uma peça importante de uma espécie de quebra-cabeça biográfico de Jerônimo direcionado à sociedade romana. Assim, ao chegar a Roma, o então ex-eremita teria selecionado algumas cartas de seus anos no deserto a fim de compor o *Epistularum ad diversos liber*, uma coletânea que visava apresentar seu próprio autor a parcelas da elite e do clero porventura interessadas em financiar seu trabalho como escritor e exegeta (Jer. *De Vir. Ill.* 135; CAIN, 2009, p. 8, 14-19)⁶⁷. Nessa perspectiva, ele se mostraria como um bom cristão disposto a reatar laços com amigos e família, ou tentar manter contato mesmo com indivíduos negligentes em respondê-lo, como no caso das virgens de Aemona⁶⁸ (Jer. *Ep.* 11; CANELLIS, 2014, p. 192). Portanto, a tia faria parte não só de um projeto literário consciente do sobrinho, como seria peça fundamental em sua retórica sobre solidão e empecilhos da vida eremítica. Isso pode ser sustentado através de diversas cartas em que Jerônimo se anuncia como uma espécie de sofredor que não conseguia se corresponder de modo satisfatório com amigos nem parentes, além de passar por privações de toda ordem (Jer., *Ep.* 6, 7, 11, 12, 14, 22). De acordo com Cain (2017, p. 225-231), manter esta epístola juntamente a outras, que escrevera durante a década de 370, teria uma potencialidade retórica muito maior, demonstrando de forma mais incisiva uma narrativa sobre o *modus vivendi* cristão que escolhera seguir, tanto no sentido literário quanto ascético. É o que a carta 22, uma das primeiras que escreveu após ter contato com as mulheres do Aventino, corrobora: nela, Jerônimo lembra à jovem Eustáquia que tivera de abandonar casa, pais, irmã, relações e – ainda mais difícil – a comida delicada com a qual já tinha se acostumado para se aprofundar nos estudos clássicos, algo que acabou levando-o aos autores cristãos posteriormente (Jer., *Ep.* 22.30; ADKIN, 1984, p. 119-126). Não por acaso, a epístola se inicia com uma alusão salmística à necessidade de abandono da terra natal em prol de uma vida perfeita: “escute, filha, olhe, incline o ouvido e esqueça de teu povo e da casa paterna” (Jer., *Ep.* 22.1)⁶⁹. Teria sido este um recado à destinatária sobre as adversidades pelas quais passara anos antes,

⁶⁷ Esta é uma das primeiras obras autorais de Jerônimo relatadas por ele em uma breve autobiografia na *Vida dos Homens Ilustres*. Sobre seu processo de confecção, Andrew Cain dedica uma série de páginas à análise de manuscritos medievais para estabelecer uma hipótese de cronologia e as possíveis razões da reunião das epístolas.

⁶⁸ Colônia romana localizada próximo de Estridão. Cf.: CAVALLERA, 1992, p. 22, 70; *NPNF*, vol. 6, p. 23.

⁶⁹ *audi, filia, et uide et inclina aurem tuam et obliuiscere populum tuum et domum patris tui*. Vale lembrar que esta é uma alusão recorrente em suas cartas, a exemplo da 14 (7), 66 (1) e 71 (2). Ver, ainda, o tratado *Contra Vigilância*, 14.

uma exortação para que fizesse o mesmo ou meramente uma amostra de sua eloquência? Talvez todas as opções. O fato é que aquele momento – provavelmente, o ano de 383 – foi crucial na trajetória de Jerônimo e ele necessitava tanto de apoiadores quanto de patrocinadores para levar adiante seus estudos bíblicos e traduções. Nada melhor, portanto, do que exibir-se para ricas romanas cristãs e para Dâmaso, assumindo o papel de eremita solitário que apenas buscava reconciliar-se com sua família.

Em sentido mais amplo, é possível constatar que Castorina tem um papel ainda mais apagado na história se comparada a outras mulheres do *corpus* jeronimiano, como Paula, Eustáquia, Fabíola e Marcella, que, em termos de frequência como destinatárias ou menção em obras, tratados e outras cartas, aparecem de forma inversamente proporcional à tia. Uma das explicações possíveis dessa assimetria se dá pela relevância que tiveram como apoiadoras de Jerônimo durante e após sua conturbada estadia em Roma, entre 382 e 385; sobretudo, graças à ajuda financeira que disponibilizaram ao intelectual ao longo de toda sua vida. Não seria um absurdo pensar dessa forma, como mostram pesquisas recentes que relacionam patronagem feminina à maior frequência de mulheres na literatura tardo-antiga e medieval. A julgar pelo silêncio que circunda qualquer detalhe mais aprofundado sobre a família de Jerônimo, Castorina parece não ter contribuído muito para os intentos do sobrinho.

Há, contudo, controvérsias e outros caminhos interpretativos. Se for levada em consideração a hipótese de que Jerônimo estaria precisando de auxílio financeiro ainda quando em Cálcis, a tia seria uma opção viável e próxima para ajudá-lo. Aproximar-se dela, então, seria economicamente vantajoso. Embora menos plausível, tal possibilidade não é impossível, visto que a comparação entre as cartas que integram o *corpus* analisado mostra que o discurso a respeito da necessidade de dissipação patrimonial como uma virtude cristã é ainda pouco presente na década de 370, vindo a se tornar mais expressivo após 383.

Por fim, para a decepção do leitor, outra hipótese é a de que Castorina nunca mais voltou a trocar correspondências com o sobrinho simplesmente porque morrera. Pouco provável: isso não explicaria a falta de menção em outras cartas⁷⁰, nem a ausência de um trabalho memorialístico como foi feito com Blesilla, Paula, Fabiola, Marcella, dentre outras, anos mais tarde – mulheres que, não coincidentemente, tiveram alguma relação econômica com o autor (Jer., *Ep.* 39, 108).

⁷⁰ É provável, ainda, que eles tenham trocado outras cartas, hoje perdidas.

Portanto, para biógrafos como Andrew Cain – com o qual se concorda, em grande medida, neste artigo –, Castorina é uma ponte, ainda que frágil, que leva até a obscura juventude de Jerônimo; reveladora, ainda, de seu intuito em se exhibir enquanto um grande estudioso e eremita quando chega a Roma, em 382 – ainda pouco relevante, sem muita influência nem fama. A epístola 13 seria, assim, expressão de seus anos solitários e difíceis, caracterizados pelo afastamento de sua rede de contatos, problemas de comunicação com outros indivíduos e algumas doenças – e, não por acaso, compõe o *Epistularum ad diversos liber*, organizado por ele mesmo como forma de propaganda de sua trajetória.

Considerações finais

Evidenciou-se ao longo deste artigo, a partir de alguns escritos de Jerônimo de Estridão, o quão complexo pode ser trabalhar com o feminino na Antiguidade. Apesar de serem limitadas as possibilidades de se compreender Castorina, dada a escassez de informações a seu respeito, é possível fazê-lo cotejando um número maior de documentos, atentando-se à trajetória do sobrinho, ao contexto de suas obras e a outras mulheres contemporâneas a ambos. Portanto, a ficha proposta para compor a base do *Eurykleia*, mesmo que exígua, pode ser fundamental para futuros cruzamentos com outras trajetórias, inclusive daquelas que, afinal, *tenham um nome* e foram largamente citadas.

Condizente com a proposta do projeto, é necessário acrescentar que, independentemente da quantidade de vezes que uma matrona, virgem ou viúva é mencionada no *corpus* do autor estudado, o fato é que não é possível identificar qualquer paridade de gênero nas cartas. Nesse sentido, as mulheres ainda eram vistas por Jerônimo como inferiores, algo que deixou explícito em uma série de missivas – inclusive às mais próximas e àquelas que foram suas patronas – sem que isso fosse contraditório com o grau de proximidade que possuíam. Assim, ainda que Paula e Eustáquia se superpussem aos seus amigos, maridos, cunhados e demais familiares quanto às qualidades de boas cristãs, Jerônimo ainda se refere a elas como “o barco mais frágil” (Jer., *Ep.* 122.4; 128.3; 1.3-4: *fragilior sexus; utrumque sexum, sexus infirmior*) - uma clara, consciente e nada gratuita divisão de gênero. Sendo assim, em termos de metodologia de análise destas trajetórias, é possível concluir que nenhuma experiência é verdadeiramente reconhecível a alguém sem intermediação. Isso explica por que algumas mulheres se tornaram mais

visíveis na história do que outras. Dessa maneira, ter em mente que certas matronas, virgens e viúvas tiveram seus nomes claramente expressos na documentação, acompanhados de uma genealogia – em contraposição a outras, de cujas identidades quase nada é revelado nas fontes, tal como é o caso da tia, irmã e mãe de Jerônimo⁷¹, misteriosamente invisibilizadas em seus trabalhos –, é importante para se escrutinar não apenas quem teriam sido, como também o que representam dentro de determinados discursos, para seus respectivos autores e toda uma rede de relações interpessoais. Como pontua Violaine Sebillote⁷², não basta circunscrever e reiterar uma “dominação masculina” existente nas sociedades antigas, sendo preciso esquadrihar “o que construiu a invisibilidade e a visibilidade das mulheres”, ou seja, conhecer “quais são as práticas que tornam as mulheres invisíveis⁷³, e quais práticas as tornam visíveis” (HASKINS & KRITZINGER, s/d, p. 1-7). Com isso, é possível se “concentrar na relação entre a prática discursiva e o registro do nome”, deixando claro como as divisões de gênero especificamente estudadas reagem também a múltiplos componentes sociais, como diferenças geracionais, status, concentração de riqueza, origem e destinos geográficos, dentre outros fatores que afetam o discurso.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO

JEROME. Letters. In: *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the Christian church*, vol. 6 (CCEL). Trad. de W. H. FREMANTLE. New York: The Christian literature company, 1893.

JEROME. Against Vigilantius. In: *A select library of Nicene and post-Nicene fathers of the Christian church*, vol. 6 (CCEL). Trad. de W. H. FREMANTLE. New York: The christian literature company, 1893.

JEROME. Sancti Hieronymi Epistulae I-LXX. In: HILBERG, Isidorus. *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum* (CSEL), vol. LIV. Viena: Reink Books, 1910. Disponível em: <<https://books.logos.com/books/5626#content=/books/5626>>. Acesso em: 12/10/2018.

⁷¹ Algumas cartas do monge deixam evidente a necessidade de invisibilização de algumas mulheres em detrimento da elevação moral de outras: é o que parece ser o caso da 122, endereçada à Eustáquia, em que Jerônimo apenas fala de maneira muito genérica daquelas que *caíam diariamente no seio da Igreja* – isto é, pecavam. Cf. Jer., *Ep.* 122.13, 16, 26.

⁷² Vide projeto de pesquisa e descrição do *Projeto Eurykleia: aquelas que têm um nome*, feita por Violaine Sebillote: <https://eurykleiapt.hypotheses.org/37>. Acesso em: 23/03/2020.

⁷³ Uma interessante averiguação a respeito de uma mulher não nomeada em um dos trabalhos de Jerônimo, *Vita Malchi*, é feita por Susan L. Haskins e Jacobus Kritzingen em artigo recente.

JEROME. On illustrious men. In: SCHAFF, Philip; WACE, Henry (ed.). *A select library of Nicene and post-nicene Fathers of the Christian Church*, vol. 3. Oxford and London: Parker and Company, 1892.

JEROME. *Epistolario*: edición bilingüe, vol. 1. Traducción, introducciones y notas por Juan Batista Valero. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1938.

OBRAS DE REFERÊNCIA

JONES, A. H. M.; MARTINDALE, J. R.; MORRIS, J. (eds). *Prosopography of the Later Roman Empire* (A.D. 260-395), vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

SALISBURY, Joyce E. *Encyclopedia of Women in the Ancient World*. Santa Barbara: Abc-Clio, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADKIN, Neil. Some notes on the dream of saint Jerome. *Philologus*, 128, 1, p. 119-126, 1984.

BENNET, Judith; KARAS, Ruth Mazo (eds.). *The Oxford Handbook of Women and Gender in Medieval Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BROWN, Peter. Aprendeí comigo a sagrada arrogância: Jerônimo. In: _____. *Corpo e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CAIN, Andrew. *The letters of Saint Jerome: Ascetism, biblical exegesis and the construction of Christian authority in Late Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

_____. The letter collections of Jerome of Stridon. In: SOGNO, Cristiana; STORIN, Bradley K; WATTS, EDWARD J. (eds.). *Late Antique letter collections: a critical introduction and reference guide*. Oakland: University of California Press, 2017.

CANELLIS, Aline. Les premières lettres de saint Jérôme. *La lettre gréco-latine, un genre littéraire?* Collection de la Maison de l'Orient méditerranéen ancien, 52, p. 189-208, 2014.

CAVALLERA, Ferdinand. *Saint Jérôme: sa vie et son oeuvre*. Tome I: première partie. Paris: H. Champion, 1922.

CLARK, Elizabeth. Commentary. In: *The life of Melania, the Younger*. Nova York: The Edwin Mellen Press, 1984.

CLOKE, Gillian. *This female man of God: Women and spiritual power in the patristic age, AD 350–450*. London and New York: Routledge, 2005.

COMPTON, Madonna Sophia. *Sisters in Wisdom*. Kansas: The Rafael Group, 2013.

COON, Lynda. *Sacred fictions: Holy women and hagiography in Late Antiquity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997.

FREEMANTLE, W. H. Prolegomena to Jerome. In: SCHAFF, Philip; WACE, Henry (ed.). *A select library of Nicene and post-nicene Fathers of the Christian Church*, vol. 6 (Saint Jerome). Oxford and London: Parker and Company, 1893.

HASKINS, Susan L.; KRITZINGER, Jacobus. Naming the nameless woman in Jerome's *Vita Malchi*. *Teologiese Studies/Theological Studies*, 74, 3, p. 1-7, s/d.

LIGHTMAN, Marjorie; LIGHTMAN, Benjamin (ed.). *Ancient Greek and Roman Women: from A to Z*. Revised edition. New York: Facts on File, 2008.

NICHOLS, Margaret Judith. *Jerome's women: creating identity and fashioning scholars* (Tese de Doutorado em Filosofia). S/l: University of Western Australia' School of Humanities, 2014.

OLIVEIRA, Jorge Gabriel Rodrigues de. *Herdeiros de Mártires: a representação do monaquismo eremítico copta em Atanásio de Alexandria e Jerônimo de Estridão (séculos III-IV)* (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Júlio César Magalhães. Cartas e redes de comunicação no Mediterrâneo durante a Antiguidade Tardia: o caso da controvérsia pelagiana. *Revista de História (São Paulo)*, 173, p. 53-80, 2015.

REBENICH, Stefan. Introduction. In: _____. *Jerome*. London and New York: Routledge, 2005.

TESTARD, Maurice. Les dames de l'Aventin, disciples de saint Jérôme. *Bulletin de la société nationale des antiquaires de France*, p. 39-63, 1996 (1999).

***DOMINA INSIGNI ET MERITO ILLUSTRIS: AS MULHERES E O
DESENVOLVIMENTO ESPIRITUAL NA ANTIGUIDADE TARDIA SOB A
ÓTICA AGOSTINIANA.***

*Patrícia Cristine Alves Veras*⁷⁴

Resumo: Agostinho de Hipona é considerado um dos “Doutores da Igreja” pelo seu trabalho de defesa da fé cristã durante os séculos IV e V d.C. Como bispo escreveu mais de duzentas cartas, entre elas cinco dedicadas à Faltônia Proba e sua família. O presente trabalho analisa as cartas agostinianas com o intuito de entender qual o papel desempenhado por Proba e Juliana dentro da igreja africana, bem como compreender as orientações para o desenvolvimento espiritual destinadas a esta família.

Palavras-chave: Igreja Doméstica; Faltônia Proba; Mulheres Cristãs; Agostinho de Hipona; Antiguidade Tardia.

***DOMINA INSIGNI ET MERITO ILLUSTRIS: WOMEN AND SPIRITUAL
DEVELOPMENT IN LATE ANTIQUITY UNDER AUGUSTINIAN OPTICS.***

Abstract: Augustine of Hippo is considered one of the Doctors of the Church for his work in defence of the Christian faith during the 4th and 5th centuries. As a bishop he wrote more than two hundred letters, among them five dedicated to Proba and his family. The present work analyzes the Augustinian letters in order to understand the role played by Proba and Juliana within the African church, as well as to understand the guidelines for spiritual development aimed at this family.

Keywords: Domestic Church; Faltonia Proba; Christian Women ; Augustine of Hippo; Late Antiquity.

Introdução

O presente artigo nasceu da participação no Colóquio Internacional *Eurykléia*, realizado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), entre os dias 30 de outubro e 1 de novembro de 2019. O Projeto *Eurykléia* tem como objetivo formar uma base de dados digital de acesso gratuito com documentação que contenha menções a mulheres entre os séculos VIII a.C. e V d.C. Nessa ocasião, mostramos nossa análise sobre a carta 131 de Agostinho de Hipona destinada à Proba⁷⁵. Neste trabalho, apresentaremos todas as cartas destinadas à família de Proba com o intuito oferecer ao nosso leitor uma visão mais abrangente do documento estudado.

⁷⁴ Mestranda em História pela UNIRIO. A pesquisa apresentada neste artigo foi fruto do trabalho realizado como bolsista da UNIRIO na Iniciação Científica. Atualmente realiza a pesquisa de mestrado *Cartas dos Doutores da Igreja: as ações femininas nas epístolas dos séculos IV e V*, orientada pela professora Miriam Cabral Coser, no PPGH-UNIRIO.

⁷⁵ Neste artigo quando nos referirmos à “Faltônia Proba” usaremos apenas “Proba”.

Em 410 d.C.⁷⁶, os visigodos invadiram Roma e algumas famílias senatoriais fugiram e refugiaram-se nas províncias. Foi nessas circunstâncias que a família de Proba chegou a Cartago (FRANGIOTTI; OLIVEIRA, 1987, p. 109). Conhecemos Proba e sua família através das cartas que Agostinho de Hipona, Jerônimo de Estridão e João Crisóstomo escreveram para ela e sua família. Proba pertencia a *gens* dos Anícios que, segundo Peter Brown, foi a família romana mais rica do século V. Segundo estudos prosopográficos (JONES; MARTINDALE; MORRIS, 1980), Proba foi esposa de *Sex. Petronius Probus* e, em 395, ficou viúva. Agostinho escreveu ao todo cinco cartas para sua família. Além de Proba, outra destinatária das cartas era sua nora Juliana, que também era viúva e mãe de Demétria, conhecida como a virgem consagrada.

Peter Brown (2006, p. 226) afirma que Agostinho de Hipona, filho de mãe cristã e pai não cristão, nasceu em 354, em Tagaste, cidade da província romana da Numídia, no norte da África. Graças à boa educação que recebeu, ficou conhecido por sua eloquência. Em 384 tornou-se professor de retórica em Milão, dois anos depois se converteu ao cristianismo e em 395 foi consagrado bispo. Destacou-se por sua defesa da fé católica frente a outras vertentes religiosas que existiam na época. Escreveu uma autobiografia que tem ajudado os historiadores a compreender melhor trechos de sua vida. Suas obras, escritas após sua conversão, fazem parte do movimento de defesa da fé cristã dentro da Roma imperial. Jérôme Baschet destaca que um bispo representava tanto a autoridade religiosa quanto política. No caso do bispo de Hipona, seus escritos tiveram grande influência na construção da doutrina da Igreja Católica do ocidente e no pensamento medieval. Ambrósio, Agostinho, Jerônimo e Gregório, que mais tarde foram tidos como os “Doutores da Igreja” (Baschet, 2006, p. 63), escreveram uma grande quantidade de epístolas para transmitir a doutrina e defender a fé cristã de outras correntes de pensamento que surgiam, inclusive dentro da própria Igreja. A correspondência trocada entre Agostinho e a família de Proba não era uma documentação privada; o próprio autor solicitou que suas destinatárias transmitissem o conteúdo para outras mulheres, como veremos em mais detalhes neste trabalho. Nestas cartas, podemos perceber que havia um canal de comunicação da família de Proba com o bispo, porém, não dispomos das cartas escritas por essas mulheres, apenas as que foram escritas por Agostinho, uma vez que, por se tratar de uma documentação oficial uma cópia de cada carta era arquivada pelo próprio bispo.

⁷⁶ Nosso trabalho se restringe aos primeiros séculos da era cristã, deste modo, todas as datas subsequentes são referentes a esse período.

As Cartas

O conteúdo das epístolas é variado. A carta 130 é destinada à Proba, e nesta, Agostinho escreve uma extensa resposta a uma suposta pergunta dela sobre a oração. A carta 131 também foi destinada à Proba e pelo seu conteúdo o remetente parece estar dando continuidade a um assunto iniciado anteriormente. Explica brevemente o tema e se despede agradecendo pela preocupação dela por sua saúde. A carta 150 foi destinada à Proba e Juliana; nesta, o bispo felicita a família pela decisão de Demétria, filha de Juliana, ter se tornado virgem consagrada. Na carta 188, destinada à Juliana, Agostinho inicia a epístola afirmando que estava muito feliz por ter recebido a correspondência dela na presença de Alípio, seu amigo de infância e também bispo. Contudo, ao longo da carta, Agostinho defende os ideais da Igreja Católica e critica os ideais pelagianos. No documento, o bispo solicita que Juliana responda se ela e a filha Demétria tiveram contato com a doutrina de Pelágio por meio de correspondência. O último documento analisado é uma carta opúsculo, espécie de pequeno livro, destinado à Juliana. Agostinho inicia a carta afirmando que, apesar das suas muitas atribuições, conseguiu um tempo para responder à pergunta de sua destinatária e discorre em um longo texto sobre a questão da viuvez.

As virtudes e valores femininos segundo os escritos agostinianos

Na carta 131, objeto de nosso estudo, podemos perceber na saudação *Dominae insigni et merito illustri, et praestantissimae filiae* que o bispo (*Ep.131*) reconhece a posição social de Proba e a trata com distinção. Agostinho inicia o texto concordando com uma afirmação feita por Proba, que não foi explicitada na carta (*Ep. 131: Est quidem ita, ut dicis, quod in corpore corruptibili anima constituta*). Ele indica que, em um documento anterior, havia se iniciado uma discussão sobre o tema da corrupção da alma, do que podemos concluir que Proba expressou suas opiniões sobre o assunto. Na continuação do texto, o bispo correlaciona a paciência e a concupiscência: *Quod intuens recte facis, mala huius mundi tolerabilia ducere spe futuri. Sic enim usu quodam bono convertuntur in bonum, dum non augent nostram concupiscentiam, sed exercent patientiam* (*Ep.131*). No trecho em questão, o bispo afirma que, quando Proba busca suportar os males do presente com esperança no futuro, ela exercita a paciência sem fazer

crescer a concupiscência. Ou seja, ela concentra suas atenções na sua vida espiritual, não terrena. Para compreender melhor as afirmações do bispo de Hipona sobre a concupiscência e paciência, buscamos nas outras cartas já mencionadas o aprofundamento do tema.

Na carta opúsculo enviada à Juliana, o bispo afirma que uma mulher comum encontra alegrias no casamento, contudo, quando não se casa, uma mulher também encontra alegrias nos bens materiais. Deste modo, uma viúva que vai praticar a continência sexual pode desenvolver a avareza:

Do mesmo modo, o desejo carnal, privado da satisfação da volúpia, aplica-se, muitas vezes com ímpeto acrescido, ao apetite pelo dinheiro. Reprimindo de um lado, o impulso volta-se com mais violência para o outro (August, *B. vid*).

Por este motivo, a viúva que tem muitas posses deve praticar a generosidade e se voltar para os prazeres espirituais. Segundo o bispo, as leituras, as orações, os salmos, os bons pensamentos, a assiduidade em boas obras, a esperança na vida futura e a elevação do coração são riquezas espirituais que a viúva deve conservar. O autor deseja que Juliana não desenvolva a avareza e faça um “piedoso emprego dos bens” (*pious usus rerum*) que possui, destinando-os para os prazeres espirituais, e orienta que estes gestos “acrescentam imensa eficácia na oração” (*B. vid: quae in immensum modum orationes adiuuant viduarum*). Fica então evidente que, para o autor, só a abstinência sexual não era a garantia para o bom desenvolvimento espiritual. Esta deveria estar acompanhada de outros exercícios, que incluía também a doação de parte de seus bens.

Elisabet Seijo Ibáñez (2017, p.53) aponta que a expansão do cristianismo se deveu ao fato da religião ser adotada pelas mulheres da aristocracia romana. O exemplo oferecido por seu ascetismo chamou atenção por pertencerem a famílias nobres e possuírem riquezas que foram postas à disposição da Igreja. A autora afirma que não foi por acaso que a Igreja teve um considerável crescimento material durante os séculos IV e V, sendo que uma parcela desses bens foi doada por mulheres advindas das famílias senatoriais. Gilvan Ventura da Silva afirma que a principal forma de ascetismo praticado pelas nobres romanas é a pobreza:

De fato, na qualidade de detentoras de um vasto patrimônio, as devotas da aristocracia se tornam célebres por consumir toda a sua riqueza na

conservação de igrejas, mosteiros e hospedarias e no socorro prestado a monges, enfermos e prisioneiros. (SILVA, 2006, p. 86).

Na carta 130, o bispo de Hipona desenvolve o tema da oração e explica como Proba deveria se sentir e se comportar para se desenvolver espiritualmente. Sobre seus bens, Agostinho apenas destaca que ela deverá prestar contas a Deus, uma vez que não os divide por questões familiares. E reforça em mais de uma oportunidade que sua destinatária deve se sentir desamparada, sem bens, viver em oração como se a única fonte de alegria fosse apenas essa: “a alma cristã deve considerar-se desolada, e não cessar de orar” (August., *Ep.*130). Podemos perceber a preocupação de Agostinho de não criticar a postura de Proba quanto à administração de seus bens, mas em contrapartida orienta que, apesar de não doar, ela não deve viver uma vida luxuosa, pois dessa forma estaria morta (*vivens mortua est*).

Sobre o exemplo moral na carta 150, Agostinho de Hipona deseja:

Que suas muitas servas imitem tal senhora. Que as plebeias sigam essa Patrícia, e se forem de classe elevada, mas frágeis, que imitem aquela cuja humildade tanto a engrandeceu. As virgens que desejam para si a reputação dos Anícios prefiram antes sua santidade. (August., *Ep.* 150).

Segundo Marcus Cruz, o grupo composto pela aristocracia romana “se entendia como guardião e mantenedor das tradições romanas” (1996, p. 320). O que pode significar que, antes mesmo de ser uma exigência por parte dos bispos, tradicionalmente a postura dessas mulheres já era digna de apreciação. Para Cruz, os bispos ressignificam algumas das tradicionais virtudes romanas para o contexto da fé cristã como uma forma de difundir a religião no círculo senatorial. Deste modo, uma mulher da aristocracia romana já possuía a função de servir como exemplo, porém, como cristã, sua forma de vida também serviria como modelo para propagar a religião.

Por fim, gostaríamos de destacar a preocupação do bispo de Hipona com os ideais pelagianos. Na carta 188, Agostinho afirma que ficou sabendo que Demétria teria recebido uma carta de Pelágio, e refuta as ideias que nela teriam sido expostas. Segundo o bispo, Pelágio acredita que os bens espirituais de Demétria se devem ao seu próprio esforço, porém, Agostinho defende que, apesar da dedicação da virgem, o “dom” e a “graça” são apenas divinos, tirando, assim, o protagonismo da santa virgem.

O Matrimônio, a viuvez e a virgindade

Um dos temas abordados nas cartas é o casamento. Fabiano de Souza Coelho (2017, p. 73) destaca que, antes de Agostinho escrever seus trabalhos sobre o casamento e a virgindade, houve algumas correntes que exploraram a temática. O autor destaca que tanto os maniqueus, quanto Jerônimo de Estridão não possuíam visões favoráveis ao casamento. Mas ainda havia o caso de Joviniano, que criticava a virgindade consagrada. Segundo Coelho, algumas virgens abandonaram seus votos após entrar em contato com os ensinamentos de Joviniano. O autor afirma que os escritos de Agostinho podem ser entendidos como uma forma de resposta às críticas que os bispos enfrentavam e às ideias que estavam sendo discutidas na época. Agostinho escreveu as obras *De bono conjugali* e *De sancta virginitate* em 401 (BROWN, 2006, p.226) e as cartas estudadas neste trabalho são da mesma década (c. 410). O que significa que as questões apresentadas pelo bispo já faziam parte de sua doutrina.

Nas cartas, Agostinho destaca que o matrimônio ou o segundo matrimônio, em caso de viuvez, não é um mal. Contudo, o desenvolvimento espiritual da mulher casada é mais lento, “inferior”, pois ela tem que se dedicar ao casamento. Para o autor, uma vez casada, a mulher deve ser submissa ao marido. Elucida a questão com um exemplo: uma mulher casada e com filhos vai fazer suas orações pelo bem de sua família e não pelo bem de sua alma. Para convencer Juliana de não contrair um novo casamento, Agostinho explica que, como esposa, ela deve obedecer e agradar ao marido. Mas embelezar-se, ao lado da filha, por exemplo, faria Juliana se envergonhar, assim como engravidar não sendo tão jovem. Afirma que no estado de viúva consagrada não há por que utilizar pó ou ruge para aparentar beleza, mas se fosse casada, deveria fazer isso se o marido quisesse. Outro ponto levantado pelo bispo é que, na qualidade de mulher casada, ela só poderia se abster de ter relações sexuais se o marido também o fizesse, pois se ele não aceitasse a condição de abstinência sexual e fosse ter relações fora de seu casamento, ela seria culpada pelo adultério por ele cometido. Deste modo, seria melhor para uma mulher viúva permanecer solteira e fiel ao seu compromisso.

Em mais de uma oportunidade, Agostinho defende que o casamento não é um mal, mas não tem tanto valor quanto a virgindade consagrada ou a viuvez consagrada. Ainda na carta opúsculo, o bispo esclarece que as mulheres dos “tempos proféticos”, as “santas mulheres”, eram obrigadas a casar porque havia a promessa de que o filho de Deus iria nascer daquele povo. Desta maneira, o autor defende que as “santas mulheres” casavam-se por obediência às leis, para ter filhos e não para desfrutar da vida de casada. No

decorrer da carta, tece muitos elogios à virgindade consagrada ao serviço religioso, afirmando que era um dom tão importante que, no caso da família de Proba, tanto ela quanto Juliana iriam se beneficiar espiritualmente dos votos de Demétria. O bispo apresenta a virgindade consagrada como a melhor virtude, ao ponto de todas da família se beneficiarem das “riquezas espirituais” de Demétria. Mas tanto a avó quanto a mãe deveriam manter-se viúvas, dedicadas à oração e à caridade, para servir de exemplo para todas as mulheres que as conhecessem. Como pertenciam a uma família rica, o bispo alerta que não deveriam se “deleitar” com os bens materiais, porque isso era uma forma de quebrar seu compromisso.

A igreja doméstica

Na carta opúsculo, Agostinho afirma que os ensinamentos são destinados à Juliana e também a “outras”, pois pede que “não se esqueça de o dar a ler a outras” (August., *B. vid*). Ele nomeia de “igreja doméstica” a forma como Proba e Juliana convivem com outras mulheres em sua residência. Na carta 130, o bispo destaca que Proba e Juliana devem dar o exemplo para as “santas viúvas e virgens que se acham sob vossa proteção” (August., *B. vid*). Furlani (2013, p.12) nos ajuda a entender melhor como essas mulheres se organizavam nesta época. O artigo destaca que as viúvas formavam uma espécie de associação com outras mulheres, em que uma delas ficava responsável por esse grupo. Normalmente as viúvas ficavam encarregadas de ajudar as virgens a manter seus votos. Nas cartas destinadas à Proba, percebemos que possivelmente ela realizava essa função. Assim, compreendemos que o protagonismo de Proba estava assegurado porque dispunha de recursos e poderia utilizar para doações. Contudo, podemos perceber que o caso dela não era isolado:

As mulheres acompanham os apóstolos, testemunham a revelação, evangelizam [...] estão entre os protagonistas das primeiras gerações cristãs, dos primeiros martírios, oficiam as primeiras cerimônias religiosas, assistem os ofícios sagrados num protagonismo que nunca mais repetiram na história. (DIAS, 2004, p. 115)

Para Gilvan Ventura da Silva (2007, p. 91), esse protagonismo das mulheres nos primeiros tempos do cristianismo motivou os bispos a delimitar o papel delas. Desta maneira, os concílios serviram para definir certos comportamentos como heréticos. Entretanto, encontramos no “Círculo de Aventino” em Roma, no final do século IV, um

grupo de mulheres que acolhem Jerônimo de Estridão e “transformam suas mansões em locais de discussão religiosa” (COELHO, 2018, p. 21). Após Jerônimo ser expulso de Roma, Paula, mãe de Eustóquia, acompanha Jerônimo até o oriente. Lá constroem um lugar onde viveriam com diversas mulheres que apresentavam o mesmo propósito de desenvolvimento espiritual. Outro exemplo é o de Melânia Senior e Marcela, que além de ajudar com suas generosas doações, também “atuaram de maneira sistemática nas reflexões teológicas, debates e estudo da Sagrada Escritura”, conforme apontam suas biografias (SIRQUEIRA, 2013, p. 5). Sabemos que muitas mulheres participaram do ascetismo durante esse período, porém, muitas delas permaneceram no anonimato, e nem todas cumpriram seus votos até o fim da vida.

O assunto das virgens caídas é outro tema que aparece na documentação. Segundo Paula Barata Dias (2004, p. 116), o ascetismo feminino nos primórdios do cristianismo oferecia outra opção de vida às mulheres que não queriam se casar. Proba era uma viúva com muitos bens, oriunda da aristocracia romana, e conservava um canal de comunicação estabelecido com o bispo católico Agostinho, e este, inclusive, concorda com diversos posicionamentos dela, algo para nós de suma importância, pois ele não estava apenas passando orientações, mas dialogando com ela. Proba era responsável por uma “igreja doméstica” e velava pela realização espiritual de outras mulheres. Os bens materiais da matrona, aos olhos do bispo, poderiam ajudar na sua realização espiritual, uma vez que a doação dos mesmos, aliada à oração, ajudaria a viúva a enfrentar a concupiscência e manter seu voto.

Conclusão

Projetos como o da base de dados *Eurykléia* são importantes, pois permitem a pesquisa sobre mulheres na Antiguidade. Com melhor acesso aos documentos, podemos aprofundar temas que envolvam a temática feminina. A documentação analisada mostra que as mulheres dos primeiros séculos do cristianismo possuíam uma participação mais abrangente do que normalmente se acredita. Proba e Juliana, oriundas de uma família senatorial, cuidavam de outras mulheres em sua própria casa, e eram as porta-vozes dos bispos para elas. Não era só Agostinho de Hipona que se correspondia com essas mulheres: vários bispos dedicaram obras e cartas para atender à crescente demanda da participação das mulheres na vida religiosa cristã. Nas cartas percebemos a preocupação do bispo de Hipona em saber se essas mulheres mantinham comunicação com outras

correntes de pensamento que posteriormente foram tidas como heréticas. No período em que essas cartas foram escritas, a doutrina católica ainda não estava definida. Com um estudo mais detalhado sobre o contexto da época, percebemos jogos de interesses e disputas ideológicas que vão ajudar a compor os posicionamentos da igreja cristã. Um ponto interessante é o fato de que, apesar de Agostinho praticar a abstinência sexual, como explica Peter Brown (2006, p.240), esse exercício ainda não era adotado por todos os bispos do período, porém, a virgindade consagrada feminina já era defendida. Entretanto, tal zelo não era suficiente para a elevação da alma feminina, sendo necessárias outras ações, que incluíam mudança de estilo de vida, o que já estava muito bem definido no século V. As virgens gozavam de grande prestígio dentro da sociedade cristã, e muitas mulheres, dentre elas viúvas, tiveram suas biografias escritas por bispos após a sua morte. Cabe ressaltar que não era um costume romano escrever sobre a vida das mulheres e, de certa forma, o movimento ascético feminino também contribuiu para isto, evidenciando o papel crucial das mulheres no cristianismo do final do Império Romano.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO

AGOSTINHO DE HIPONA. *Dos bens do matrimônio; A santa virgindade; dos bens da viuvez: Cartas a Proba e a Juliana*. Coleção Patrística. v.16, 2001. São Paulo: PAULUS Editora.

AGOSTINHO DE HIPONA. *Epistolares. Cartas*. Biblioteca de Autores Cristianos (BAC) & Federación Agustiniiana Española (FAE). <https://www.augustinus.it/spagnolo/lettere/index2.htm>, Acessado em: 12/03/2020.

AGOSTINHO DE HIPONA. *S. Aurelii Augustini Opera Omnia: Patrologiae Latinae Elenchus*. PL 33. Epistolae. V. 1-5. Nuova Biblioteca Agostiniana e Citta' Nuova Editrice. <https://www.augustinus.it/latino/lettere/index2.htm>, Acessado em: 12/03/2020.

OBRAS DE REFERÊNCIA

JONES, Arnold Hugh Martin; MARTINDALE, John Robert; MORRIS, John. *The Prosopography of the Later Roman Empire: Volume 2*. Cambridge University Press, 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, v. 46, 2006.

BROWN, Peter. *Santo Agostinho: Uma biografia*. Rio de Janeiro, Record, 2006.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *Historia de las mujeres*. Vol. 1 La Antigüedad. Madri: Taurus, 1991.

- CRUZ, Marcus. Virtudes romanas e valores cristãos: um estudo acerca da ética e da política na antiguidade tardia. *Veritas* Porto Alegre, v. 40, n. 159, p. 319-335, 1996.
- DA SILVA, Gilvan Ventura. Ascetismo, gênero e poder no Baixo Império Romano: Paládio de Helenópolis e o status das devotas cristãs. *História*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 82-97, 2007.
- DE SOUZA COELHO, Fabiano. Jerônimo de estridão: asceta, exegeta e controverso. *Alétheia-Periódico Eletrônico de Estudos sobre Antiguidade e Medievo*, n. 1, p. 14, 2018.
- _____. Testemunho de Agostinho e Jerônimo sobre as mulheres na Antiguidade Tardia a partir de missivas cristãs. *Revista Ágora*, n. 23, p. 88-100, 2016.
- _____. Agostinho de Hipona e os discursos ascéticos e de gênero nos tratados de Bono Conjugali e de Sancta Virginitate. *Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES)*. ISSN 1981-156X, n. 35, 2017.
- DIAS, Paula Barata. A influência do Cristianismo no conceito de casamento e de vida privada na Antiguidade Tardia. *Ágora: estudos clássicos em debate*, n. 6, p. 99-133, 2004.
- FURLANI, João Carlos. Reflexões sobre a história social das mulheres na antiguidade tardia: o caso das devotas cristãs. *Revista Cadernos de Clio*, v. 4, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/clio.v4i1.40403>>. Acessado em: 02 mar 2020.
- SILVA, Valéria F.; LIMA, Marcelo P. As cartas à Proba e à: relações de gênero nos escritos agostinianos. *Revista Artemis*, vol.11, p. 21-34, dez 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/10686>>. Acesso em: 09 mar 2020.
- SEIJO IBÁÑEZ, Elisabet. La figura femenina en la obra de Ambrosio de Milán. Tesis (Doctorado en Historia). *Departamento de Historia y Arqueología de la Universidad de Barcelona, Barcelona*, 2017.
- SIQUEIRA, Silvia M. A. *Clarissimae feminae* nas comunidades cristãs: uma reflexão sobre a “democratização” da cultura na Antiguidade Tardia. *Chaos e Kosmos*, v. 14, p. 1-16, 2013.

MENÇÃO À JÚLIA, FILHA DE JÚLIO CÉSAR, NA BIOGRAFIA DO GENERAL ESCRITA POR SUETÔNIO

*Amanda Prima Borges*⁷⁷

Resumo: Esse artigo tem por objetivo analisar a representação que Suetônio faz de Júlia, filha de Júlio César, em sua narrativa sobre a vida do general. O autor, no século II d.C., compôs sua obra *De vitis Caesarum* incluindo biografias de César e dos primeiros onze imperadores, buscando trazer informações sobre suas atuações políticas, conquistas e fracassos, relação com o povo, com o exército etc. Contudo, em meio à história composta por Suetônio, diversas personagens ajudam a desenhar os eventos das vidas dos homens biografados, incluindo a de César. Nesse texto, portanto, buscaremos direcionar o foco especialmente para uma das mulheres que aparece na história da vida de César: Júlia. Assim, o objetivo será analisar de que forma essa personagem é retratada, examinando principalmente quais são seus níveis de autonomia, na narrativa construída pelo biógrafo, em relação aos eventos nos quais se vê envolvida.

Palavras-chave: Júlia; Júlio César; Suetônio; *De vita Caesarum*; Pompeu.

MENTIONS TO JULIA, JULIUS CAESAR'S DAUGHTER, IN HIS BIOGRAPHY WRITTEN BY SUETONIUS

Abstract: This paper aims to analyze Suetônio's vision of Julia, daughter of Julius Caesar, in his narrative about the general's life. The author, in the 2nd century AD, wrote *De vita Caesarum* including biographies of Caesar and the first eleven emperors, seeking information about their political actions, achievements and failures, relationship with the *plebs*, with the army, etc. However, amid the story told by Suetonius, several characters take part in the events of the lives of the biographed men, including Caesar. Therefore, in this paper, we will focus our analysis specifically on an important woman in Caesar's life: his own daughter, Julia. Thus, we will analyze how this character is portrayed, mainly examining how autonomous she can be about the events of her own life in the narrative constructed by the biographer.

Keywords: Julia; Julius Caesar; Suetonius; *De vita Caesarum*; Pompey.

INTRODUÇÃO: A CRISE DA REPÚBLICA E AS ALIANÇAS POLÍTICAS

A narrativa da crise republicana em Roma é, na historiografia especializada, um tema recorrente. Diversos pesquisadores já se debruçaram sobre o mesmo e, como é recorrente na ciência histórica, a partir de metodologias e quadros teóricos distintos, realçaram características diferentes do período, estabeleceram diversas balizas temporais possíveis para delimitá-lo e analisaram suas configurações a partir dos olhares e perspectivas de uns ou outros personagens históricos.

⁷⁷ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista CAPES. Projeto de pesquisa atual: Mecanismos de controle e atos de insubordinação das clientelas militares: uma análise cruzada das Guerras Civis da República Romana, sob orientação do Prof. Dr. Deivid Gaia. E-mail: amanda.p.borges@hotmail.com

A longa tradição historiográfica que examinou as últimas décadas do século I a.C. não poderia ser resumida com justiça em apenas alguns parágrafos –boa parte de suas nuances seriam perdidas. No entanto, é válido destacar que, para a maioria dos pesquisadores que estudaram o tema, alguns tópicos tendiam a se sobressair com frequência. Assim, a crise da República Romana, como tradicionalmente foi apontada por grande parte da historiografia especializada, configurou-se no bojo da fragilização do poder do Senado enquanto gestor da extensão territorial que Roma havia alcançado com as guerras de expansão, principalmente aquelas contra a cidade de Cartago, no contexto das Guerras Púnicas. De acordo com Francisco de Oliveira:

Na verdade, o que se seguiu à II Guerra Púnica, a qual deu a Roma o predomínio no Mediterrâneo ocidental, foi uma espécie de movimento inexorável de conquista de territórios do ocidente e do oriente, onde se devem assinalar: a derrota definitiva da Macedônia em 168 (III Guerra da Macedônia) e a sua transformação em província em 147-146, decisão cimentada com a construção da via Egnácia; a destruição de Corinto, arrasada em 146, sendo os seus habitantes vendidos como escravos e a Acaia organizada em província; o aniquilamento de Cartago também em 146, transformada na província de África; a vitória sobre Numância em 133; a incorporação do reino de Pérgamo, que o rei Átalo deixa em testamento aos Romanos, originando a criação da província da Ásia (133). (OLIVEIRA, 2015, p. 236-237)

Nota-se, portanto, que a vitória nos conflitos contra Cartago trouxe, além do domínio do Mar Mediterrâneo, o impulso e o poder de conquista de uma série de localidades ao redor do mundo até então conhecido. Roma se tornou, assim, no decorrer do aprofundamento de uma ativa política expansionista, o epicentro de uma espécie de império mundial, fazendo acelerar a constituição de uma configuração político-social diferente daquela da Roma Arcaica, dividida essencialmente entre patrícios e plebeus. Essa nova ordem, inversamente, contava com uma variedade razoavelmente recente de estatutos sociais dos indivíduos. No entanto, a variação da estratificação social não resultou em uma extensa abertura para a ascensão individual por essas camadas: ao contrário, a nova conjuntura econômica, propiciada pelo intenso afluxo de riquezas advindo das conquistas das guerras travadas⁷⁸, não aboliu o privilégio político de controlá-las, de forma que as desigualdades sociais, na verdade, se aprofundaram

⁷⁸ “(...) a ocupação, pilhagem e exploração dos territórios conquistados, incluindo minas de materiais preciosos, como em Espanha e na Macedônia, cujo precedente já se encontra na conquista de Veios em 396, juntamente com a imposição de indenizações de guerra e de contribuições várias que provocam grande afluxo de capital, levaram os Romanos a um nível material de prosperidade que excedia o de qualquer outro povo do Mediterrâneo.”. Ver: OLIVEIRA, 2015, p. 255.

extremamente durante essa época, reduzindo, por exemplo, muitos camponeses à miséria (ALFÖLDY, 1989, p. 58-59; 74).

A questão é que os conflitos contra Cartago impulsionaram um projeto expansionista romano que, ao fim, alargou os domínios de Roma e transformou-a no centro administrativo de um *imperium* muito mais extenso do que a estrutura política voltada às necessidades de uma Cidade-Estado era capaz de absorver e, de fato, gerir (ALFÖLDY, 1989, p. 75-76). Isso fez explodir, no seio da sociedade romana, uma série de tensões sociais que eclodiram em conflitos internos, fazendo ruir a República Romana como um todo: têm-se, portanto, as revoltas dos escravos, as que estouraram nas províncias romanas, as levadas a cabo pelos italianos, e, também, as Guerras Civis da República Romana, como aquela de 49-45 a.C., entre Júlio César e Pompeu (ALFÖLDY, 1989, p. 83-89).

Considerando esse cenário, Nathan Rosenstein defendeu, em um importante trabalho na década de 90, que a falta de ameaças estrangeiras no pós-domínio sobre o Mediterrâneo, alinhada à complexidade das guerras internas, arruinaram o delicado equilíbrio político e militar que havia caracterizado as camadas dirigentes de Roma até então: a proporção dos conflitos sociais internos ao *imperium* romano exigiu generais mais habilidosos, que precisaram ficar cada vez mais tempo no comando de seus exércitos, acumulando poder e glória de forma nunca antes admitida ou vista pelo Senado (ROSENSTEIN, 1990, p. 1-54). Karl Hölkeskamp, defendendo uma linha interpretativa semelhante, reconheceu um aumento exponencial da rivalidade dentro da aristocracia romana nas últimas décadas da República, e atribuiu tal fato a uma cultura política de competição e acúmulo de honrarias, que sempre fez parte do modo de vida da camada dirigente de Roma, mas que o final do século I a.C. viu se intensificar em razão da ascensão extrema dos generais no cenário político da época e do consequente desmantelamento de um quadro de referência de comparabilidade entre os mesmos (HÖLKESKAMP, 2010, p. 90-91; 124).

Não é difícil compreender, a partir desse panorama, que o cenário político do século I a.C. era um dos mais complexos: grandes generais de exército passaram a ocupar um lugar absolutamente central nas discussões e a disputa aristocrática crescia a olhos vistos, de uma forma ainda sem registros prévios na história de Roma. Dessa forma, não causa estranhamento destacar que muitos desses aristocratas buscavam, a todo o momento e por diversos meios, firmar alianças que os garantisse um mínimo de estabilidade de atuação dentro desse cenário caótico que Roma vivia.

Nesse artigo, será discutido, precisamente, um desses momentos de tentativa de estabelecimento de uma aliança política: o casamento, em 59 a.C., de Júlia, filha de Júlio César, com Pompeu, um grande comandante de exército, cujas grandes conquistas o tornavam, aos olhos de César, um homem a quem valia a pena aliar-se, ao mesmo tempo que buscava superá-lo. Contudo, nesse trabalho, buscar-se-á analisar a passagem da biografia de César por Suetônio na qual esse casamento é narrado (Suet. *Iul.* 21). Com isso, o objetivo não será discutir, como é o caso de muitos trabalhos historiográficos, o impacto deste na aliança tríplice entre César, Crasso e Pompeu, ou a eclosão da Segunda Guerra Civil de 49-45 a.C., ou mesmo o uso do casamento como uma estratégia comum no século I a.C. para o estabelecimento de alianças políticas. Aqui, buscar-se-á estudar a forma como, muitos anos depois do ocorrido, esse evento foi narrado e que tratamento foi dispensado a uma das protagonistas do mesmo: Júlia.

DE VITA CAESARUM E A PROPOSTA DE SUETÔNIO

O gênero biográfico era significativamente distinto, no mundo antigo, da forma como hoje é concebido no mundo moderno. De acordo com Uiran da Silva, a primeira diferença é que, para os modernos, a biografia é necessariamente inscrita no seio da disciplina histórica: a vida de alguém é narrada a partir da compreensão de sua relação subjetiva com o desenrolar dos acontecimentos que atingem a sociedade em que se vive. A biografia é, em essência, um ponto de vista histórico (2008, p. 71). Para os antigos, o caso era diferente: a biografia não era, necessariamente, histórica, visto que, segundo as tradições de Heródoto e Tucídides, a História se caracterizava pela preocupação com os agentes coletivos – o povo da Hélade e as Cidades-Estado, que dividiam esse povo da Hélade, por exemplo. A biografia inseria-se, portanto, em outro ramo da escrita.⁷⁹

Além disso, na Antiguidade, a característica fundamental de uma biografia era realizar um delineamento de caráter, o que a aproximaria de uma visão mais antiquarista da História, mais distante do regime de historicidade estabelecido hoje. Assim, o uso dos adjetivos era particularmente forte, bem como a seleção cuidadosa de episódios da vida do biografado – ou uma atenção especial a um e não a outro acontecimento – que ilustrassem esse caráter a ser delineado. Também era comum o uso de anedotas pelo mesmo motivo (DA SILVA, 2008, p. 72-73).

⁷⁹ Essa perspectiva vai se alterar entre os séculos III e II a.C. Ver: DA SILVA, 2008, p. 74.

Esses pontos essenciais elencados no parágrafo anterior vão se manter mesmo nos modelos romanos, incluindo o trabalho de Suetônio. No entanto, mesmo que o autor também tivesse a intensão de delinear o caráter de seus biografados, como outros biógrafos antigos, há algumas características particulares em seus trabalhos: 1) sua narrativa não é cronológica, mas sim quase temática: Suetônio faz uma seleção dos episódios que considera que melhor são capazes de traduzir as principais características do indivíduo; 2) o autor apresenta seu biografado de diversos ângulos, buscando não tornar suas opiniões obviamente explícitas; e 3) a personalidade do biografado é estática, ou seja, “a narrativa não apresenta um desenvolvimento da personalidade; não há uma gradual aquisição de valores e características” (DA SILVA, 2008, p. 76).

Ou seja, desde o princípio, Suetônio tem o objetivo de pintar a vida do biografado com cores específicas, mostrando-o como dono de valores, qualidades e defeitos determinados. Além disso, há outra importante característica dessa obra: a recusa do modelo do panegírico grego, que fazia parte de uma tradição elogiosa e glorificadora dos biografados, cuja composição era explicitamente pouco comprometida com a veracidade dos traços de personalidade que eram impostos à personalidade biografada. O empreendimento de Suetônio consistia em uma investigação da realidade das vidas descritas, mesmo que se possa discutir o alcance da factibilidade desse projeto frente às opiniões próprias do autor sobre o homem cuja biografia ele escreveu (DA SILVA, 2008, p. 76).

A obra *De vita Caesarum* é composta pela vida de doze personalidades distintas – Júlio César, Otávio Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Otão, Vitélio, Vespasiano, Tito e Domiciano. A biografia de César abre a coletânea, mas ela tem um tom bastante diferente das outras. De acordo com Bruno Torres, pouco se sabe sobre a vida pessoal de Caio Suetônio Tranquilo, mas acredita-se que o biógrafo tenha nascido em Roma (por volta de 69 d.C.) ou, ao menos, morado na cidade desde muito jovem, e que sua família não pertencia, tradicionalmente, às camadas dirigentes de Roma – seu avô foi, possivelmente, um liberto –, mas essa situação teria se alterado com seu pai, que passara a pertencer à ordem equestre (2017, p. 14). Presume-se, então, que ele tenha crescido já em um ambiente aristocrático, cercado por nomes influentes de sua época. De fato, sabe-se que, em seu círculo social, estava Plínio, o Jovem, por exemplo. Além disso, Suetônio foi um grande erudito de sua época e chegou a administrar as bibliotecas públicas de Trajano e ser secretário imperial de Adriano – uma hipótese corrente é que o autor tenha conseguido material para escrever suas biografias através de registros

imperiais, que o mesmo pôde ter acesso ao ocupar esses cargos. Desse modo, fica claro que a posição social que ocupava influenciou na produção de sua obra.

Os senadores não eram, todavia, apenas parte da camada que politicamente dirigia Roma; eles eram, também, a representação de sua intelectualidade: eles produziam os relatos oficiais sobre sua época e as épocas passadas. Dessa forma, no caso de Suetônio, que possuía uma relação muito próxima com essa elite intelectual, não surpreende que os relatos da vida dos imperadores que não se relacionaram de forma positiva com os *patres* enquanto viveram fossem bastante dúbios, como é o caso de Nero.

Contudo, no caso de Júlio César, Suetônio faz uma imagem bastante positiva do mesmo, destacando sua piedade, coragem e capacidade de liderança; seu maior defeito, na verdade, é quase uma espécie de elogio: César teria sido arrogante o suficiente para acumular uma série de poderes – e Suetônio jamais diz que ele não os fez funcionar. Mas o motivo que o autor aponta para que uma boa parte dos senadores decidisse por sua morte foi quando ele recebeu sentado, e não de pé, os *patres* que vinham apresentar-lhe decretos que lhe conferiam altas mercês (Suet. *Iul.* 78). É interessante como o desprezo por pequenas regras de funcionamento de uma instituição que já se considerava à beira da falência é uma das poucas coisas que Suetônio admite que depunha contra César.

Sabe-se que César não manteve, de forma geral, boas relações com uma parcela razoavelmente significativa dos senadores. Boa parte de sua vida foi construída por meio de um constante embate com os ocupantes do Senado (BRANDÃO, 2009, p. 99-100). Apesar disso, a representação da sua figura é, de forma geral, bastante positiva. É possível que o motivo para tal seja precisamente o mesmo pelo qual sua vida abre a coleção de biografias: César aparece quase como se fosse o fundador de uma nova época para Roma; a ideia é validar a perspectiva de uma liderança concentrada nas mãos de um único homem. Torres, ao analisar a obra de Suetônio comenta:

Notamos então que, entre os primeiros integrantes da dinastia nerva-antonina, sobressai o entendimento de que o próximo *princeps* não deveria ser adotado apenas por conveniência consanguínea e familiar, como ocorreu com a dinastia júlio-claudiana e a dinastia flaviana. Entendemos que, em parte, é essa dinastia que coloca em prática o princípio defendido pela historiografia senatorial, isto é, o de se adotar os melhores nomes dentre os senadores para assumir as rédeas do Principado. Mesmo os nerva-antoninos tendo utilizado a adoção como um instrumento para marcar quem deveria ser o próximo *princeps*, entre eles, isso se deu como numa espécie de conclave. As escolhas e as consequentes adoções se inclinavam aos mais preparados do corpo senatorial. Nesse momento, os senadores, diferentemente dos da antiga

República, tinham a consciência da necessidade de se ter um homem forte – o *princeps* – tanto para a manutenção da paz interna, como também para a expansão dos limites do *imperium* (TORRES, 2017, p. 17-18).

Ou seja, Suetônio acreditava em uma liderança concentrada nas mãos de um homem, mas acreditava que ele precisava ser sábio o suficiente para adotar o melhor sucessor possível. Assim, não é à toa que a biografia de Júlio César e a seguinte, a de Augusto, tenham tantos traços de elogios: eles são modelos de governantes, uma mensagem que Suetônio enviou aos seus pares sobre os tipos de homem que deveriam estar à frente de Roma. Brandão seguiu pela mesma linha interpretativa: o Júlio César de Suetônio, para ele, seria um homem intrépido, clemente, um dos poucos entre os Césares a chegar ao poder pelas forças de seus próprios braços – outros o teriam alcançado de forma passiva ou contra a vontade; todo o motivo da narrativa da vida de César, segundo esse autor, seria mostrar seu ar de desafio e despeito à aristocracia republicana acomodada e apática (2009, p. 101-102).

A partir de tal projeto, Suetônio construiu uma biografia centrada em Júlio César com um objetivo específico em mente. No entanto, como não poderia deixar de ser, a vida desse personagem cruza, a todo o momento, com diversos outros: a narrativa de sua alçada ao poder, por exemplo, tema central da biografia, não estaria completa sem o registro do firmamento – e rompimento – de suas alianças políticas, principalmente em tempos de crise republicana. Evidentemente, acordos precisam de, no mínimo, duas partes interessadas, não podendo ser feitos por uma única pessoa. O firmado entre Júlio César e Pompeu envolvia diretamente mais outro indivíduo: Júlia. Todavia, como já é possível começar a delinear a partir das características da obra de Suetônio, sua visão de César como fundador de uma nova época política em Roma praticamente apagou, quase por completo, a participação de Júlia em seu próprio casamento, e é por isso que essa passagem, apesar de não ser a única narrativa do evento, é tão interessante: será que mesmo em uma documentação determinada a lançar uma luz tão brilhante sobre outro personagem é possível encontrar indícios da atuação das mulheres?

O CASAMENTO DE JÚLIA

A menção de Suetônio sobre o episódio do casamento de Júlia é breve:

Mais ou menos nessa época, casou-se com Calpúrnia, filha de Lúcio Pisão, que deveria sucedê-lo no consulado, e prometeu sua própria filha Júlia a Cneu Pompeu, rompendo um acordo de noivado prévio com Servílio Cépio, embora este pouco antes tivesse prestado a ele um serviço conspícuo em sua competição com Bibulus. Depois dessa nova aliança, ele começou a chamar Pompeu primeiro para dar sua opinião no Senado, mesmo que antes fosse seu hábito começar por Crasso e fosse uma regra o cônsul pedir opiniões, no continuar do ano, na ordem em que ele havia estabelecido no início do ano. (Suet. *Iul.* 21)⁸⁰

Primeiramente, é válido observar a escolha que o autor faz em termos de organização da narrativa: a passagem na qual Suetônio narra o casamento de Júlia é a mesma na qual ele menciona, um em seguida do outro, uma série de acordos políticos, inclusive outro casamento: primeiramente, ele afirma que César casou-se com a filha do futuro cônsul; depois menciona o casamento entre Júlia e Pompeu; em sequência, relata que havia um acordo prévio entre César e Servílio Cepião, que fora quebrado; depois menciona que o acordo aproximou César de Pompeu – este agora passando a ser o homem a quem César pedia opiniões primeiro, não mais a Crasso.

Não há nenhuma descrição dos ritos matrimônios romanos, nenhuma menção à relação – nem mesmo para ressaltar se era inexistente – prévia entre Pompeu e Júlia, nenhuma pista sobre os sentimentos de Júlia sobre o arranjo. Suetônio trata o casamento como um ato político tal qual outro qualquer: como o casamento do próprio César e sua relação com Bíbulo, Pompeu e Crasso. A narrativa é tão breve quanto é clínica: Júlia casou-se com Pompeu como parte de um dos acordos de seu pai e isso é tudo que se precisa saber. De fato, Suetônio, atento ao processo de ascensão ao poder de César, informa o necessário sobre o personagem: o general abandonou um acordo prévio já firmado e casou sua filha com um homem muito mais velho do que ela porque viu a oportunidade de fortalecer uma aliança que poderia lhe trazer muito mais vantagens políticas, principalmente tendo em vista a influência de Pompeu no Senado. Júlia é apenas um instrumento que tornou esse objetivo possível.

Isso fica ainda mais claro quando se observa o verbo utilizado: *conlocō*. Esse verbo tem sentidos como “arranjar”, “preparar”, sendo um de seus significados possíveis “dar em casamento” (LEWIS, 1891, p. 444). Ainda, *Iuliam* está no caso acusativo

⁸⁰ Trad. nossa em português a partir da trad. inglesa de Rolfe, 1914. Em latim: *Sub idem tempus Calpurniam L. Pisonis filiam successuri sibi in consulatu duxit uxorem suamque, Iuliam, Gnaeo Pompeio conlocavit repudiato priore sponso Servilio Caepione, cuius vel praecipua opera paulo ante Bibulum inpuernerat. Ac post novam adfinitatem Pompeium primum rogare sententiam coepit, cum Crassum soleret essetque consueto, ut quem ordinem interrogandi sententias consul Kal. Ianuariis instituisset, eum toto anno conservaret.*

feminino singular, sendo, portanto, o objeto direto da frase. Lê-se assim que César “arranjou Júlia”, deu-a em casamento. Gnaeo Pompeio, no caso dativo masculino singular, é o objeto indireto. Por isso, não apenas César “arranjou” Júlia; ele também deu-a em casamento, e a frase marca que ela tinha um destino certo: Pompeu.

A opção pelo uso, nesse artigo, da edição de 1914 da editora Loeb da fonte instrumentalizada se deu, entre outras questões, pela sua interessante opção de tradução feita por J. C. Rolfe. Para transmitir o sentimento por trás da oração mais crua “deu/arranjou sua filha em casamento para Pompeu”, Rolfe opta pela expressão “affianced his own daughter Julia to Gnaeus Pompeius”. “To affiance”, em inglês, é firmar um juramento em relação à promessa de casar-se. No entanto, o autor, seguindo a estrutura do texto original, coloca César como sujeito do verbo e Júlia como seu objeto direto. Em português, uma promessa não formal sobre um casamento seria o mesmo que noivar. Em uma construção típica, isso implicaria em um sujeito que pratica a ação e um objeto indireto sobre quem a ação do verbo recai. Contudo, aqui, a ação de César recai sobre um objeto direto e um indireto, algo como “César noivou sua filha com Pompeu” ou, em uma tradução que pudesse causar menos estranhamento em termos de sua construção, “César prometeu sua filha em casamento para Pompeu”. Isso deixa claro que não há, na narrativa, espaço para Júlia a não ser como um elemento que pode ser disposto pelo pai. É ele o sujeito do verbo “prometer”, papel que não coube à própria Júlia.

É claro, essa não é uma configuração, para a antiguidade, completamente estranha ou presente apenas no texto de Suetônio. Acredita-se que:

[seja] possível que noivados romanos tenham tido suas origens em acordos entre *patres familias* para vender suas filhas ao futuro noivo por determinado preço. De todo modo, um noivado era um *pactio* ou *sponsio* entre dois homens – o futuro marido e o pai ou guardião da noiva. Juristas romanos parecem divididos quanto à questão se um *pater familias* tinha o direito de forçar seu filho ou sua filha sob seu poder de *patria potestas* a casar, visto que, ao mesmo tempo, buscavam deixar claro que era dever do pai ou guardião garantir um casamento adequado para seu filho ou filha (HERSCH, 2010, p. 39-40).

Embora a própria lei romana constantemente relembresse do dever do pai em encontrar um marido adequado para sua filha, não deixava claro, muitas vezes, se ela poderia ser obrigada ou não a casar. Suetônio não indica, em sua passagem, se Júlia foi ou não forçada ao casamento, mas isso não era relevante para sua narrativa ou condizia com a forma como os romanos, de forma geral, viam o casamento: Pompeu, um dos

homens mais influentes na política romana e, desde muito novo, um general coberto de glórias, não era um noivo pelo qual César poderia ser acusado de não estar cumprindo seu dever para com Júlia.

Além disso, e ainda mais importante, o casamento, mesmo quando a mãe tomava a frente na escolha do futuro marido da filha, ainda assim era um contrato entre homens: a filha, sob o poder *patria potestas*, só poderia casar-se com a permissão do pai e só passaria a estar sob a guarda do marido com a permissão deste. Por exemplo, no caso de Túlia, filha de Cícero, a mãe garantiu seu noivado com Dolabella sem a permissão de seu marido, o que demonstra, no mínimo, que essa situação era legalmente possível desde que o pai não se pronunciasse contra: seu silêncio poderia equivaler a uma permissão, mas sua recusa ainda prevalecia sobre os desejos dos filhos e da esposa (HERSCH, 2010, p. 40). Assim, em última instância, o acordo ainda era estabelecido entre dois homens.

Isso é perfeitamente condizente com a forma como Suetônio relata o acontecido: Júlia, primeiramente, estava prometida a Servílio Cepião – como parte de um acordo por sua ajuda contra Bíbulo. Depois, foi prometida a Pompeu como parte de uma estratégia para fortalecer os laços entre este e César. A promessa do noivado e a escolha do futuro marido é feita por César e somente por ele: Júlia não tem espaço ou protagonismo no próprio casamento.

Evidentemente, no entanto, essa perspectiva parte da narrativa de um biógrafo que não apenas tem ciência das leis romanas como também, como já foi discutido, buscou, ao longo de toda a construção da biografia de César, fazer um retrato específico do general: astuto, um líder capaz e intrépido. Dessa forma, nesse ponto da história que o autor se propõe a contar, Suetônio elenca uma série de acordos que o mesmo fez para assegurar alianças extremamente valiosas, que permitiriam ao general tornar-se cada vez mais influente em Roma.

É improvável que Júlia fosse, porém, como personagens históricos raramente são, completamente passiva aos acontecimentos políticos ao seu redor. A questão é que mulheres, principalmente mulheres que integravam famílias pertencentes às elites administrativas de Roma, possuíam frequentemente um papel de proeminência em acordos políticos e questões de ordem pública, mas suas palavras, silenciadas pelas fontes que quase sempre diminuíam suas conexões e enfatizavam seus papéis de gênero – casar, ter filhos, dentre outros –, ficaram, muitas vezes, perdidas para os historiadores. Roma era um lugar onde a família patriarcal e suas tradições tinham um enorme peso na vida política. Dessa forma, a atuação mais incisiva dessas mulheres e sua participação mais

ativa nesses acordos – principalmente no século I. a.C., quando a crise política forçou as camadas dirigentes de Roma a buscarem, a todo tempo, novas alianças para manterem-se relevantes no conturbado cenário em que se vivia – se dava, muitas vezes, do interior das estruturas familiares.

No caso de Júlia, por exemplo, apesar de Suetônio tratar de seu casamento como uma das estratégias de seu pai, também é ele que informa que César organizou um combate de gladiadores e um banquete em honra a ela, após a sua morte (Suet. *Iul.* 26). A organização do parágrafo, de fato, dá a entender que César o fez como parte de uma série de outros eventos destinados a ganhar o favor do povo na próxima eleição ao consulado. No entanto, mesmo que, mais uma vez, Suetônio coloque Júlia como uma peça nos jogos políticos de César, ele admite que um evento de tal magnitude em homenagem a uma filha era algo sem precedentes. Mesmo que César estivesse buscando os favores do povo, determinadas atitudes, tradicionalmente, tinham o histórico de consegui-lo com eficiência, como a construção de obras públicas. César, de fato, como coloca Suetônio, construiu um fórum grandioso nessa mesma época. No entanto, a organização de um evento em honra à sua filha, mesmo que contasse com um banquete e com o combate de gladiadores para entreter o povo, fugia à tradição. Assim, apesar de bastante pequeno, César correu o risco de, ao homenagear sua filha, causar estranhamento às pessoas cuja simpatia ele gostaria de conquistar; um primeiro indício de que Júlia, no interior daquela família, não era, para o pai, apenas uma peça em um tabuleiro de xadrez.

Ainda, uma questão interessante: Júlia foi prometida a Pompeu como uma tentativa de fortalecer uma aliança entre este e César. É pouco provável que esta fosse se manter para sempre: o clima de competição aristocrática no século I. a.C., como já foi mencionado, era intenso e o desgaste político e institucional acontecia inexoravelmente. O crescimento político dos generais tensionava as relações, principalmente de uns com os outros, ao passo que eles agregavam, em torno de si, aliados e, também, faziam inimigos. Muitos historiadores, por isso, parecem relutantes em atribuir à Júlia um papel proeminente em atrasar a Guerra Civil que estouraria entre seu pai e seu marido, em 49 a.C – muito possivelmente, isso se deve também ao fato de que a relação privada entre Júlia e Pompeu, em seu âmbito familiar, não pode ser sondada com um grau razoável de certeza. No entanto, o fato é que a aliança entre César e Pompeu inegavelmente começou a desmoronar a olhos vistos nos anos seguintes à morte de Júlia.

Poucos anos após o falecimento de sua filha, ainda estimulado pelo clima de competição aristocrática que, aqui, já se mencionou, César partiu para as Gálias e se

lançou em uma campanha de pacificação e conquista que não havia nem mesmo sido ordenada pelo Senado. O período de ausência de César em Roma, por sua vez, rendeu a Pompeu uma reaproximação com a maior parte dos senadores, que nunca nutriram grande afeição por César. Sem Júlia, a única conexão entre os dois foi finalmente rompida com a morte de Crasso em batalha.

Outra evidência em relação à importância de Júlia e de sua atuação junto a César e Pompeu para tentar evitar que a tensão e competitividade entre ambos estourassem pode ser encontrada no trabalho de Erich Gruen. O autor (1995, p. 453) destaca que, no contrato de casamento entre Júlia e Pompeu, César nomeou seu futuro genro como herdeiro principal de suas propriedades; no entanto, mesmo depois que a morte de sua filha provocou uma alteração nos termos do contrato, César não removeu Pompeu de seu testamento até quase o início da Guerra Civil entre ambos.

É preciso que se destaque que César e Pompeu não eram amigos no sentido moderno do termo, que carrega quase unicamente uma carga afetiva, mas sim no sentido romano: a amizade era um laço de obrigações pessoais entre dois membros de um mesmo estrato social, forjado no seio das facções políticas e, portanto, marcado principalmente pela troca de favores, mesmo que pudesse, também, carregar essa carga afetiva (KONSTAN, 2005, 181-185). Assim, a partir do momento em que a morte de Júlia alterou os termos que uniam César e Pompeu e a mutualidade de suas obrigações foi quebrada, não havia mais nenhum motivo para César manter seu ex-genro em seu testamento. Antes do casamento da mesma com Pompeu, também não há nenhum indício de uma afeição particular que os unisse. O mais provável é que, a partir da atuação de Júlia, os laços entre César e Pompeu tenham, de fato, se estreitado a ponto do primeiro, talvez por respeito à memória da filha e ao contrato que a uniu ao seu marido, ter decidido não cortar todos os laços que o uniam a Pompeu, mesmo quando, anos depois, a aliança entre os dois já não lhe era mais útil como um dia fora – principalmente depois do distanciamento experimentado a partir de 58 a.C., quando a campanha nas Gálias foi iniciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, tem-se que, apesar da forma como Suetônio representa Júlia na biografia de seu pai, ela muito provavelmente foi mais importante do que a narrativa deixa transparecer. A história contada por Suetônio, completamente centrada em César, praticamente apaga qualquer outro ator social, mas é especialmente sobre as mulheres

que esse obscurecimento vai aparecer com mais clareza. Suetônio menciona Júlia em quatro ocasiões distintas: a primeira é a ocasião de seu nascimento (Suet. *Iul.* 1), a segunda é a de seu casamento com Pompeu (Suet. *Iul.* 21), a terceira é a de sua morte (Suet. *Iul.* 26) e a quarta é uma retomada da narrativa de seu casamento para destacar o caráter de bom negociador de César, que fez Pompeu abandonar sua atual esposa em favor de Júlia (Suet. *Iul.* 50). No entanto, ela só é mencionada pelo nome – e não como “filha de César” – quando de seu nascimento e casamento. No seu nascimento, Suetônio apenas está apresentando a família de César e a filha que sua esposa lhe deu; depois, ele se refere a ela pelo nome quando ela cumpre um dos papéis de gênero destinado à mulher: casa-se com o pretendente determinado por seu pai. Em sua morte e na rememoração do brilhantismo de César em termos de sua persuasão enquanto negociador, Júlia é apenas filha.

Ainda, vale destacar que, na passagem relativa ao casamento de Júlia analisada nesse artigo, por exemplo, ela é prometida a Pompeu. No entanto, os personagens masculinos mencionados, mesmo ofuscados pela luz brilhante do foco que Suetônio dispõe sobre César, têm certa voz: Pompeu dá opiniões a César, Crasso também costumava fazê-lo e Servílio Cepião auxiliou César contra Bíbulo. Júlia, no entanto, é “dada em casamento” ou, na tradução mais suave de J. C. Rolfe, “prometida”.

Esse trabalho, evidentemente, não é uma acusação contra o autor da biografia, e nem poderia sê-lo: Suetônio escreveu no século I d.C. e era fruto de seu tempo e das ideologias da época, além de ser um biógrafo, de forma que seu foco tão firme em César era mais do que esperado. No entanto, o que se buscou fazer, nesse trabalho, foi dar uma pequena e quase ensaística contribuição, através do estudo de caso das menções à Júlia na biografia de Suetônio, a uma nova perspectiva historiográfica, que busca entender a atuação das mulheres romanas dentro de suas possibilidades e limites – muitas vezes realmente de dentro do âmbito familiar –, buscando indícios em fontes, a princípio descompromissadas em amplificar suas vozes, de sua participação e importância nas esferas pública e privada.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO

SUETONIUS. *Lives of the Caesars, Volume I: Julius. Augustus. Tiberius. Gaius. Caligula.* Trad. J. C. Rolfe. Loeb Classical Library 31. Cambridge: Harvard University Press, 1914.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFÖLDY, Géza. *Historia social de Roma*. Trad Maria do Carmo Cary. 1ed. Lisboa: Editorial Presença, LAD, 1989.
- BRANDÃO, José L. *Máscaras dos Césares: teatro e moralidade nas vidas suetonianas*. 1ed. Coimbra: Annablume, 2009.
- DA SILVA, Uiran G. *A escrita biográfica na Antiguidade: uma tradição incerta*. In: Politéia: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, 2008.
- GRUEN, Erich S. *The Last Generation of the Roman Republic*. 1ed. Berkeley: University of California Press, 1995.
- HERSCH, Karen. *The roman wedding: ritual and meaning in Antiquity*. 1ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HÖLKESKAMP, Karl-J. *Reconstructing the Roman Republic: an ancient political culture and modern research*. Trad. Henry Heitmann-Gordon. 1ed. New Jersey: Princeton University Press, 2010.
- KONSTAN, David. *A Amizade No Mundo Clássico*. São Paulo: Odysseus, 2005.
- LEWIS, Charlton T. *An Elementary Latin Dictionary*, New York: Harper & Brothers, 1891.
- OLIVEIRA, Francisco. Consequências da expansão romana. In: BRANDÃO, J.; OLIVEIRA, F. (orgs.). *História de Roma antiga volume 1: das origens à morte de César*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- ROSENSTEIN, Nathan. *Imperatores Victi: military defeat and aristocratic competition in the middle and late republic*. 1ed. Oxford: University of California Press, 1990.
- TORRES, Bruno. *A construção de um princeps: tradução e comentários sobre a Vida de Tito, de Suetônio*. 95f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

CLARISSIMA FEMINA: PAULINA E O ARQUÉTIPO DA MULHER ROMANA TARDIA NO SÉCULO IV EC

*Hannah Serique de Figueiredo*⁸¹

Resumo: A epigrafia pode refletir o ordenamento social, seja através da onomástica dos dedicantes ou dedicados, seja pelo próprio material escolhido para o suporte da inscrição. É visível o quanto ela nos tem revelado novas personagens, que auxiliam na compreensão da complexidade das relações humanas e divinas. O presente artigo visa analisar uma ara funerária datada do século IV EC, período marcado por um processo de dissidência na esfera político-religiosa. Tal ara foi dedicada a Aconia Fabia Paulina e Vettius Agorius Praetextatus. A partir da análise da trajetória e do *cursus honorum* desses ilustres aristocratas, defensores da religião tradicional romana, pretendo desvelar os papéis designados a mulheres e homens na sociedade romana tardia. Por fim, serão abordados os ideais de feminilidade almejados nesse meio social.

Palavras-chave: Religião Romana; Gênero; Epigrafia; Antiguidade Tardia; Mulheres na Antiguidade

CLARISSIMA FEMINA: PAULINA AND THE ARCHETYPE OF THE LATE ROMAN WOMAN IN THE IV CENTURY CE

Abstract: The epigraphic culture reflects the social order, whether through the onomastics of the dedicating or dedicated, either by the material chosen to support the inscription. It is visible how much it has revealed to us new characters, which help in understanding the complexity of human and divine relationships. The present article aims to analyze a funerary ara dating from the IV century CE, a period marked by a process of dissent in the political-religious sphere. Such ara was dedicated to Aconia Fabia Paulina and Vettius Agorius Praetextatus, illustrious aristocrats defending the traditional roman religion. From your *cursus honorum*, I intend to unveil the roles assigned to women and men in late Roman society. At last, it will be covered on the desired femininity ideals in this social milieu.

Keywords: Roman Religion; Gender; Epigraphy; Late Antiquity; Women in Antiquity

A onomástica romana espelha o ordenamento social, distinguindo e sistematizando indivíduos em uma sociedade hierarquizada e plural. A inscrição de um nome intencionalmente almeja a eternidade, a glória imperecível e constitui um elemento fundamental em uma epígrafe romana. De acordo com Gabriel Sanders (1989, p. 47), a função primordial do monumento epigráfico é “libertar o nome das garras do esquecimento”. Os documentos epigráficos constituem uma importante fonte histórica, pois, como argumentado por Wuilleumier (1974, p. 790), “são abundantes, originais, encontram-se por toda a parte e há sobre todos os domínios da atividade humana”.

⁸¹ Graduanda de Licenciatura em História na UNIRIO, vinculada ao Laboratório de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade - Núcleo de Estudos e Referências sobre a Antiguidade e o Medievo (NERO/UNIRIO), colaboradora do projeto “*Eurykleia* - Aquelas que tinham um nome” sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Claudia Beltrão da Rosa.

A definição etimológica de epigrafia é a escrita (*grafia*) sobre (*epi*) determinado suporte. O suporte duradouro seria o mais adequado à mensagem epigráfica devido à sua relação intrínseca com a posteridade e com a mensagem eternizada, que atravessa os séculos com a mesma tipografia em que foi lapidada originalmente (D'ENCARNAÇÃO, 2006, p. 17). Giancarlo Susini (1997, p. 7) a definiu como o “estudo da forma como, em determinado momento, o homem selecionou ideias para deixar de si uma imagem para os vindouros”. Os textos epigráficos são usualmente divididos em funerários, como em lápides, para a memória dos mortos, e que muitas vezes eram compostos enquanto ainda vivos, como no monumento a ser analisado; votivos, dedicados a divindades; honoríficos, quando homenageiam uma personagem; e monumentais, destinados a monumentos, obras públicas, podendo ser simultaneamente de mais de uma categoria.

A classificação da inscrição e sua tradução são primordiais, assim como sua contextualização histórica é essencial para a interpretação do monumento em sua totalidade, integrado como um objeto cultural onde tudo foi pensado: o texto, a decoração, a tipologia e o material (D'ENCARNAÇÃO, 2006). Considerando que essas mensagens são conscientemente compostas para o futuro, para a eternidade, perguntamos: que tipo de discurso o elogio fúnebre inscrito na ara funerária de Paulina e Praetextatus – supostamente elaborado pelos próprios – perpetua? Os indivíduos são fruto de seu próprio tempo e, de acordo com essa premissa, o documento é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força daqueles que detinham poder (LE GOFF, 1990, p. 423).

O monumento epigráfico a ser estudado é uma ara funerária em base de mármore quadrada, composta por duas faces laterais com epígrafes, de fuste e capitel salomônicos⁸², e um fundo com inscrições na parte interior e exterior. A composição é estimada entre o ano de 384 a 387 EC, na cidade de Roma, onde se encontra na atualidade em acervo no Museu Capitolino.

⁸² Colunas em que os fustes são espiralados, assim como as construídas no templo do rei Salomão.

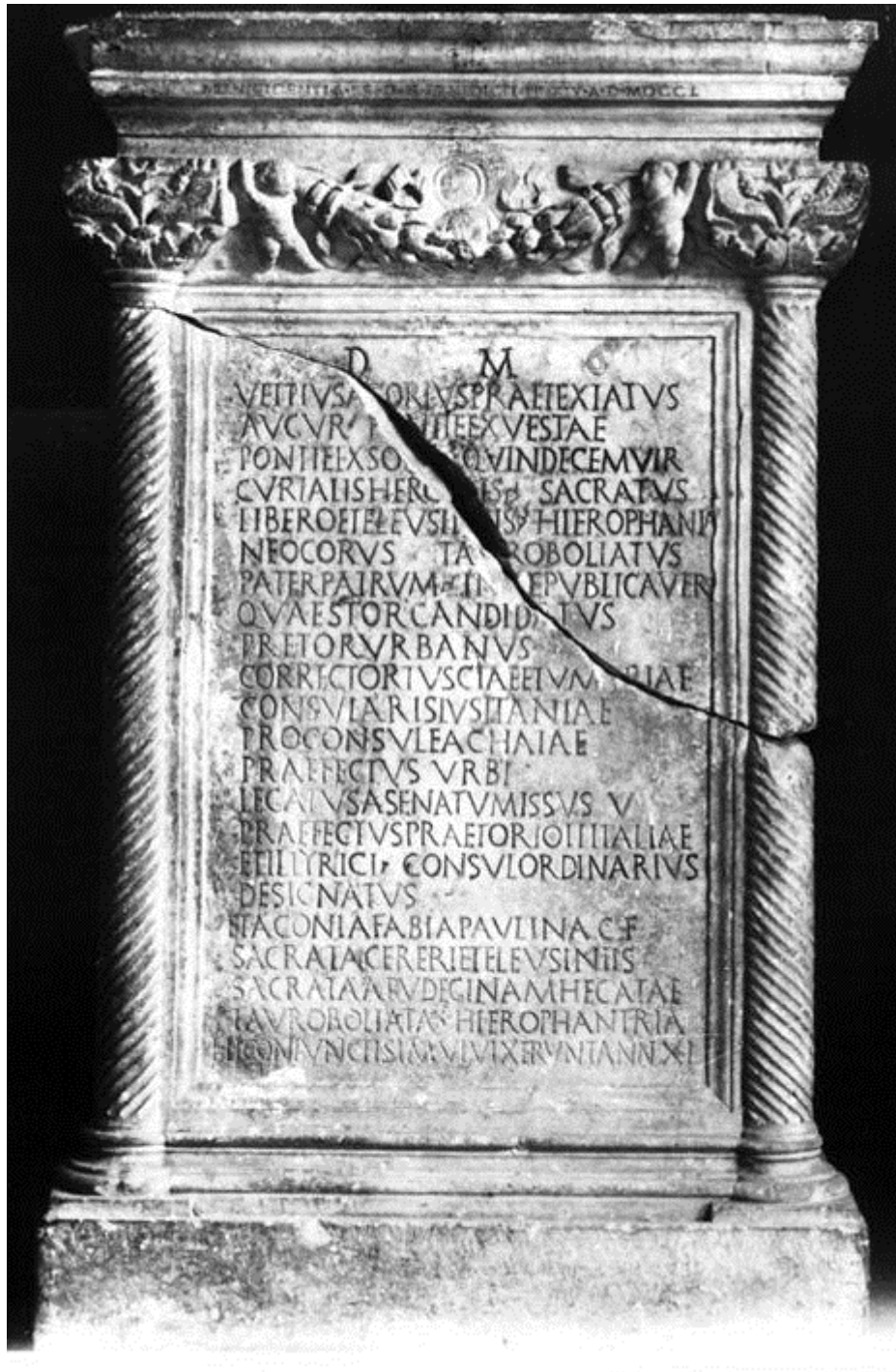


Figura 1: A face da ara funerária contendo a descrição do *cursus honorum*; atualmente em acervo no Museu Capitolino. CIL VI 1779. Disponível em: <http://altewelt.bbaw.de/archiv-praetextatus> Acesso em: 29/01/2020.

Ao longo dos séculos II, III e IV EC, o Império Romano passou por transformações religiosas profundas. Novos cultos, novas formas de se cultuar as deusas e os deuses, a anexação de novas divindades e a expansão do cristianismo são alguns dos aspectos que contribuíram para uma visão da Antiguidade Tardia (c. 300-476 EC) como

uma época de transições. Segundo a definição de Margarida Maria de Carvalho (2017, p. 5): é a primavera e o outono dos períodos históricos. A gradual ascensão de uma nova forma-pensamento, uma maneira cristã de projetar o mundo, representava também uma forma diferente de compreender os destinos imperiais. O receio de uma ruptura do sólido acordo com Júpiter, a *pax deorum* (BOCH, 2017, p. 76), e o perigo de uma possível dissolução do Império foram fatores responsáveis pela reação aristocrática politeísta do Ocidente no século IV EC. Essa elite cercou-se de ideais da tradição ancestral para defendê-la com o intuito de evitar o fim da ordem, da paz e da justiça estabelecida por Roma.

Figuras singulares dessa aristocracia, Aconia Fabia Paulina e Vettius Agorius Praetextatus encarnaram em vida, e após a morte, o arquétipo concebido pela ordem senatorial da qual faziam parte. Paulina, Coelia Concordia, Praetextatus, Symmachus e outras figuras notáveis da época reuniram-se em apoio à *res divina* (CAMERON, 2010, p. 134). Pode-se supor que as mulheres, como a própria Paulina e Coelia, são sujeitos ativos deste círculo, em que se defende os valores romanos tradicionais, e a participação delas é indispensável à compreensão das múltiplas identidades que os indivíduos podiam performar nesse contexto.

Ante a uma sociedade em disputas culturais, religiosas e políticas, como pode-se compreender as identidades constituídas para além das dicotomias estabelecidas? De que maneira essa construção identitária pode ser aplicada aos diferentes papéis designados a mulheres e homens? Visto que a elite senatorial defendia as tradições romanas, qual seria o papel das mulheres dentro desse círculo intelectual? Quais os valores que praticavam e endossavam? Qual seria, afinal, a tradição que se esperava que uma mulher romana transmitisse?

As mulheres do passado nos deixaram vestígios de seus nomes em todos os eventos que constituíam a vida social. A partir do estudo desses vestígios podemos compreender a relação entre os sexos como um local de negociação ou atribuição de sentido (BUTLER, 2015, p. 48). Utilizo o operador de gênero como uma categoria de análise histórica e dispositivo primário para a definição de hierarquias sociais, como estabelecido por Joan Scott (1995, p. 26). Com isso, busco compreender como a diferença de papéis sociais entre mulheres e homens se construiu na sociedade tardo-antiga.

A análise da trajetória de vida e do *cursus honorum* de Paulina e Praetextatus podem nos desvelar as funções a serem desempenhadas de acordo com o sexo

determinado. A carreira política e de honras e as funções religiosas de ambos são apresentadas na inscrição da face frontal do monumento funerário:

*D(is) M(anibus)
Vettius Agorius Praetextatus
augur . p[ro]ntifex Vestae,
pontifex Sol[is] , quindecemvir
curialis Herc[ul]is , sacratus
Liberi et Eleusiniis , hierophanta
neocorus, tauroboliatus
pater patrum; in [re] publica vero,
quaestor candidatus
praetor urbanus
corrector Tusciae et Umbriae
consularis Lusitaniae
proconsule Achaiae
praefectus urbi
legatus a senatu missus V
praefectus praetorio II Italiae
et Illyrici . consul ordinarius designatus
et Aconia Fabia Paulina c(larissima) f(emina)
sacrata Cereri et Eleusiniis,
sacrata apud Eginam Hecatae
tauroboliata . hierophantia
hi coniuncti simul vixerunt ann(is). XL (CIL VI, 1779)*

Para os Deuses Manes. Vettius Agorius Praetextatus, áugure, sacerdote de Vesta, sacerdote do Sol, quindecênviro, curial de Hércules, iniciado de Liber e dos Mistérios Eleusianos, hierofante, neocorus, tauroboliata, pai dos Pais de Mitra. Em ofício público, candidato a questor, pretor urbano, correspondente de Tuscia e Umbría, governador da Lusitânia, procônsul da Acaia, prefeito de Roma (367-368), legado ao senado cinco vezes, prefeito da guarda pretoriana por duas vezes na Itália e Illyria, cônsul ordinarius eleito, e Aconia Fabia Paulina, nobre mulher, iniciada de Ceres e os Mistérios Eleusianos, iniciada de Hécate e Aegina, tauroboliata, hierofante. Viveram juntos por 40 anos.⁸³

Os Manes são deuses protetores, aos quais, a partir de meados do século I EC, os túmulos passaram a ser consagrados com a fórmula *D.M. (Dis Manibus)*. Esses deuses familiares representavam a alma dos antepassados (BARATA, 2017, p. 30). Na inscrição, a exposição da carreira de honras políticas de Praetextatus e de suas funções religiosas exalta a imagem de um senador excepcional, que reformou múltiplos templos. Praetextatus atua como uma força unificadora que espelha a ordem senatorial vivente, sendo digno de louvor por seus *mores* e respeitado em Roma por seu equilíbrio de conduta (BOCH, 2017, p. 77).

⁸³ Tradução própria.

Como uma mulher aristocrata, Paulina estava restrita à vida privada. Ao analisarmos sua trajetória religiosa, vemos que fora iniciada de Ceres e dos Mistérios de Elêusis (*sacrata Cereri et Eleusiniis*), sacerdotisa de Hécate (*sacrata apud Eginam Hecatae*), tauroboliata e hierofante (*tauroboliata. hierophantria*). A meu ver, ela foi uma intelectual ativa na esfera privada, assim como foi o seu marido na arena pública, reconhecida por sua erudição e sua *pietas*, qualidade moral de maior importância para os romanos, visto que significava a dedicação aos seus, aos outros, à cidade e aos deuses, ou seja, um valor altamente estimado para as mulheres.

A união sagrada de Paulina e Praetextatus é celebrada nas outras faces do monumento: o casamento honrado pelos deuses durou 40 anos. Separados pela prematura morte de Praetextatus, Paulina menciona, no poema inscrito, que estarão reunidos novamente após a sua morte. A cumplicidade era necessária na sociedade tardo-antiga, como estabelecido por Peter Brown (1990, p. 18); os homens da aristocracia precisavam de confidentes, e quando estavam envolvidos em atividades políticas e culturais, suas mulheres eram deixadas para administrar suas enormes propriedades. Já Plutarco (*Coniugalia praecepta*. 140-d. 19.1, 20.1) discorre que a boa esposa deve estar em conformidade de adoração aos deuses de seu marido; alerta que, se deixadas sozinhas, as mulheres concebiam ideias estranhas e emoções baixas; devido a isso, seu marido deveria ser o mentor filosófico e o guia moral de sua esposa.

Em um trabalho sobre a construção de um modelo de santidade feminina na Antiguidade Tardia, Silvia M. A. Siqueira (2017, p. 223) revela as *clarissima femina* cristãs, que compõem esse complexo paradigma em um tempo supostamente dicotômico, de forma que podemos compreender valores compartilhados em uma sociedade aparentemente dividida. O título de mulher “mais esplêndida” começa a aparecer no século II EC em inscrições latinas que celebravam mulheres senatoriais (GRUBBS, 2002, p. 72). Paulina é referida com esse título no supracitado elogio fúnebre possivelmente para distingui-la e ressaltar suas virtudes como uma mulher romana.

O monumento funerário nos mostra o casamento de Paulina e Praetextatus como repleto de harmonia: ele foi testemunha dela diante dos deuses, a levou aos templos, tornou-lhe dedicada aos deuses, lhe ensinou os segredos dos cultos e presenciou que os deuses a aceitaram. Apesar de poder ter sido uma poetisa e pessoa influente nas esferas privada e religiosa, em público ela teve que ser definida em relação ao marido (KAHLOS, 1994, p. 25). A união sacralizada desses ilustres sacerdotes nos expõe ideais maritais

estimados até os tempos atuais, como a fidelidade e o respeito, além dos espaços da vida designados de acordo com o gênero.

A relação entre Paulina e Praetextatus aparenta ter sido, de acordo com o discurso, de equidade, e destaque, como o aspecto mais encantador do documento, o fato de Paulina falar em seu poema, no verso do monumento funerário, quase escondido. Apesar de não analisar este tema neste artigo, ela é provavelmente uma das únicas poetisas com evidências seguras do século IV EC. Embora Paulina esteja escrevendo de modo a enaltecer seu marido, a reciprocidade em seu elogio, em um monumento funerário no espaço público, nos faz pensar na complementaridade dos papéis sociais na Roma tardo-antiga.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO

CIL: Corpus Inscriptionum Latinarum, VI, 1779. Disponível em: <https://cil.bbaw.de>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARATA, Filomena. Da Religião e da Magia em Roma. Um breve apontamento. *Abelterivm*, Alter do Chão, v. III, p. 9-36, maio, 2017.
- BELTRÃO DA ROSA, Cláudia. Religião, gênero e sociedade: ordem romana, ordem sagrada. *Maracanan* 9, v. 9. Rio de Janeiro, 2013.
- BOCH, Viviana. A construção de um arquétipo: o caso de Vétio Agorio Pretextato. In: CARVALHO, Margarida Maria de. *Religiões e Religiosidades na Antiguidade Tardia*. São Paulo: Prismas. 2016.
- BROWN, Peter. *O Corpo e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CAMERON, Alan. *The Last Pagans of Rome*. New York: OUP USA, 2011.
- CAMERON, Averil. Peter Garnsey. *The Cambridge Ancient History. Volume 13: The Late Empire, AD 337–425*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- CARRIÉ, Jean-Michel. Aline Rousselle. *L'Empire romain en mutation*. Paris: Points, 1999.
- CARVALHO, Margarida Maria de; FUNARI, Pedro Paulo; CARLAN, Cláudio Umpierre; e PAPA, Helena Amália. *Religião e Religiosidades na Antiguidade Tardia*. São Paulo: Prismas. 2016.
- D'ENCARNAÇÃO, José. *Epigrafia: as pedras que falam* 2ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- GRUBBS, Judith Evans; and EVANS, Terry. *Women and the law in the Roman Empire: a sourcebook on marriage, divorce and widowhood*. London/New York: Psychology Press, 2002.
- KAHLOS, Majastina. Fabia Aconia Paulina and the Death of Praetextatus - Rhetoric and Ideals in Late Antiquity (CIL VI 1779) in *Arctos-Acta Philologica Fennica*, 28, Helsinki: The Classical Association of Finland. 1994. p. 13-25.

- LEFKOWITZ, Mary R. and Maureen B. Fant. *Women's Life in Greece & Rome: A Source Book in Translation*. 2nd. ed., Baltimore: JHU Press. 1992.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 1990.
- PERROT, Michelle. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris: Flammarion, 2012.
- SANDERS, Gabriel. *Sauver le nom l'oubli: le témoignage des CLE d'Afrique et aliunde: L'Africa Romana 6*. Sassari: Edizioni Gallizzi, 1989.
- SILVA, Maria Aparecida O. da. e Plutarco. *Preceitos Conjugais*. São Paulo: EDIPRO, 2019.
- SIQUEIRA, Silvia M. A. *Clarissimae feminae: de matronas a santas cristãs: a construção do modelo de santidade feminina na Antiguidade Tardia*. In: CARVALHO, Margarida Maria de. *Religiões e Religiosidades na Antiguidade Tardia*. São Paulo: Prismas. 2016.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. nº 20(2): 71- 99, jul/dez, 1995.
- SUSINI, Giancarlo. *Il lapicida romano: introduzione all'epigrafia latina*. Rome: L'Erma di Bretschneider, 1966.
- WOOLF, Greg. *Roma: A História de um Império*. Córdoba: Casa das Letras, 2015.
- WUILLEUMIER, Pierre. La contribution de l'épigraphie latine à la connaissance de la civilisation romaine. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt II I*. Berlim/Nova Iorque: Boston University, 1974.

A GESTÃO DA REPÚBLICA ROMANA COMO ATRIBUIÇÃO MASCULINA E AS AÇÕES DE FULVIA COMO CONTRADIÇÃO

*Eduardo de Oliveira*⁸⁴

Resumo: O artigo busca identificar o caráter tradicional da relação estabelecida entre a masculinidade e a gestão da República Romana. Ao atribuir ao homem a capacidade de manter a estabilidade do Estado, autores antigos e modernos reproduzem uma noção de papéis de gênero. Verifica-se, na tradição romana, que ao homem foi designado o papel de cuidar dos negócios do Estado, da diplomacia e dos assuntos militares, assim como à mulher foi designada a manutenção da própria casa e da família. No entanto, veremos que, no caso de Fulvia, seu campo de atuação se estendeu para além do ambiente doméstico, tendo ela demonstrado capacidades que a tradição creditava apenas aos homens. Através de um diálogo entre historiadores antigos e contemporâneos, se discutirá a possível transgressão de papéis de gênero por parte de Fulvia e até que ponto podemos situá-la na esfera masculina. Por conseguinte, espera-se elucidar, a respeito do campo de ação da mulher da Roma Republicana, sua extensão e suas possibilidades, uma vez que a história reservou à sua figura uma posição subalterna em relação àquela do homem.

Palavras-chave: Fulvia, Gênero, Roma republicana, Ação política, Mulheres romanas.

ROMAN REPUBLIC MANAGEMENT AS A MALE FEATURE AND FULVIA'S ACTIONS AS CONTRADICTION

Abstract: This paper seeks to identify the traditional relation between masculinity and the Roman Republic management. By ascribing the capacity of maintain State's stability as a man feature, ancient and modern authors reproduce a gender roles notion. We may verify, in roman tradition, that caring about the State business, diplomacy and military matters were designated to the men, just as caring about the house and the family were designated to the women. We will see that, in the case of Fulvia, her action field extended beyond the domestic ambient and she showed capacities that the tradition used to ascribe as men's only. Through a dialogue between ancient and modern historians, i will discuss the possible transgression of gender roles by Fulvia and how far we can place her on the male sphere. By doing that, i hope to elucidate, about the action field of the Roman Republic women, their extension, and possibilities, once that the history bequeathed to them a subordinate position to the men.

Keywords: Fulvia, Gender, Roman Republic, Politic Action, Roman Women.

Em 63 AEC, durante as últimas décadas da República Romana, Marco Túlio Cícero, no ano do seu consulado, protagonizava o seu mais célebre caso como orador. Após descobrir os planos conspiratórios de Lúcio Sérgio Catilina, que liderava uma conjuração contra a República Romana, o orador o atacou em uma série de discursos que ficaram conhecidos como *As Catilinárias*. A primeira *Catilinária*, que será discutida

⁸⁴ Graduando em História. Bolsista BIA-UNIRIO 2019-2020, sob a orientação da Profa. Claudia Beltrão. Agradeço, além dos comentários e correções da minha orientadora (que enriqueceram este artigo), aos colegas Heitor Saldanha e Larissa Petra. Heitor, como pesquisador da área da numismática, me auxiliou no tratamento da moeda que será apresentada, e Larissa, com muito carinho, realizou as revisões iniciais do artigo.

neste artigo, foi proferida perante o senado, ou seja, na presença de Catilina e de grande parte dos senadores.

Durante seu discurso, Cícero expõe os planos de seu oponente (*Cat.* 1.8) e o aconselha a deixar a cidade (*Cat.* 1.11). Catilina é apresentado como um homem mau, acompanhado de outros de igual baixa qualidade, e que precisa ser exilado, pois não tem lugar entre os bons (*Cat.* 1.23). A caracterização do inimigo faz parte de sua retórica que, visando à adesão de seus ouvintes e o isolamento de seu oponente, constrói essa distinção⁸⁵ no imaginário do espectador. Ainda assim, vale tentarmos entender o que difere o homem bom do homem mau na concepção de Cícero, que carrega em suas invectivas uma axiologia romana.

Um homem mau, como Catilina, não possui honra, não possui temor e nem capacidade de reflexão (*Cat.* 1.23). Como seus companheiros, ele é um homem torpe que não tem salvação. Enquanto continua livre, é uma ameaça para a República, que só pode ser salva por um homem bom. Através de exemplos na história romana, Cícero mostra que o homem bom para o Estado é um homem de pulso viril, que responde com coragem a qualquer ameaça à República⁸⁶.

Cícero se refere à coragem como um atributo masculino (*Cat.* 1.3), portanto, a qualidade do cidadão reflete o quão viril ele é. Para a República se manter intacta, são necessários, então, grandes homens. Mas veremos que, no caso da defesa da República Romana diante da conspiração de Catilina, podemos encontrar não só a figura de um corajoso orador ou de outros grandes homens, mas também a de uma mulher. Fulvia, personagem importante e geralmente esquecida nas análises das *Catilinárias*, exerceu papel notável não somente neste episódio da política romana, mas também em alguns outros.

Fulvia, a mulher que “não possui nada de feminino além do corpo”

Fulvia, em 63 AEC, era casada com Públio Clódio Pulcro e, segundo Salústio (*Catil.* 23), era amante de Quinto Cúrio. Este último, acusado de fazer parte do bando de Catilina, tinha acesso às informações e aos planos da conjuração. Assim que Fulvia teve

⁸⁵ Catherine Steel usa a palavra ‘boundaries’ do inglês (que significa limites, fronteiras) para conceitualizar essa característica da invectiva de Cícero. Para mais informações sobre esta e outras formas de invectivas de Cícero, veja STEEL & VAN DER BLOM, 2013, p. 118.

⁸⁶ Segundo Cícero, a virilidade de Catilina se desgastava na devassidão e nos crimes: *Cat.* 2.9.

conhecimento dessa suposta conjuração através de seu amante, não tardou e contou para Cícero (Sal. *Catil.* 23), que logo investiu contra seu inimigo político – Cícero havia vencido Catilina na disputa ao consulado no ano anterior – e ganhou a simpatia da ordem senatorial. No início de seu primeiro discurso, o orador deixa explícito ao seu adversário que seus supostos planos foram e serão delatados:

Mas até que exista um só homem que ouse defender-te tu viverás assim como vives agora, cercado de todas as partes por numerosas e fiéis milícias, de maneira que não possa mover um passo contra o Estado. Outrossim muitos olhos e muitos ouvidos, como até agora, te espiarão e vigiarão, sem que tu o percebas. (Cic. *Cat.* 1.6)⁸⁷

Embora Cícero não a cite diretamente em seu discurso, Salústio (*Catil.* 28) e Plutarco (Plut. *Cic.* 16.2) relataram que foi Fulvia os ‘olhos’ e ‘ouvidos’ que ‘espiaram e vigiarão’ Catilina. Não se pode afirmar que Cícero não conseguiria as informações de outra maneira, mas pelo que temos de informação daquele período, foi através da matrona que ele teve ciência do que estava acontecendo.

Veleio Patérculo descreve Fulvia como uma mulher que “não possuía nada de feminino além do corpo” (SHIPLEY, 1961, p. 207-209) e facilmente se entende o porquê. Após este período, Fulvia desempenhou papéis de liderança política e militar, duas vias de conduta estritamente reservadas aos homens. Sua estreia, de forma direta, na vida política, foi logo após a morte de Clódio em 52 AEC (WEIR, 2007, p. 3). Após seu marido ser assassinado por Tito Ânio Milão, Fulvia segurou seu corpo repleto de feridas e chorou por ele em público, causando grande comoção popular:

No relato de Ascônio, o corpo de Clódio é exibido para a plebe por sua mulher, coberto de feridas, o que fez com que se aumentasse a reprovação do crime. Weir sugere uma premeditação absoluta por parte de Fulvia no ato de expor o cadáver de seu marido ao povo, com o fim de exaltar os ânimos e se fazer pagar o delito cometido a seus agressores. (CASADO, 2015, p. 131)

Mais tarde, em seu terceiro casamento, protegeu avidamente a integridade política do esposo, Marco Antônio, enquanto ele estava no Oriente, a fim de impedir que fosse considerado pelo senado um inimigo público (CASADO, 2015, p. 131). Não só defendeu sua carreira, como também pegou em armas e vestiu armadura, adotando o papel de

⁸⁷ Trad. de Amilcare Caletti.

general, liderando soldados e discursando arengas militares na guerra civil entre Antônio e Otaviano (CASADO, 2015, p. 128.). Fulvia liderou a tomada de Pérúsia em 41 AEC e foi reconhecida posteriormente por suas estratégias militares, além de, segundo os relatos, ter sido a verdadeira líder do Estado por trás do cônsul Lúcio Antônio, seu cunhado, usando-o como marionete⁸⁸.

Fulvia também demonstrou priorizar as necessidades do Estado acima das suas. Enquanto o Segundo Triunvirato guerreava contra Márcio Júnio Bruto e Caio Cássio Longino, Fulvia não hesitou em ajudá-los. Quando os recursos para a guerra estavam acabando, os triúnviros exigiram que as mil e quatrocentas mulheres mais ricas de Roma cedessem parte de suas riquezas para financiar as batalhas restantes (CASADO, 2015, p. 127). A exigência logo causou conflito, e as matronas, agindo politicamente, recorreram às mulheres das famílias dos triúnviros e imploraram para que não fossem obrigadas a ajudar. Ao recorrerem à Fúlvia, não obtiveram apoio, pois a matrona achava justo financiar a guerra em prol da estabilidade do Estado.

Através dessas e outras informações a que temos acesso, podemos hoje considerar Fulvia como uma figura política. Mas ela era reconhecida desta forma também por seus contemporâneos. Uma evidência da influência de Fulvia na vida pública romana é o uso de sua imagem como recurso na propaganda política de Marco Antônio⁸⁹. Seu rosto foi cunhado como representação da deusa Vitória (fig. 1), o que fez de Fulvia a primeira mulher a figurar em moedas romanas (CASADO, 2015, p. 132).

⁸⁸ Dião Cássio (Dio., *Hist. Rom.*, XLVIII, 4, 1-6) credita as decisões militares de Lúcio Antônio à Fúlvia, dizendo que ele atuava mais como seu assistente do que como um cônsul por si só (CASADO, 2015, p. 127).

⁸⁹ Para um estudo mais detalhado sobre o uso da imagem de Fulvia na propaganda de Marco Antônio em sua guerra contra Otaviano, ver WEIR, 2007.

Fig. 1 – Moeda romana atribuída a Fulvia

FULVIA, primeira esposa de Marco Antônio. Quinário. Cr. 489/5, RPC 513. Anverso: Efigie de Fulvia (Vitória). **Reverso:** Leão caminhando, com as letras **LVG / DVNI** (Lugdunum); e escrito nas laterais **A - XL**. Imagem disponível em: <<http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford5-2.html>>. Acesso em: 15/03/2020

Fulvia e o conceito de *mulier virilis*

Segundo o que a tradição romana perpetuava a respeito das capacidades naturais da mulher, não é realmente de se estranhar que fosse atribuída masculinidade quando uma mulher agia de forma a se envolver com a vida política da cidade, com batalhas militares, e a compreender a gestão do Estado e da guerra. Mas, até hoje há quem atribua virilidade à Fulvia, como Roberto López Casado, que usa o conceito *mulier virilis* (2015, p. 122) para se referir a ela. *Mulier virilis*, segundo a sua conceituação, é basicamente a mulher que transgredir a esfera feminina e adota posições masculinas. Pelo o que foi dito até aqui, pode-se compreender por que López Casado decidiu chamá-la assim. Fulvia realmente agiu por via política e militar, duas formas de conduta estritamente masculinas: mas a que ponto ela foi transgressora? Será que é realmente viável interpretar suas ações como transgressões?

Eu proponho que não. O conceito de *mulier virilis* tem sua origem em um contexto cristão, o que já é por si só um contexto bem diferente da República tardia no qual Fulvia estava inserida⁹⁰. Segundo, não há transgressão da esfera feminina. Fulvia realmente agiu

⁹⁰ Embora eu compreenda o desejo de Roberto Casado em conceituar Fulvia através de um termo latino, *mulier virilis* fala sobre virtudes masculinas cristãs, que mesmo romanas, denunciavam um novo sentido para a palavra *virtus*.

de maneira não esperada por uma mulher romana, mas ela fez isso através de um caminho que não estava fora do campo de ação de uma matrona.

Como se esperava de uma esposa, ela foi leal a seus maridos. Não vou entrar no tema da fidelidade sexual, pois não julgo pertinente, principalmente porque no casamento romano isso estava longe de ser uma realidade⁹¹. A lealdade de Fulvia é atestada quando, mesmo após a morte de Públio Clódio, ela o honrou e investiu da forma que pôde contra seus assassinos, mesmo que esta forma fosse a manipulação dos ânimos populares. Não há muito o que dizer sobre seu segundo casamento: sabe-se que foi efêmero, já que Caio Escribônio Curião morreu dois anos depois em uma campanha militar na África. E em relação a Marco Antônio, ela investiu e protegeu sua carreira política sempre que teve a oportunidade, até mesmo arriscando a própria vida na guerra civil em que ele esteve envolvido.

Proponho que não se deve perpetuar a ideia de que Fulvia é uma contradição à tradição romana por ter feito o que fez. Ela só é contradição quando se leva em consideração o que a tradição dizia serem as limitações naturais de uma mulher, pois ela mostra que não era isenta de racionalidade (MARKOWITZ, 2014, p. 128) e sensatez. Ainda assim, suas vias de ação foram vias disponíveis a qualquer mulher em análoga situação social. Para se dizer que Fulvia transgrediu a feminilidade ao se movimentar politicamente ou agir militarmente, ela precisaria ter ingressado formalmente na vida política, da mesma maneira que um homem, mas ela se movimentou através de seus maridos. Sua participação na guerra, por mais singular que tenha sido na história romana, se justifica pela necessidade da situação. Naquele ponto, Marco Antônio estava completamente arruinado politicamente e precisava movimentar qualquer resquício de força para se manter vivo em meio a uma guerra civil, encontrando o apoio de sua esposa. Fulvia, portanto, agiu *como uma matrona*, apoiando seu(s) marido(s) e sua família.

Conclusão

Fulvia instrumentalizou sua influência como uma mulher de alta estirpe para participar do jogo político e tentar mudá-lo. Ela o fez porque, provavelmente, não

⁹¹ Mesmo sendo a infidelidade sexual um tabu muito grande às mulheres, conhecido como *impudicitia*, alguns exemplos atestam que, embora moralmente condenável, a infidelidade feminina era recorrente. Dos homens não se era esperado fidelidade sexual às esposas. Para um estudo mais detalhado sobre matrimônio e liberdade sexual na República Tardia, veja CORRÊA CIRIBELLI, 2002 e CASAMAYOR MANCISIDOR, 2016.

confiava na intuição ou na estratégia de seus companheiros masculinos. Seu desejo não era se tornar um homem, visto que em momento algum renegou alguma das funções que a tradição romana estabeleceu para ela. Em seu papel de matrona, conjecturou o resultado de suas possibilidades, ora enfrentando homens que não a atemorizavam, ora fazendo com que outros realizassem o trabalho que desejava. Através de Cícero, isto é, de sua posição como cônsul romano e de suas habilidades como orador, Fulvia impediu Catilina de atacar Roma. Chorou em público como a viúva inconsolável de Clódio, incitando a revolta popular contra os assassinos de seu marido, e apoiou incondicionalmente Marco Antônio.

Não sabemos até que ponto essa inteligência maquiavélica⁹² vem de Fulvia ou de estereótipos femininos sobre mulheres compartilhados por historiadores que escreveram em tempos posteriores ao dela⁹³. Mas estes homens, que perpetuaram a ideia de que mulheres não tinham a capacidade de entender os negócios da República, também nos deixaram amostras inquestionáveis da bravura e do genuíno desejo de Fulvia de garantir a estabilidade da República Romana. Para esta mulher mais importou impedir a ruína de Roma do que manter suas valiosas joias, signo de seu poder. Quando seu companheiro estava em meio de uma crise militar, mais importou ajudá-lo a realizar os objetivos que compartilhavam para o futuro do Estado do que a sua própria segurança.

Não menciono as ações de Fulvia para elegê-la entre outras mulheres como um caso que desafiou as normas que a tradição romana estabelecia. Seu caso deve ser visto como um fragmento evidente do que é, até hoje, a neblina sobre o espaço de ação da mulher na Roma antiga. Ela nos atesta as possibilidades de uma mulher de sua posição, poderosa e respeitada como parte da aristocracia. Não sabemos ao certo quantas mulheres como Fulvia existiram, pois a tradição historiográfica fez questão de esquecê-las. Mas tenhamos em mente que, contrariando os papéis de gênero estabelecidos na antiga

⁹² Tomei a liberdade de usar o termo ‘inteligência maquiavélica’ para me referir ao modo como os autores referenciados nesse artigo retrataram as ações de Fúlvia. Suas lágrimas ao vislumbrar o corpo morto de seu primeiro marido foram, segundo Weir (2007, p. 89), calculadas para causar comoção. A influência de Fulvia sobre Lúcio Antônio foi, segundo Dião Cassio (Dio., *Hist. Rom.*, XLVIII, 4, 1-6) (CASADO, 2015, p. 127), pura manipulação. Nota-se que há uma imagem recorrente da matrona como astuta e ardilosa, capaz de fazer com que os homens ao seu redor façam o que ela queira. A escolha do termo ‘maquiavélica’ se sucedeu porque, popularmente, essas características se tornaram sinônimos de maquiavelismo, graças ao livro de Nicolau Maquiavel, ‘O Príncipe’. Em sua obra, Maquiavel apresenta maneiras de obter sucesso no controle político em diversos tipos de situações, se tornando referência de astúcia na cultura popular.

⁹³ Pode-se discutir a possível influência dos discursos de Cícero nesse personagem manipulador e ambicioso que à Fulvia foi legado. Nas *Filípicas*, situada no período em que Fulvia e seu esposo, Marco Antônio, eram inimigos políticos de Cícero, o orador usou constantemente a figura de Fulvia para rebaixar a masculinidade de Antônio, o construindo como um homem ‘fraco’ e ‘submisso’ à sua ‘esposa gananciosa’ (WEIR, 2007, p. 53).

tradição romana (e que ainda é perpetuado, de maneira análoga, nos dias de hoje), foi possível na antiguidade existir alguém que, mesmo sem um “pulso viril”, aspirou dirigir o espetáculo político da sua própria maneira.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO

CÍCERO. *Os grandes oradores da Antiguidade: Cícero, as Catilinárias*. Tradução de Amilcare Carletti. São Paulo: Liv. e Ed. Universitária de Direito, 1999.

CÍCERO. *Philippics*. Translation by Walter C. A. Ker. London: William Heinemann Ltda. 1957.

PLUTARCH. *Life of Antonius*. Translation by Casey Mock. Tennessee: Senior Thesis Projects. 2005.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas: Demóstenes e Cícero*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2012.

SALLUSTIO. *La Congiura di Catilina*. North Carolina: Aonia Edizione, 2013.

OBRAS DE REFERÊNCIA

MARKOWITZ, Mike. *Ancient Coins Insight: Real Roman Women on coins*. CoinWeek. 2014. Disponível em: <<https://coinweek.com/featured-news/ancient-coin-roman-women-on-coins/>>. Acesso em: 13 de março de 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BORGES, Marlene Lessa Virgílio. *O Pro Milone de Cícero: Tradução e estudo da invenção*. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.

CASADO, Roberto López. “Fulvia, corazón de consul”. In: RODRIGUEZ, Paula Hernandez et al. *Amor y Sexualidad en la Historia*. Salamanca: Hergar Ediciones Antema, 2015.

CASAMAYOR MANCISIDOR, Sara. *Impudicitia: La Transgresión de la virtud sexual femenina en la Roma Antigua*. Salamanca: Andavira Editora, 2016.

CORRÊA CIRIBELLI, Marilda. *Emancipação e liberação sexual das mulheres na República Romana (II e I séculos a.C.)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CRANE, Theodore. *Time of The Night in Cicero's First Catilinarian*. Illinois: CAMWS, 1966.

SHIPLEY, Frederick W. *Velleius Paterculus: Compendium of Roman History*. Massachusetts: Harvard University Press, 1961.

STEEL, Catherine; BLOM, Henriette van der. *Community and Communication: Oratory and Politics in Republican Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WEIR, Alison Jean. *A Study of Fulvia*. Ontario: Queen's University, 2007.

ZUCARELLI, Fernanda Elias. *Cícero em cena: um estudo retórico-semiótico de As Catilinárias*. São Paulo: PPGEL/UNESP, 2014.

ULTRAPASSAGEM DE SI, CUIDADO DE SI: MORAL ENTRE FOUCAULT E HADOT

Patrick Pallazini Ubida⁹⁴

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar o debate sobre a questão moral na filosofia francesa da segunda metade do século XX, evidenciando-o a partir das obras de dois autores: Michel Foucault e Pierre Hadot. Em um primeiro momento, apresentaremos a relação dos dois autores com a sua época, verificando em que medida seus trabalhos se deixam compreender como duas respostas diferentes aos problemas de seu tempo. Em um segundo momento, estudaremos mais de perto as críticas que Hadot faz à noção de “cuidado de si” em Foucault. Por fim, apoiando-nos nas análises de dois comentadores, esboçaremos algumas linhas de discussão resultantes do confronto entre os dois autores e os possíveis problemas que enfrentará a filosofia moral do século XXI.

Palavras-chave: História da filosofia contemporânea. Moral. Ética. Foucault. Hadot.

OVERCOMING YOURSELF, CARING FOR YOURSELF: MORAL BETWEEN FOUCAULT AND HADOT

Abstract: This article aims to present the debate on the moral question in French philosophy of the second half of the 20th century, approaching it from the works of two authors: Michel Foucault and Pierre Hadot. In a first moment, we will present the relationship of the two authors with their time, verifying the extent to which their work can be understood as two different responses to the problems of their time. In a second step, we will study more closely the criticisms that Hadot makes to the notion of “care of the self” in Foucault. Finally, drawing on the analysis of two commentators, we will outline some lines of discussion resulting from the confrontation between the two authors and the possible problems that the moral philosophy of the 21st century will face.

Keywords: History of contemporary philosophy; Morals; Ethics; Foucault; Hadot.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo geral analisar o debate filosófico sobre a moral na segunda metade do século XX, servindo-se das obras dos filósofos e historiadores franceses Michel Foucault e Pierre Hadot como material de análise. O presente trabalho se atribui como objetivos específicos, que serão trabalhados em três tempos: 1) delinear o contexto histórico da produção dos dois autores, assim como os problemas de seu tempo que puderam ter contribuído para motivar a “volta” à filosofia antiga; 2) analisar a questão Foucault-Hadot mais de perto; primeiramente por uma breve introdução aos trabalhos do último Foucault e, após, pela exposição da crítica de Hadot; 3) discutir a análise de dois comentadores do debate, ampliando o problema na dimensão histórica da questão moral na filosofia do fim do século XX; e, por fim; 4) delinear, a partir do confronto entre os autores, os possíveis problemas dos quais a filosofia moral

94 Bacharel em Direito pela Universidade Paulista (2015). Especialista em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2018). E-mail: patrickubida@gmail.com

do século XXI será herdeira. Assim, é da intenção do trabalho se inscrever na área de história da filosofia contemporânea.

A “volta” à filosofia antiga

Primeiro, começaremos por analisar os motivos que os autores atribuem à própria “redescoberta” do mundo antigo. De acordo com Pierre Hadot, a motivação de Foucault em estudar a filosofia antiga, mais do que um mero interesse histórico-filológico, tratou-se de um verdadeiro interesse filosófico. Segundo Hadot, o fascínio de Foucault pelos antigos seria resultado de uma busca motivada pelo seu tempo. Tal motivação seria a de oferecer ao homem moderno uma nova maneira de se relacionar com a ética: “sua descrição das práticas de si (como, ademais, minha descrição dos exercícios espirituais) não concerne somente a um estudo histórico, mas quer implicitamente oferecer ao homem contemporâneo um modelo de vida” (HADOT apud STEPHAN, 2015, p. 153). Um renascimento do problema da ética surge no contexto de um século XX assolado com alternativas que não pareceriam a Foucault interessantes. Dentre o individualismo burguês, a renúncia de si cristã e o comunismo soviético, o filósofo francês se volta à filosofia antiga para buscar um outro modelo, uma outra forma de se relacionar consigo, com os outros e com o mundo – um novo *ethos*. Aqui um dos aspectos mais importantes que podem explicar a fascinação de Foucault pelo cuidado de si antigo: “ele não se apresentava como um princípio que deveria se impor a todos, um imperativo universal, mas como o objeto de uma escolha de vida eminentemente pessoal” (LARIVÉE apud STEPHAN, 2015, p. 37). Uma austeridade moral que não seja um código universal, uma que não queira decretar a submissão dos comportamentos de um mundo a um outro. Dos “elogios” feitos por Foucault à filosofia tal como entendida e praticada nos períodos helenístico e imperial, poderíamos enumerar um que aparece com bastante frequência: o elogio à *singularidade* da austeridade moral estoica. Analisaremos com mais detalhes a relação de Foucault com os antigos nas seções seguintes. Por agora, basta-nos isso: Foucault buscava na filosofia antiga uma resposta a um problema que vivia em seu tempo.

Hadot, por vezes qualificado mais como historiador do que como filósofo, também não esconde o seu interesse filosófico pelos escritos estoicos, platônicos e epicuristas. O seu principal interesse na filosofia antiga estaria principalmente atrelado ao que chama de “exercícios espirituais”. As obras antigas não teriam a intenção de informar o leitor acerca de um sistema de compreensão do mundo, mas sim a intenção de

formar o espírito de seus leitores (HADOT, 2006, p. 18). Para os estoicos (assim como para muitas outras escolas filosóficas da antiguidade), a noção de sabedoria (próprio de *philo-sophia*) seria “menos um saber puramente teórico do que um saber fazer, um saber viver, e reconheceremos a sua pegada na maneira de viver” (HADOT, 1998 p. 57, tradução nossa). A retomada moderna da filosofia como *arte de viver* seria de extrema importância para o filósofo, que não esconde em nenhum momento essa intenção: “eu creio sem hesitação, e talvez ingenuamente, na possibilidade, para o homem moderno, de viver [...] um exercício, sempre frágil, da sabedoria tripla na forma que definia, nós o vimos, Marco Aurélio” (HADOT apud STEPHAN, 2015, p. 161).

Se em ambos os autores encontramos uma vontade de, através de seus trabalhos, responderem a uma questão da atualidade, também encontramos entre os dois outro traço em comum: uma certa hostilidade à modernidade filosófica, ainda que diverjam sobre os motivos dessa crítica e o próprio “marco histórico” que a separa da antiguidade. Há, na modernidade, para os dois autores, um movimento de *traição* dos ideais da filosofia antiga, um deixar de lado da filosofia enquanto *arte de viver*. Para Foucault, a filosofia antiga estaria marcada pela *espiritualidade*. Espiritualidade entendida aqui não como relação sobrenatural com o divino, mas como:

(...) o conjunto de buscas, práticas e experiências tais como as purificações, as ascetes, as renúncias, as conversões do olhar, as modificações de existência, etc. que constituem, não para o conhecimento, mas para o sujeito, para o ser mesmo do sujeito, o preço a pagar para ter acesso à verdade (FOUCAULT, 2006, p. 19).

A espiritualidade seria a consequência da concepção antiga de que, para o sujeito ter acesso à verdade, é preciso que ele se transforme. Ou seja: a filosofia seria uma maneira que o sujeito encontra de *cumprir* com a exigência da verdade, de tornar a si mesmo digno do direito à verdade. Segundo Foucault, o que teria ocasionado o afastamento da filosofia dessa matriz das “práticas de si” – as práticas e técnicas que o sujeito utilizaria como meio de transformar a si mesmo – teria sido o “momento cartesiano”. Atendo-nos aos objetivos aqui apresentados, não nos debruçaremos sobre essa questão de modo mais profundo.

Pierre Hadot, por sua vez, atribui também à modernidade filosófica uma característica negativa, embora diverja de Foucault em relação ao “momento” de corte com os ideais antigos. Para Hadot a grande “traição” dos ideais da filosofia antiga se localizaria na subordinação dessa última à teologia cristã (STEPHAN, 2015, p. 20).

Para sumarizar a discussão apresentada nessa parte: podemos concluir que o interesse dos dois autores na filosofia antiga é, mais do que histórico, *filosófico*. Ou seja, está intimamente relacionado com o período em que vivem. Este talvez o ponto principal que os une: um descontentamento com o estado atual da filosofia, a compartilhada intuição de que um retorno aos antigos se faz necessário, que a atualidade (a segunda metade do século XX) demanda uma resposta, um trabalho que tenha como interlocutor uma crise moral. Feito isso, perguntemos: mas qual é exatamente essa crise a qual estão tentando responder? A resposta dessa pergunta nos conduzirá a melhor compreensão das diferentes *posturas filosóficas*.

A crise do século XX

Começaremos por analisar as motivações de Hadot. Lembrando-se das conversações e do curto contato que teve com Michel Foucault, Hadot escreve: Para Foucault, assim como para mim, tudo isso não era apenas objeto de interesse histórico. Em sua introdução à *L'usage des plaisirs* escreveria:

A análise – que deve se entender como exercício transformador de si mesmo mediante o impulso à verdade e não como apropriação simplificadora do outro com fins comunicativos – é o corpo vivo da filosofia, ao menos segue sendo na atualidade o que foi no passado, isto é, uma “ascese”, um exercício em relação consigo mesmo mediante o pensamento (HADOT, 2006, p. 252, tradução nossa).

Que a moral grega tenha desaparecido por completo, não restam dúvidas. Mas não é o interesse de Michel Foucault fazê-la renascer. Referindo-se aos últimos interesses de Foucault, diz Paul Veyne:

algum detalhe dessa moral, a saber, a ideia de uma certa tarefa de si sobre si, lhe parecia [a Foucault] suscetível de adotar um sentido atual [...] O si, considerando-se a si mesmo como uma obra a realizar, poderia ser fundamento de uma moral que tenha deixado de contar com o respaldo da tradição e da racionalidade” (VEYNE apud HADOT, 2006, p. 252, tradução nossa).

Tanto para Hadot quanto para Veyne, o interesse de Foucault na antiguidade estaria na possibilidade de encontro de uma fundamentação moral que se esquivaria dos universais do cristianismo e do moderno racionalismo, dos códigos de conduta, do

humanismo, e que se aproximaria de um tipo de “estética da existência” – a suposição de que a vida seria uma obra a qual o sujeito deve dar forma. Ao fim do curto texto, escreve Pierre Hadot:

Do mesmo modo que ele dedicou um importante esforço durante seus últimos anos de vida à realização de uma “estética da existência”, essa ideia antiga da filosofia como forma de vida, como exercício de sabedoria, como tarefa prática em relação com a tomada de consciência da totalidade, mantém para mim um valor indiscutivelmente atual” (HADOT, 2006, p. 252, tradução nossa).

Hadot interessa-se principalmente pelo “modelo ético que o homem moderno pode descobrir na Antiguidade” (HADOT apud STEPHAN, 2015, p. 161). Mais uma vez, não se trata de imitar os antigos, o homem moderno não precisa adotar o discurso filosófico e místico dos antigos para praticar os seus exercícios espirituais. O discurso e as tentativas de explicação dos exercícios espirituais são, para Hadot, apenas “tentativas desajeitadas [...] de descrever e justificar experiências interiores cuja densidade existencial escapa, finalmente, a todo esforço de teorização e sistematização” (HADOT apud STEPHAN, 2015, p. 161). Não é necessário acreditar na Razão ou na Natureza para praticar os exercícios espirituais. O que é verdadeiramente importante é, por meio de uma *prática* filosófica, aceder “à universalidade da perspectiva cósmica, à presença maravilhosa e misteriosa do universo” (HADOT apud STEPHAN, 2015, p. 162). Os exercícios espirituais antigos podem oferecer ao homem moderno a possibilidade de reconectar-se com o cosmos por experiência direta, a possibilidade de libertar-se de sua própria subjetividade e aceder à tomada de consciência da totalidade.

Não podemos deixar de enfatizar a questão da *experiência direta*, tão cara a Hadot. Ao homem moderno, não resta a possibilidade de viver a sabedoria, mas um *exercício* dela. Sabedoria essa que não poderia se exercer senão “a partir da experiência vivida do sujeito concreto, vivente e percipiente” (HADOT apud STEPHAN, 2015, p. 161). O homem moderno viveria, segundo Hadot, num estado de separação do cosmos, no qual a Natureza seria apenas um “pano de fundo”, uma caixa de ferramentas a ser explorada pelo Homem. A tal concepção se soma também o estado da filosofia moderna que, desde que subordinada pela teologia, perdeu a sua qualidade de *arte de vida*, de *terapêutica das paixões*, e passou a ser uma atividade intelectual que se ocupa de grandes questões metafísicas, uma espécie de luxo de intelectuais e de filósofos de cátedra. A crise da atualidade pela qual se interessa Hadot se caracteriza, segundo ele: 1) por um estado de

desconexão do homem consigo, com o cosmos e com os outros; 2) por uma considerável perda da arte de viver, do interesse filosófico pelos modos de existência, pelos exercícios espirituais, pela aspiração à sabedoria, à vida plena.

Passemos ao estudo do modo pelo qual Foucault concebe o seu trabalho em relação a sua época. Em uma entrevista intitulada “A ética do cuidado de si como prática da liberdade”, Foucault, quando perguntado sobre a sua mudança de interesse da análise do poder e das instituições coercitivas (psiquiatria, o sistema penitenciário, por exemplo) para a filosofia antiga e a “estética da existência”, surpreende os entrevistadores dizendo que nunca houve tal “mudança”, mas que se interessou e continua se interessando pelo problema do sujeito. Mais precisamente, pela relação entre o sujeito e os jogos de verdade. Tal relação “havia sido até então examinado por mim a partir de práticas coercitivas – como no caso da psiquiatria e do sistema penitenciário –, seja nas formas de jogos teóricos ou científicos – como a análise das riquezas, da linguagem e do ser vivo” (FOUCAULT, 2004, p. 264). Não houve mudança de problema, mas apenas deslocamento de ponto de vista. Se antes Foucault analisava como o sujeito era formado e tecido pelas práticas coercitivas, agora analisa o que chama de “práticas de si” – uma espécie de *ascese*, “dando ao ascetismo um sentido muito geral, ou seja, não o sentido de uma moral da renúncia, mas o de um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (FOUCAULT, 2004, p. 265).

Mas o que é que levou Foucault a se interessar pela filosofia antiga? O que é que vê nessas tecnologias e práticas de si? Para responder a essa questão, faz-se necessário observar atentamente os comentários que Foucault presta à filosofia antiga. No texto “O cuidado de si”:

não se encontrará, nos filósofos, projeto para uma legislação coercitiva e geral dos comportamentos sexuais; eles incitam a mais alta austeridade os indivíduos que queiram levar uma outra vida que não aquela “dos mais numerosos”; não procuram quais as medidas ou os castigos que poderiam coagi-los todos a isso, de maneira uniforme” (FOUCAULT, 1985, p. 46).

Não nos é difícil compreender a fascinação de Foucault pelas práticas de si antigas. A filosofia antiga interessa principalmente pelo que *não* faz: a produção de uma legislação coercitiva e geral, uma moral uniforme, uma universalização da lei dos comportamentos sexuais. Conhecido é a muitos estudiosos de Foucault o repúdio do filósofo a noções como “Razão”, “História”, “Natureza”, “Homem”. Repúdio a todo

universalismo, a toda tentativa de compreender a história como jogo de ausências e presenças dessas categorias universais. Embora nos interesse saber qual a precisa relação de Foucault com a produção científica e filosófica de sua época, iremos nos deter nesses breves comentários. Para os fins deste artigo, o importante é pensar a relação de Foucault com as “práticas de si” como uma *alternativa* à “forma universal da lei” (FOUCAULT, 1985, p. 72), como um modo de subjetivação que escape ao rigor dos essencialismos da Natureza, modo de viver que seria caracterizado por uma certa “estética da existência”, uma ferramenta que o sujeito possui de constituir a si mesmo *e, ao mesmo tempo*, sem incorrer numa vontade de submeter todos os indivíduos a essa mesma lei. Na entrevista “Uma estética da existência”, afirma Foucault:

Esta elaboração da própria vida como uma obra de arte pessoal, ainda que obedecendo certos cânones coletivos, estava ao centro, me parece, da experiência moral, da vontade moral na Antiguidade, enquanto que, no cristianismo, com a religião do texto, a ideia de uma vontade de Deus, o princípio de uma obediência, a moral assume muito mais a forma de um código de regras (FOUCAULT, 1984, p. XI).

Para Foucault, a ideia de uma moral como obediência a um código de regras está em processo de desaparecimento (FOUCAULT, 1984). O seu projeto de busca de uma estética da existência se refere a uma resposta a essa ausência de moral. Uma existência bela, a vida vivida como uma obra de arte pessoal em contraposição à experiência moral como código de regras universais.

Sumarizando a relação de Foucault com a crise moral de seu tempo, poderíamos apontar: 1) o interesse na filosofia antiga se justifica pela busca de um modelo de uma moral que evite o transcendental e o universal; 2) o projeto da estética da existência seria uma contraposição direta à falência da moral como obediência a um código de regras universais; 3) Foucault vê no cuidado de si (*epiméleia heautoû*) a possibilidade dos sujeitos escaparem – se não por completo, pelo menos adquirirem uma certa distância – dos dispositivos de subjetivação dominantes, caracterizados pela marca do universal e do transcendente.

Cuidado de si, ultrapassagem de si

Feita essa breve introdução sobre a relação dos dois filósofos com as discussões de seu tempo e com a filosofia antiga, adentremos no debate específico. Escrevemos

debate, mas, infelizmente, o que se tem é uma crítica⁹⁵ unilateral, uma vez que o diálogo fora interrompido pela morte prematura de Michel Foucault. Começamos apresentando a crítica de Pierre Hadot.

Hadot verifica, entre sua própria obra e a de Foucault, mais do que apenas uma distinta interpretação, uma diferença de *opção filosófica* (HADOT apud STEPHAN, 2015, p. 149). Em linhas gerais, a crítica é simples: “a descrição que M. Foucault dá àquilo que eu nomeara “exercícios espirituais”, e que ele prefere chamar de “técnicas de si”, está demasiadamente centrada no “si”, ou, ao menos, sobre uma certa concepção do si” (HADOT apud STEPHAN, 2015, p. 149). A diferença, para Hadot, está principalmente nos diferentes usos que os autores fazem dos estoicos. Servindo-se dos mesmos autores dos quais se serve Foucault (Epicteto, Marco Aurélio e Sêneca), Hadot aponta o que seria uma *omissão* por parte de seu contemporâneo. Que omissão seria essa? Na filosofia antiga haveria três exercícios fundamentais que buscariam preparar o sujeito para três dimensões da sabedoria: a paz espiritual (*ataraxia*), a liberdade interior (*autarkeia*) e a grandeza de alma (*megalopsuchia*) (HADOT, 2006, p. 254). Segundo Hadot, Foucault teria suprimido de sua reflexão sobre a filosofia antiga o terceiro aspecto da sabedoria: a *megalopsuchia*, a consciência cósmica, o esforço do filósofo por deixar a sua individualidade passional e aceder à perspectiva da Razão universal. “O sentimento da pertença a um Todo me parece ser o elemento essencial: pertença ao Todo da comunidade humana, pertença ao Todo cósmico” (HADOT apud STEPHAN, 2015, p. 154).

Hadot não chega a negar o que diz Foucault acerca da *arte de viver*, que a filosofia antiga se caracteriza, antes de tudo, como um modo de vida. A discordância se dá precisamente nos fins dessas “tecnologias de si”. Para Foucault – ainda segundo Hadot – essas práticas teriam por fim a constituição desse “si”, um modo que o sujeito tem de tomar a si mesmo como obra de arte, isto é, *pessoal*, a vida como algo ao qual o indivíduo precisa dar forma. O problema, segundo Hadot, está precisamente nesse exagero em relação ao *si*.

Este movimento de interiorização é inseparavelmente solidário a um outro movimento, no qual se eleva a um nível psíquico superior em que se encontra um outro

95 HADOT, P. Reflexões sobre a noção de “cultura de si”. In: STEPHAN, C. **Michel Foucault e Pierre Hadot: um diálogo contemporâneo sobre a concepção estoica do si mesmo**. 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba; HADOT, P. *Diálogo interrompido con Michel Foucault: acuerdos y desacuerdos*. In: _____. *Ejercicios espirituales y filosofía antigua*. Madrid: Siruela, 2006.

tipo de exteriorização, uma outra relação ao exterior, uma nova maneira de estar-no-mundo e que consiste em tomar consciência de si como parte da Natureza, como parcela da Razão universal” (HADOT apud STEPHAN, 2015, p. 159).

O exercício estoico, para Hadot, não teria como busca a constituição de si, o forjar de uma identidade, uma dimensão estética da existência desligada do bem comum e da Razão universal. O estoico não é aquele que cultiva a si mesmo, mas aquele que *ultrapassa*⁹⁶ a si mesmo (HADOT, 2006), aquele que se *libera* de sua própria individualidade.

Embora o conteúdo da discussão nos interesse, é preciso não nos deixar levar por ela. Isto é, não é de nosso interesse julgar se a crítica de Hadot está de fato fundamentada ou não. Interessa-nos utilizar os elementos dessa discussão, desse jogo de trocas e empréstimos que um autor fez do outro, para recolocar a questão do debate filosófico sobre a moral na segunda metade do século XX.

O século XX e a questão do universal

Ampliemos um pouco a nossa visão do debate. Para isso, iremos nos servir dos textos de dois comentadores de Hadot e Foucault, o artigo de John Sellars e a dissertação de Cassiana Lopes Stephan. Aqui, a questão principal nos parece ser: o si e o universal são inconciliáveis? Estariam essas duas categorias amarradas a um destino de oposição uma contra a outra?

Segundo Cassiana Lopes Stephan, haveria entre os dois autores discordâncias na dimensão ética, estética e política (STEPHAN, 2015, p. 4). A suposição que tenta defender é a de que Hadot “aproximaria a filosofia estoica do platonismo e do neoplatonismo, ao passo que Michel Foucault aproximaria o estoicismo do cinismo” (STEPHAN, 2015, p. 5). Foucault teria a tendência de se distanciar da transcendência platônica, de toda ideia de diluição do sujeito num Todo que o ultrapassa. Para Stephan, a leitura hadotiana do estoicismo antigo estaria ligada ao seu interesse pelo platonismo e neoplatonismo, caracterizando sua interpretação como transcendental, ao passo que a leitura de Foucault dos estoicos seria imanente. A idade de ouro do cuidado de si, segundo Foucault, seria caracterizada pela desarticulação entre as práticas éticas e os liames da

96 A expressão empregada por Hadot, em francês, é *dépassement de soi* (STEPHAN, 2015, p. 160).

razão transcendental (STEPHAN, 2015, p. 36). O si e o cosmos restam categorias inconciliáveis.

Para John Sellars, por outro lado, as obras dos dois autores não seriam contraditórias e excludentes, mas complementares (SELLARS, 2020, p. 15-16). Para o autor, o curso “A hermenêutica do sujeito”, de Foucault, publicado em 2001, isto é, depois das considerações críticas de Hadot, aproximaria mais os pontos de vista dos dois autores. Analisando o uso que faz Foucault das *Quaestiones naturales* de Sêneca, Sellars vê em Foucault uma espécie de reaproximação com o universal, logo que comenta a divisão de Sêneca da filosofia entre a que se ocupa dos homens (*ad homines spectat*) e a que se ocupa dos deuses (*ad deos spectat*) (FOUCAULT, 2006). Mais especificamente:

É, portanto, esta fuga em relação a si mesmo, no sentido de que lhes falava há pouco, que o conhecimento da natureza poderá assegurar. Em segundo lugar, o movimento que nos conduz ao ponto de onde vem a luz é o que nos conduz a Deus, não entretanto sob a forma de uma perda de si mesmo em Deus ou de um movimento que nele se aniquilaria, mas sob a forma que nos permite encontrar-nos, diz o texto, “*in consortium Dei*”: em uma espécie de co-naturalidade ou de co-funcionalidade em relação a Deus. Isso significa que a razão humana é da mesma natureza que a razão divina” (FOUCAULT, 2006, p. 335-336).

Após tal comentário, Foucault toma os devidos cuidados para afastar a compreensão desse exercício estoico de uma espécie de transcendência platônica. “Enquanto o movimento platônico consiste em nos afastarmos deste mundo para olharmos em direção a um outro [...] o movimento estoico definido por Sêneca é de uma natureza inteiramente outra” (FOUCAULT, 2006, p. 337). Foucault caracteriza o *in consortium Dei*, portanto, como o adotar de uma perspectiva do alto em relação ao mundo, de modo que o indivíduo consiga desprezar os falsos esplendores forjados pelos homens (FOUCAULT, 2006, p. 338). O movimento de exteriorização e de “fuga de si” está, portanto, subordinado a um novo movimento de interiorização, a uma melhor constituição de si.

Pela breve análise dos dois comentários acerca da questão Hadot-Foucault, podemos constatar que, ainda que haja uma tentativa de harmonização entre as duas visões – uma ultrapassagem de si baseada na experiência direta do indivíduo em Hadot e um cultivo de si construído também a partir de técnicas de “fuga de si” em Foucault – não podemos deixar de notar a tensão presente, tanto nos autores como nos comentaristas,

naquilo que se refere à contraposição entre o *si* e o *cosmos*. E é para esse aspecto da discussão que gostaríamos de chamar a atenção em nossa conclusão.

Conclusão

Pensamos que o debate Foucault-Hadot, mais do que uma casualidade filosófica, contribui para evidenciar um quadro da questão moral no fim do século XX com consequências para tempos vindouros. Ambos os autores, em suas respectivas obras, se depararam com a questão da atualidade e se esforçaram por apresentar uma resposta aos problemas de suas épocas. A busca de Foucault pelos antigos poderia ser pensada como a busca de uma inspiração para a formulação de uma *estética da existência*, a filosofia como uma forma de vida na qual o sujeito constitui a si mesmo como obra de arte; ao passo que, para Hadot, a volta à filosofia antiga, mais do que simples curiosidade histórica, estaria fundada na possibilidade do homem moderno ter uma “experiência oceânica” (SELLARS, 2020, p. 11) de unidade com o Todo, uma superação da moderna concepção da natureza como uma espécie de “cenário” para o Homem, personagem principal da peça.

Surgem da tensão entre os dois autores (bem como dos comentaristas dessa discussão) algumas questões latentes que demandariam trabalhos inteiros para serem respondidas: o universal ainda teria alguma validade na discussão sobre a moral? Seria o fim do século XX a época da morte dos universais (Razão, Natureza, Cosmos, Deus)? E o que viria a substituí-los? A “desconfiança frente a um rosto de areia” (SEPE, 2013, p. 29) de Foucault (que, é preciso dizer, não se trata apenas de uma peculiaridade do filósofo francês, mas marca de uma tradição que remonta pelo menos a Nietzsche), não admitindo nenhum universal, poderia apresentar à modernidade a solução para uma crise moral? A adoção da perspectiva do Todo – defendida por Hadot – estaria condenada a repetir o seu passado de dominação, adestramento e domesticação dos homens? Permanecerão o si e o cosmos nessa oposição?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, M. *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*. In: Ditos & Escritos V- Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. Une esthétique de l'existence. [Entrevista concedida a] A. Fontana. *Le monde*, Paris, 15-16 julho 1984, p. XI. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<http://files.philoethos.webnode.pt/200000086-4b9ae4bf4e/estetica.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- HADOT, P. *Ejercicios espirituales y filosofía antigua*. Madrid: Siruela, 2006.
- HADOT, P. *¿Qué es la filosofía antigua?*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- HADOT, P. Reflexões sobre a noção de “cultura de si”. In: STEPHAN, C. Michel Foucault e Pierre Hadot: um diálogo contemporâneo sobre a concepção estoica do si mesmo. 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- SELLARS, J. *Self or Cosmos: Foucault versus Hadot*. In: FAUSTINO, M; FERRARO, G. *The Late Foucault: Ethical and political questions*. Londres: Bloomsbury, 2020.
- SEPE, F. *Pensar para além-do-homem: crítica ao humanismo em Michel Foucault*. Griot, Amargosa, v.8, n.2, p. 24-40, dezembro/2013.
- STEPHAN, C. Michel Foucault e Pierre Hadot: um diálogo contemporâneo sobre a concepção estoica do si mesmo. 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CRITÉRIOS DE TEXTUALIDADE NAS PROPOSTAS DE PRODUÇÃO TEXTUAL: UMA ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

*Ana Karolline de Almeida Carneiro*⁹⁷
*Úrsula Cunha Anecleto*⁹⁸

Resumo: Apresenta análise de proposta de produção textual do Livro Didático de Língua Portuguesa (LDLP) da coleção Português Linguagens. Para isso, observa-se se critérios de textualidade orientados pelo próprio texto, coesão e coerência textuais, são considerados, no enunciado e/ou orientação para a escrita, como essenciais à construção de sentido e organização linguística de um texto. Objetiva-se analisar se e como o Livro Didático desenvolve propostas de produção de texto para auxiliar o desenvolvimento de competências de escrita dos alunos. Metodologicamente, parte-se de uma abordagem qualitativa, no âmbito da pesquisa documental. Para a análise de informações, optou-se pelo método análise de conteúdo por meio da análise categorial. Como resultado, constatou-se que o LDLP analisado apresenta, nas propostas de produção textual, a importância de atentar-se para critérios da textualidade, principalmente coesão e coerência, embora de forma implícita, cabendo ao professor, agente potencializador dessa mídia didática, ampliar ações de ensino a partir do LDLP.

Palavras-chave: Critérios de textualidade. Produção textual. Coesão e coerência textuais. Livro Didático. Ensino de Língua Portuguesa.

TEXTUALITY CRITERIA IN TEXTUAL PRODUCTION PROPOSALS: AN ANALYSIS OF THE PORTUGUESE LANGUAGE TEXTBOOK

Abstract: This paper presents an analysis of a textual production proposal of the Portuguese Language Textbook (PLT) from the book collection Português Linguagens. To do so, I observed whether textuality criteria guided by the text itself and textual cohesion and coherence are considered in the statement and/or orientation for writing, as essential to the construction of meaning and linguistic organization of a text. The objective is to analyze if and how the Textbook develops proposals for text production to assist the development of students' writing skills. Methodologically, it starts in a qualitative approach, within the scope of documentary research. For the analysis of the information we opted for the Content Analysis Method through categorical analysis. As a result, I verified that the analyzed PLT presents, in the proposals of textual production, the importance of paying attention to criteria of textuality, especially cohesion and coherence, although implicitly, it is up to the teacher, potentializing agent of this didactic media, to enlarge teaching actions from the PLT.

Keywords: Textuality criteria. Text production. Textual cohesion and coherence. Textbook. Portuguese Language Teaching.

⁹⁷ Graduanda em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente, realiza a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso intitulada O Livro Didático de Língua Portuguesa e a construção de competências de escrita. Email: karoll_almeida@outlook.com.

⁹⁸ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente no Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED/UNEB) e no curso de Letras com habilitação em Língua Portuguesa (UNEB). Professora orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso. Email: ursula.cunha@hotmail.com.

Introdução

O Livro Didático de Língua Portuguesa (LDLP) é um importante meio para a Educação Básica, pois além de se constituir como uma mídia de trabalho para professores, também contribui significativamente para a construção do conhecimento do aluno, oferecendo contribuições para a construção de competências linguístico-textuais, por meio de atividades de leitura e de escrita. Desse modo, por se tratar de uma mídia basilar para o processo de ensino e de aprendizagem, torna-se necessário que o Livro Didático contribua para a construção de competências de escrita dos alunos.

Para isso, é fundamental que se enfatize os critérios da textualidade como elementos importantes para a construção de sentido e para a organização linguística de um texto nas atividades que propõem a produção da escrita. Esses critérios, especificamente os orientados pelo próprio texto – coesão e coerência textuais –, devem estar contidos nas atividades que propõem a produção textual nos livros, pois são imprescindíveis para a organização e estruturação de um texto.

A coesão textual corresponde à maneira como é estruturada a sequência de frases e palavras em um texto, colaborando para que ocorra uma sequência lógica, tornando o texto mais compreensível, ordenado e persuasivo para o leitor. A coerência textual, por sua vez, contribui para efetivar a comunicação e os sentidos de um texto. Assim, utilizar esses dois critérios de textualidade é de suma importância para a produção do texto escrito, tendo em vista que eles possibilitam que a escrita se transforme em “um todo organizado de sentido” (FIORIN; SAVIOLI, 1995, p. 16).

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar se e como o LDLP desenvolve propostas de produção de texto para auxiliar o desenvolvimento de competências de escrita dos alunos, por meio dos critérios de textualidade. Metodologicamente, parte-se de uma abordagem qualitativa, pois busca o aprofundamento da compreensão de um meio de grande importância para o processo de ensino e de aprendizagem no campo educacional: o Livro Didático. Além disso, o estudo possui como método para construção de informações a pesquisa documental, tendo como objeto de investigação o Livro Didático, considerado como uma mídia escolar, que se caracteriza como um dos documentos que contribuem para a organização do currículo de Língua Portuguesa na escola. Como método para discussão e análise dos dados, escolheu-se a análise de conteúdo por meio da análise categorial.

Teoricamente, embasou-se nos estudos sobre abordagem qualitativa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009); pesquisa documental (GIL, 2002; MARCONI; LAKATOS, 2010; SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009); análise de conteúdo (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014; CARLOMAGNO; ROCHA, 2016; FRANCO, 2008); concepção de texto escrito (VIEIRA; COSTA VAL, 2005; MENEGASSI; GASPAROTTO, 2015) e critérios de textualidade (KOCH; ELIAS, 2016). Espera-se que esta pesquisa contribua para a reflexão do professor de Língua Portuguesa em relação ao trabalho com o Livro Didático, no sentido de oportunizar outras práticas de ensino que contribuam para a construção de competências de escrita dos discentes e para a formação dos sujeitos atuantes em seus próprios textos.

Aportes teórico-metodológicos

A análise de Livro Didático de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II com enfoque nas seções de produção de texto, proposta neste artigo, enquadra-se na categoria da abordagem qualitativa, tendo como tipo a pesquisa documental. O Livro Didático é uma mídia escolar, que se caracteriza como um dos documentos que contribuem para a organização do currículo de Língua Portuguesa na escola. Trata-se de um material impresso analisado a partir de seus dados originais (MARCONI; LAKATOS, 2010). Desse modo, esse documento estabelece uma ligação direta com os fatos que serão analisados pela pesquisa.

Focalizou-se, neste estudo, como o LDLP aborda, na seção produção de texto, critérios de textualidade orientados pelo próprio texto (coesão e coerência) como importantes para a formação de competências de escrita de alunos do Ensino Fundamental II. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, a qual, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), é uma abordagem que “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.". Nesse sentido, assegura-se que o enfoque foi buscar a explicação e a compreensão de alguns dos elementos que constituem as seções de produção textual do LDLP da coleção Português Linguagens dos últimos anos (2017-2019) do segundo ciclo do Ensino Fundamental, especificamente o 9º ano, por entendermos que, na finalização dessa etapa, os alunos já consolidaram competências de escrita em relação a fatores microtextuais.

Nesta perspectiva, foram abordadas questões que concernem aos aspectos da realidade que não podem ser representados numericamente, mas que interferem expressivamente nas relações sociais dos indivíduos relacionados na sala de aula: docentes e discentes. Segundo Minayo (2001 *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32), esta abordagem “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...]”.

Assim, é possível afirmar que esta abordagem necessita de uma análise precisa das informações construídas, para que os resultados alcançados contribuam com a realidade dos agentes envolvidos. Para tanto, Gerhardt e Silveira (2009, p. 36) afirmam que “para se desenvolver uma pesquisa, é indispensável selecionar o método de pesquisa a utilizar”. Escolheu-se a pesquisa documental como método para realizar o levantamento de informações.

Tipo e método de pesquisa: ampliando interações

Para a análise do objeto desta pesquisa, optou-se pela pesquisa do tipo documental. De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 157), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coletas de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. As fontes primárias são documentos que são analisados com base em seus dados originais. Isso pode ser evidenciado por Gil (2002, p. 45), que afirma que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico”, por isso, são considerados como fontes primárias.

O documento de fonte primária analisado nesta pesquisa é o Livro Didático de Língua Portuguesa. Ele é assim classificado, pois se constitui como parte integrante da prática educacional da maioria das escolas de Educação Básica, contribuindo para a práxis educativa. Além disso, trata-se de um documento que se encontra na modalidade impressa, o que possibilita uma análise a partir de seus dados originais e, com isso, estabelece uma relação direta com os dados construídos na pesquisa (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Esse tipo de pesquisa não possui os sujeitos como objeto de investigação, mas, sim, as fontes documentais. Busca-se em documentos de fontes primárias (o livro foi analisado como escrito pelos autores) dados que auxiliem a atingir os objetivos da

pesquisa. Para tanto, no que se refere à análise dos documentos, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 10) afirmam que essa etapa “propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos”. Ao analisar os Livros Didáticos, o pesquisador possui o desafio de criar hipóteses ou inferências para a problemática de sua pesquisa: “o investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 10). Assim, o pesquisador propôs-se a produzir novos conhecimentos sobre o fenômeno analisado, além de elaborar novas formas de examiná-lo. Desse modo, ao analisar um documento escolar, o presente artigo objetivou levar reflexões para a comunidade escolar e, com isso, contribuir para as práxis educativas do professor.

Para desenvolver o estudo sobre o LDLP, a partir da pesquisa documental, foi escolhido como método para discussão das informações a análise de conteúdo. Escolheu-se esse método por ele proporcionar o levantamento dos dados permitindo a realização de inferências. Com a utilização desse método de investigação, examinaram-se dados do Livro Didático de Língua Portuguesa da coleção Português Linguagens, buscando compreender e inferir sobre os elementos enfocados neste objeto de pesquisa, por meio da análise categorial.

Como apresenta Bardin (2007 *apud* CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p. 14), “a análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos”. Esse método de pesquisa possibilita o levantamento de indicadores e a realização de inferências sobre o *corpus* da pesquisa por meio da descrição e interpretação dos conteúdos presentes em textos, documentos etc. Nas palavras de Carlomagno e Rocha (2016, p. 03), a análise de conteúdo “se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos”.

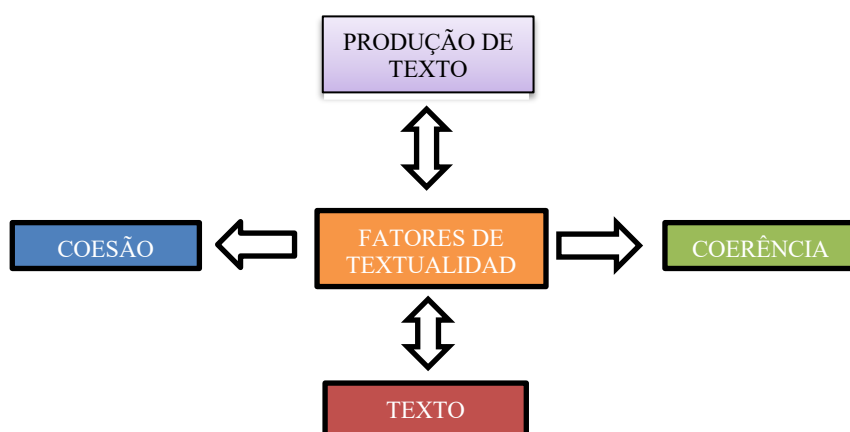
Nesse método, é preciso definir uma técnica para ser aplicada na análise de conteúdo. Nesta pesquisa, escolheu-se a técnica de análise temática ou categorial dos dados, a qual, segundo Franco (2008, p. 59), “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação, seguida de reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”. Esta técnica permitiu a criação de categorias aplicadas na análise de dados da pesquisa. As categorias seguiram critérios

selecionados pelo pesquisador que, segundo Franco (2008), podem ser semânticos, sintáticos, léxicos, expressivos etc.

Além disso, para a elaboração de categorias, existiram alguns requisitos a serem cumpridos: exclusão mútua, pertinência, objetividade, fidedignidade e produtividade (FRANCO, 2008). Assim, na presente pesquisa, analisou-se um exemplar do Livro Didático Português Linguagem, buscando descrever e interpretar seus conteúdos por meio da criação de categorias de análise que, por sua vez, tiveram como ponto de partida aspectos que compõem a textualidade no processo de escrita. Essas categorias foram agrupadas por conteúdos de acordo com critérios de textualidade orientados pelo próprio texto: coesão e coerência textuais.

As categorias de análise foram criadas partindo do objetivo de pesquisa, organizadas a partir da seguinte discussão: perceber se nas seções de produção de texto escrito do Livro Didático analisado, os critérios de textualidade coesão e coerência são apresentados como elementos de organização textual importantes para a construção de competências de escrita dos alunos. Dessa forma, as categorias analisadas no LDLP partiram desses critérios de textualidade e seus variados mecanismos semânticos e linguísticos, conforme se apresenta na figura 01.

Figura 1: Categorias de análise das informações da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à coesão textual, analisaram-se mecanismos que garantem a organicidade do texto: referência (ocorre quando uma determinada palavra ou expressão, no âmbito do texto, faz referência à outra palavra ou expressão, isto é, ao referente); elipse (consiste na ocultação de uma ou mais palavras sem que isso comprometa o sentido do

texto); substituição (trata-se da substituição de um termo ou de uma oração no lugar de outro); conjunção (contribui para que haja relações entre os termos de uma oração através da utilização de conjunções); lexical (acontece através da repetição do mesmo item lexical ou através do emprego de sinônimos).

Já quanto à coerência textual, foram analisados aspectos relacionados à semântica, estilística, pragmática e aos aspectos sintáticos. Esses aspectos permitem concretizar a comunicação e os sentidos de um texto. Desse modo, esses mecanismos de coesão e de coerência articulam-se na produção de texto escrito para que haja a construção de competências de escritas dos alunos no Ensino Fundamental II.

Descrição do objeto de pesquisa

Nesta pesquisa, analisou-se o Livro Didático de Língua Portuguesa do 9º ano do Ensino Fundamental II, utilizado no período de 2017 a 2019 em diversas escolas públicas do país. O exemplar do Livro Didático é da coleção Português Linguagens, da editora Saraiva, e foi escrito pelos autores William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães. O livro foi publicado no ano 2015 em sua nona edição reformulada e foi distribuído pelo Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)⁹⁹ para ser utilizado durante três anos letivos.

O exemplar é composto por quatro unidades, organizadas em três capítulos, nos quais são distribuídos diferentes temas mediante uma diversidade de gêneros textuais. Cada capítulo das quatro unidades possui uma temática diferente que se interliga à temática da unidade e começa com uma sugestão de leitura referente ao assunto geral. Os capítulos das unidades são divididos em seções e subseções que se relacionam tematicamente às outras seções do Livro Didático. As seções referem-se à leitura, ao estudo do texto inicial de cada capítulo, à produção de texto, à análise linguística, à ortografia e à semântica e discurso.

As unidades são multimodais, apresentando a linguagem verbal e não verbal de forma equilibrada, o que proporciona uma melhor inserção do aluno com o mundo da leitura, pois transcende o texto escrito. Além disso, possuem diversas sugestões de livros,

⁹⁹ Com o Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com a finalidade de distribuir Livros Didáticos de qualidade para as escolas públicas. No entanto, de acordo com dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2018, *online*), com o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, o PNLD ampliou as suas funções e, devido a isso, agora possui uma nova nomenclatura: Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

filmes e *sites* para que alunos e professores possam ampliar seus conhecimentos sobre os assuntos estudados. Ao final de cada unidade, ainda há sugestões com passo a passo para a culminância de um projeto sobre a temática trabalhada durante toda a unidade.

Apesar das inúmeras possibilidades oferecidas pelo LDLP da coleção Português Linguagens, a pesquisa foi realizada apenas por meio da análise das seções de produção de texto, as quais se encontram em cada unidade e interligam-se, tematicamente e textualmente, às outras seções do livro. Cada seção de produção de texto possui um gênero textual, assim, inicia-se com uma breve explicação sobre o gênero; depois, há uma sugestão de leitura sobre o gênero em questão para que, posteriormente, os alunos sintam-se instigados a escreverem seu próprio texto do gênero lido por meio de uma proposta de produção de texto. Dessa forma, analisou-se, nessa seção, se nas propostas de produção de textos os critérios de textualidade coesão e coerência são descritos como importantes para a construção de competências de escrita dos alunos.

Análise das propostas de produção textual do livro didático de língua portuguesa: resultados alcançados

Para esta pesquisa, escolheu-se uma unidade do exemplar para realizar o levantamento de dados. A unidade *corpus* (unidade quatro), possui um tema central – “Nosso tempo”, em que são mencionados fatos e temas em destaque no mundo atual, como violência contra a mulher, preconceito racial, trabalho infantil, tecnologias, riscos da internet, entre outros –, que interliga capítulos e seções do livro. Portanto, a proposta de produção textual também está interligada tematicamente e textualmente ao tema central. O LDLP analisado, o qual será descrito como LD, tem como público-alvo alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II. Assim, apresentam-se propostas de produção textual e sugestões de revisão e reescrita contidas na unidade quatro do LD:

Figura 2 – Proposta de produção textual do LD

AGORA É A SUA VEZ ►

Você acha que, no Brasil, existe preconceito racial? Se sim, acha que ele é assumido ou enrustido? Leia, a seguir, o painel de textos sobre o assunto para colher informações. Depois escreva um texto dissertativo-argumentativo a partir do seguinte tema: **Brasil: um país sem preconceito?**

Fonte: CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 212

Nessa proposta de produção textual, o gênero e o tema solicitados apresentam-se de forma clara: texto dissertativo-argumentativo com a temática “Brasil: um país sem preconceito?”. Com essa apresentação, os autores pretendem que os alunos discutam em seus respectivos textos se o Brasil é um país livre de preconceito e, para isso, apresentam quatro textos de apoio contendo diferentes opiniões sobre o assunto. Entende-se o texto como um espaço privilegiado para a interlocução entre sujeito autor e os sujeitos leitores, coautores do processo de escrita. Como afirmam Vieira e Costa Val (2005, p. 12),

Estamos chamando de espaço de interlocução o espaço que se constitui pela presença dos interlocutores – o “eu” que produz o texto, o “tu” ou “você” que recebe e interpreta o texto –, interlocutores esses que se situam num determinado tempo e espaço.

Entretanto, apesar de apresentar clareza em relação ao tipo de texto a ser produzido, as intenções pretendidas e o interlocutor previsto não foram mencionados pelos autores. Além disso, até o momento dessa proposta, nenhum dos critérios de textualidade foi sinalizado como aspecto importante para a construção do texto. Sendo assim, fez-se necessário analisar, também, as sugestões de revisão e de reescrita do texto para verificar se os critérios coesão e coerência textuais são mencionados para auxiliar o aluno autor ao produzir o texto.

Figura 3 – Seção revisão e reescrita do LD

Revisão e reescrita

Antes de passar o texto ao seu suporte final, observe:

- se ele apresenta um posicionamento claro sobre o tema;
- se apresenta uma ideia principal que resume seu ponto de vista sobre o tema;
- se a ideia principal é fundamentada, no desenvolvimento, com argumentos claros e bem-desenvolvidos;
- se a conclusão realmente finaliza o texto, retomando as ideias desenvolvidas ou fazendo uma proposta;
- se a linguagem está de acordo com a norma-padrão;
- se apresenta um título convidativo à leitura e se o texto, como um todo, é persuasivo.

Fonte: CEREJA; MAGALHÃES, 2015b, p. 215

A etapa da revisão oportuniza um momento de diálogo entre escritor e leitor/interlocutor do texto. Já a etapa da reescrita torna-se um momento reflexivo sobre o texto e a interação verbal. Assim, revisão e reescrita se interligam, pois, de acordo com os autores Menegassi e Gasparotto (2015, p. 177), “um texto só pode estar revisado e suficientemente bem escrito se passar pelo processo de reescrita, em que as reformulações

apontadas na revisão são avaliadas e, se o autor do texto julgar necessário, incorporadas na nova versão”.

Nessa proposta de revisão e reescrita, os critérios coesão e coerência textuais são sinalizados implicitamente. A coesão textual é percebida quando os autores sugerem que os alunos observem se o texto apresenta posicionamento claro sobre o tema e se os argumentos estão claros e bem-desenvolvidos, sendo este um princípio da coesão textual em seu sentido amplo. Outrossim, quando os autores recomendam que os alunos verifiquem se a linguagem está de acordo com a norma-padrão, tem-se um recurso da coerência estilística, pois se o gênero necessita de uma linguagem culta, os produtores do texto não devem utilizar outra linguagem para que não haja incoerência no texto.

Percebeu-se que, nessa proposta de produção, poucos elementos da coesão e da coerência textuais são mencionados. Entretanto, após essa proposta de produção do LD, há uma seção intitulada “Para escrever com coerência e coesão” que enfatiza a importância de se utilizar esses critérios de textualidade na produção do texto escrito para que as ideias se apresentem de forma articulada e clara para o leitor. Para isso, os autores sugerem o emprego dos articuladores e conectivos; além disso, apresenta exemplos que os alunos podem utilizar em suas produções de textos:

Figura 03 – Seção Para escrever com coerência e coesão do LD

Para escrever com coerência e coesão

Para que um texto seja bem-redigido e atinja plenamente seus objetivos — o de informar o leitor e interagir com ele —, não basta que apresente boas ideias; deve ter também **articulação de ideias**.

A articulação de ideias normalmente se dá por meio do emprego de **articuladores lógicos** do texto e de **conectivos**, embora a presença destes não seja obrigatória.

Fonte: CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 217

No LD, há uma preocupação em mencionar os critérios de textualidade coesão e coerência textuais como elementos essenciais para a organicidade e a inteligibilidade do texto, bem como para a formação dos alunos enquanto sujeitos produtores de textos. Por se tratar de um texto argumentativo, a dissertação, enquanto tipo textual, sustenta-se, também, a partir de alguns operadores textuais, ou seja, critérios da textualidade. Como nos apresentam Koch e Elias (2016, p. 64),

Os operadores ou marcadores argumentativos são, pois, elementos linguísticos que permitem orientar nossos enunciados para

determinadas conclusões. São, por isso mesmo, responsáveis pela orientação argumentativa dos enunciados que introduzem, o que vem a comprovar que a argumentatividade está inscrita na própria língua.

Empreendemos, então, que critérios da textualidade (operadores argumentativos), nesta pesquisa delimitados pela coesão e coerência textuais, constituem-se como elementos essenciais para a construção da argumentatividade dos textos dissertativos. E, por isso, marcar esses elementos como importantes no processo de produção torna-se uma estratégia epilinguística de ensino.

A segunda proposta retirada do LD apresenta a segunda parte do gênero textual trabalhado na unidade anterior:

Figura 5 – Proposta de produção textual do LD

AGORA É A SUA VEZ ▶

Quando o assunto é televisão no Brasil, as opiniões são controversas. Há, por um lado, os que admiram nossa TV, com produções exportadas para inúmeros países, profissionais reconhecidos internacionalmente, informação, entretenimento e cultura acessíveis a grande parte da população. Por outro lado, há aqueles que discordam desse posicionamento. Trata-se de um tema polêmico.

A fim de se informar melhor sobre o assunto, leia o painel de textos a seguir. Depois escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre **o papel da televisão na sociedade brasileira**, procurando dar atenção à qualidade dos argumentos, isto é, evitando apoiar seu ponto de vista em afirmações do senso comum e/ou que apresentem baixa informatividade.

Fonte: CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 233

Essa proposta de produção textual apresenta uma continuação do gênero textual solicitado no capítulo anterior: texto dissertativo-argumentativo. A proposta traz textos complementares e delimita a temática e o gênero do texto a ser escrito. Posteriormente, nas sugestões de planejamento para a escrita, os autores também deixam claro o interlocutor previsto e as condições materiais de apresentação do texto. Entretanto, os autores orientam os alunos a seguirem as mesmas instruções dadas no capítulo anterior, pois foi trabalhado o mesmo tipo textual. Assim, as sugestões sobre selecionar argumentos, pensar no perfil do interlocutor, empregar a norma-padrão etc. se repetem em ambas as propostas.

Na seção de revisão e reescrita, apresenta as mesmas sugestões do capítulo anterior; assim, têm-se alguns critérios da textualidade enfatizados. Entretanto, para um tipo de texto em que esses critérios se caracterizam como operadores argumentativos, os

critérios de textualidade devem ser discutidos em seu sentido amplo, relacionando-os a aspectos linguísticos semânticos, pragmáticos, lexicais etc.

A terceira proposta de produção do LD também solicita a escrita do gênero dissertativo-argumentativo:

Figura 6 – Proposta de produção textual do LD

AGORA É A sua vez ▶

Nos dias atuais, crianças e adolescentes têm participado ativamente de redes sociais *on-line*. Para ampliar seus conhecimentos sobre esse assunto e se preparar melhor para produzir um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema, leia o painel de textos a seguir.

Escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema **O adolescente e as redes sociais**, procurando dar atenção especial aos aspectos de continuidade e progressão de ideias.

Fonte: CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 253-254

Apesar dessa proposta também apresentar o gênero dissertativo-argumentativo, há um diferencial, pois os autores pedem que os alunos se atentem aos aspectos de continuidade e progressão de ideias, que são procedimentos/critérios da textualidade que permitem que as ideias de um texto sejam retomadas e desenvolvidas, contribuindo para a construção do sentido geral do texto. Assim, para que se tenha continuidade e progressão, é necessário que o texto apresente coesão e coerência, pois o produtor poderá retomar os elementos do texto, mas sempre trazendo novas informações para o leitor.

Para isso, o produtor poderá utilizar-se da coesão por referência quando houver a retomada de um termo citado por outro que o substitui; da coesão por substituição quando um termo for substituído por outro na oração; da coesão por conjunção, quando as relações existentes entre as orações estão interligadas através de conjunções. Além disso, pode-se utilizar também da coerência semântica para estabelecer os significados entre os elementos do texto; da coerência sintática quando houver a necessidade do uso dos conectivos e pronomes para garantir a articulação de ideias entre as frases e/ou orações e assegurar a transmissão de sentidos do texto; da coerência pragmática para que haja uma sequência no texto entre os atos de fala.

Sendo assim, nessa proposta de produção textual do LD, os critérios de textualidade coesão e coerência textuais se tornam importantes para a produção do texto escrito e para a construção de competências de escrita dos alunos. Apesar de não serem mencionados de forma explícita na proposta, ao estruturar o texto, implicitamente, esses

critérios serão utilizados pelo aluno e, por isso, são considerados essenciais para a lógica textual.

Além disso, essa proposta apresenta textos complementares, o que contribui para que o aluno obtenha conhecimentos sobre a temática que será escrita. Neste artigo, analisa-se também a proposta de planejamento, revisão e reescrita que o LD apresenta.

Figura 7 – Sugestão de planejamento, revisão e reescrita do LD

Planejamento, revisão e reescrita

Para planejar seu texto e fazer a revisão e reescrita dele, siga as orientações dadas no capítulo 1 desta unidade, páginas 214 e 215 .

Fonte: CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 255

O LD sugere, na figura 7, que os alunos voltem ao primeiro capítulo da unidade para verificarem as orientações de planejamento, de revisão e de reescrita. Nesse caso, as orientações do texto são as mesmas para as três propostas do capítulo que envolvem o texto dissertativo-argumentativo. No entanto, questiona-se o porquê de as propostas e as temáticas serem diferentes e as sugestões de como planejar, revisar e reescrever o texto serem as mesmas. Sabe-se que se tratam do mesmo gênero textual, mas cada temática e cada texto são únicos; por isso, a prática de fazer o aluno voltar à unidade anterior para verificar as orientações não se torna aconselhável, tendo em vista que cada produção de texto é diferente e merece sugestões pensadas em suas particularidades.

No entanto, a análise do *corpus* da pesquisa permitiu constatar que as propostas contidas no LD enfatizam os critérios de textualidade orientados pelo próprio texto, a coesão e a coerência textuais, nas seções de produção de texto, mesmo que essa menção se restrinja, muitas vezes, a etapas posteriores, que visam à revisão, à reescrita e ao planejamento do texto. Essa prática não é recomendável, pois entende-se que os alunos compreendem melhor a proposta de produção de texto escrito e a importância de utilizar os critérios de textualidade em seus textos quando esses critérios são mencionados no processo inicial de produção do texto, ou seja, quando solicitada à escrita. Do mesmo modo, é necessário que os autores do LDLP deixem claro como relacionar os critérios da textualidade a habilidades linguísticas, textuais, semânticas e pragmáticas do texto.

Desse modo, entende-se que esses critérios são de suma importância para se pensar a produção de texto escrito em sala de aula. Além disso, ao contribuir para a construção de competências de escrita, os alunos poderão se desenvolver de forma mais

proficiente em outras atividades de seu cotidiano, sendo a utilização do LDLP uma das mídias que potencializam o ensino de produção de textos na aula de Língua Portuguesa.

Conclusão

Com esta pesquisa, constatou-se que o Livro Didático de Língua Portuguesa da coleção Português Linguagens do 9º ano do Ensino Fundamental II apresenta, em suas propostas de produções textuais, os critérios de textualidade coesão e coerência textuais como aspectos essenciais para a produção de texto escrito em sala e, assim, para a construção de competências de escrita dos alunos. No entanto, percebeu-se que esses critérios são mencionados pelo Livro Didático, nas propostas analisadas, em sua maioria, de forma implícita, sendo apenas uma proposta em que os critérios foram mencionados de forma explícita.

Acredita-se que isso não ocasiona prejuízos na aprendizagem do aluno, pois ele tem em sala de aula um professor para o auxiliar nesse processo. Entretanto, torna-se mais aconselhável que os critérios de textualidade estejam enfatizados explicitamente nas propostas para que os alunos autores possam problematizar a escrita e a própria língua, a partir de uma ação epilinguística: reflexão sobre a língua. Nesse sentido, oportuniza-se para o estudante a relação entre conteúdos da língua/linguagem estudados nas aulas de Língua Portuguesa e sua relação com a construção de discursos, materializados pelos gêneros textuais.

Além disso, faz-se importante enfatizar que o LDLP, apesar de não destacar, de forma explícita, a coesão e a coerência textuais, trazem outros aspectos que são importantes para a produção de textos em sala de aula, como explicações e exemplos acerca dos gêneros textuais solicitados, além de leituras complementares e de delimitar o público-alvo dos textos e os locais onde poderão ser publicados. No mais, o LDLP constitui-se como uma mídia didática de fundamental importância e deve ser utilizada de forma adequada e moderada pelos professores e alunos em sala de aula.

No que se refere às seções analisadas de produção textual, foi verificado que o LDLP contribui de forma satisfatória para a construção de competências de escrita dos alunos, ao enfatizarem os critérios de textualidade coesão e coerência textuais como importantes para o texto escrito, embora, também, apresente algumas limitações em relação a aspectos da produção textual escrita. Desse modo, o LDLP pode contribuir para a formação de um sujeito autor que possa atuar em diferentes situações comunicativas e,

assim, obter maior êxito em atividades do dia a dia, desde que se reflita criticamente sobre suas propostas de atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOMAGNO, Márcio; ROCHA, Leonardo Caetano. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>. Acesso em 26 out. 2018.
- CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. *Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método*. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000>. Acesso em 26 out. 2018.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português linguagens, 9º ano*. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- FRANCO, Maria Laura P. B. *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 2011.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MENEGASSI, Renilson José; GASPAROTTO, Denise Moreira. *Aspectos da prática docente na revisão e reescrita de narrativa de terror*. Forumlinguistic. Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 808-826, jul/set 2015.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>. Acesso em 05 set. 2018.
- VIEIRA, Martha Lourenço; COSTA VAL, Maria da Graça. *Produção de textos escritos: caderno do professor*. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.